

Ministério Público do Estado de Minas Gerais
ACADEMIA DE LETRAS

REVISTA LITERÁRIA

ACADEMIA DE LETRAS DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS

ANO 2 - VOLUME 2 - 2015



R454 Revista Literária da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais

– ano 1, v. 1, (jan./dez. 2014) - Belo Horizonte, 2014 -

Anual

ISSN 2446-8177

1. Literatura. 2. Academia de Letras.

CDU 805.05

REVISTA LITERÁRIA | ACADEMIA DE LETRAS MP/MG | ANO 2 | n° 2 | 2015
REVISTA LITERÁRIA DA ACADEMIA DE LETRAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS
GERAIS

Fundada em 2014

DIRETOR

Procurador de Justiça J. Cabral Netto

COLABORADORES

Antônio Lopes Neto, Danielle de Guimarães Germano Arlé, Élide de Freitas Rezende, Enéias Xavier Gomes, Joaquim Cabral Netto, José Luiz Monti, José Raimundo Gomes da Cruz, Leontino de Mello Chaves, Luiz Alberto de Almeida Magalhães, Luis Carlos Abritta, Marcos Viola de Carvalho, Maurício Braga de Mendonça, Sérgio Parreiras Abritta, Sérgio Soares de Oliveira, Walter Paulo Sabella

DIRETORIA DA ALMP/MG

Presidente – Luiz Carlos Abritta

Vice-Presidente – Antônio Lopes Neto

Secretário-Geral – Joaquim Cabral Netto

Tesoureiro – Marcos Paulo de Souza Miranda

CONSELHO FISCAL

Titulares

Bertoldo Mateus de Oliveira Filho

Maurício Braga de Mendonça

Maria Odete Souto Pereira

Suplentes

Abelardo Teixeira Nunes

Antônio Aurélio Santos

Luiz Alberto de Almeida Magalhães

REDAÇÃO

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

R. Timbiras, 2928 – Tel. (31) 2105-4878

30140-062 – BELO HORIZONTE – MG

REVISÃO

Cristhiane Maurício Cornélio

FICHA CATALOGRÁFICA

Tatiana Augusta Duarte de Oliveira – CRB 2842 – 6ª Região

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Derval Braga Jr.

IMPRESSÃO

Gráfica e Editora O Lutador

Sumário

I - Peças Ministeriais Históricas.....	7
A Denúncia da “lobo romana”	<i>Leontino de Melo Chaves ...9</i>
A sentença condenatória do “cabra” Manoel Duda	<i>Manoel Fernandes dos Santos ...13</i>
II - Poemas	17
Sempre	<i>Élida de Freitas Rezende ...19</i>
Cárceres	<i>Francisco Lins do Rego Santos ...21</i>
O grito	
Itinerário da Tarde	
El primer beso	<i>José Luiz Monti ...25</i>
En mi horizonte	
A mis hijos	
Nuestros hijos	
Una y mil veces	
Responso por Bento Rodrigues	<i>Marcos Paulo de Souza Miranda ...33</i>
A História do Símbolo da Paz	<i>Maurício Braga de Mendonça ...37</i>
Espelho	<i>Sérgio Soares de Oliveira ...41</i>
Fuga Cotidiana	
Viagem	<i>Walter Paulo Sabella ...45</i>
Estigma	
III - Contos, Crônicas e “Causos”	51
A energética rota gênica do grandalhão João Adolfo, um <i>cabra</i> com ares astrológicos	<i>Antônio Lopes Neto ...53</i>

Adão e Eva e uma caixinha de veludo Alamos As árvores do CAP II	<i>Danielle de Guimarães Germano Arlé ...59</i>
Revolução de 1930 - A Coluna Revolucionária Cristiano Machado invade o Espírito Santo	<i>Joaquim Cabral Netto ...67</i>
A esquizofrênica ilusão ou não de um balconista O passarinho que não voava O interrogatório	<i>Luiz Alberto de Almeida Magalhães ...81</i>
A História do Movimento Modernista em Cataguases	<i>Luiz Carlos Abritta ...99</i>
O Comércio Ilícito de Artes Sacras em Minas Gerais O Inconfidente João Rodrigues de Macedo	<i>Marcos Paulo de Souza Miranda ...127</i>
Coisas (Loucas) da Vida O que o vinho faz	<i>Marcos Viola de Carvalho ...145</i>
IV - Críticas e Comentários Literários.....	153
A música Verbal de Libério Neves Os Concursos Literários	<i>José Raimundo Gomes da Cruz ...155</i>
A escuta de idosos: um novo paradigma	<i>Luiz Carlos Abritta ...161</i>
Ionesco e Brecht: paralelismos e dissensões entre o estranhamento da estética absurda e a Teoria Brechtiana, a partir de <i>A cantora careca</i>	<i>Sérgio Parreiras Abritta ...165</i>
V - Duas Homenagens a Machado de Assis.....	185
Machado de Assis e as lições da PEC 37	<i>Enéias Xavier Gomes ... 187</i>
Machado de Assis poeta	<i>Luiz Carlos Abritta ...209</i>
VI - Nossos Colaboradores.....	213

I

Peças Ministeriais Históricas

A Denúncia da “loba romana”

Leontino de Melo Chaves

A denúncia da "loba romana"

Dentre as peças jurídicas produzidas no seio do Ministério Público de Minas Gerais, e que merecem registro e preservação, está a Denúncia oferecida pelo Promotor de Justiça Leontino de Melo Franco, em uma das comarcas pelas quais passou em sua carreira.

A par de sua inteligência e cultura, não raro suas peças jurídicas eram envolvidas em fina ironia. Uma delas aqui está! O seu conteúdo foi mantido na íntegra, embora tenhamos alterado os nomes dos seus partícipes, em respeito ao direito de privacidade dos mesmos.

Ministério Público de Minas Gerais

A Promotoria de Justiça desta comarca Denuncia a V. Excia, Deolinda Dores de Souza Pereira, pelo seguinte fato criminoso:

Custódio Brás Pereira representou à honrada autoridade policial de Mogiaçu contra denunciada, sua esposa, a quem imputa a prática de adultério.

Segundo a versão dos autos os fatos tiveram o seguinte desdobramento:

Na noite de 05 de julho do ano passado, aproximadamente às 21:00 horas, Custódio estava assistindo a uma disputa de futebol televisionada, em sua residência, sita nesta cidade, enquanto sua mulher, a ora denunciada, fora visitar os pais dele ou uma sua irmã, também residente nesta cidade.

Terminada a partida futebolística, Custódio dirigiu-se à casa de seus pais ou de sua irmã Elisa Brás Pereira para trazer a denunciada para casa, pois a noite já ia alta.

Lá chegando, perguntando por Deolinda Dores, foi informado de que ela estava em seu quarto, mas, no momento, não poderia atendê-lo, porquanto estava amamentando uma criança.

Custódio não acreditou na estória e, como São Tomé, para tirar a prova dos nove, encaminhou-se para o aposento onde se encontrava Deolinda Dores dando "mamadeira" a uma "criança"... de 52 anos de idade...

Para surpresa sua, ao abrir o quarto, viu dele sair não um bebê bem amamentado, mas o Sr. Luiz Carlos Madureira, a quem Deolinda, por certo, e pelo visto, amamentava.

O comborço Luiz Madureira deixou o quarto por uma das janelas, em trajes sumários e endêmicos, levando nas mãos, amarfanhadas, a cueca e a calça e desenvolvendo uma velocidade incompatível com as condições de tempo e lugar, infringido resolução relativa ao fluxo de veículos no país, na parte em que proíbe velocidade superior a 80 quilômetros horários.

Lembrou-se, naquele momento de grave abertura, com o marido traído a seus calcanhares, de Paulo Pinheiro Chagas que, em seu "Esse Velho Vento de Aventura", dizia que "o poder de Deus é imenso, mas o mato é maior" e correu, de fato, para o primeiro mato encontrado, a fim de recompor-se, de refazer-se e ganhar fôlego, que estava se extinguindo como uma vela no castiçal.

Deolinda Dores, que representava uma versão mais realista da "loba romana", também se apresentava em estado bíblico.

O que o marido, quase apoplético, não conseguiu entender é que para amamentar alguém fosse necessário que tanto o amamentado quanto a

amamentadora tivessem que se desfazer do vestuário comum, inclusive dos trajes íntimos.

Além do mais, nunca lhe passou pela cabeça, coroada de olímpicos chifres colocados pela esposa, que a casa de sua mana se tivesse transformado em creche de bezerrões de 52 soberbas primaveras.

Não lhe foi possível entender, pelo menos *ab ovo*, como um homem de seus bem vividos e nutridos 52 anos de idade ainda mamasse e em que mamadeira, Deus louvado!!!

É muito possível que tenha havido amamentação – André Gide nos “Subterrâneos do Vaticano”, se não há engano, afirmara que a realidade é mais fecunda que a imaginação –, mas é fora de dúvida de que houve uma sobremesa mais substancial: o adultério.

A própria denunciada Deolinda Dores, em bilhete dirigido ao marido enganado, confessa o adultério, mas o atribui a um “momento de fraqueza”, mas o certo é que dar “mamadeiras” a marmanjos de 52 janeiros não é bom fortificante para ninguém.

É dose para elefante, sim senhor!!!

Pelo seu comportamento incorreu a denunciada Deolinda Dores de Souza Pereira nas penas do art. 240 do Código Penal brasileiro, pelo que esta Promotoria oferece a presente Denúncia, requerendo:

A citação da denunciada para acompanhar todos os termos desta causa, até sentença final;

A inquirição das seguintes testemunhas:

Dantre de Moraes;

Cláudio de Moraes.

Barra de Santo Antônio, 28 de março de 1979.

Leontino de Melo Chaves

A sentença condenatória
do “cabra” Manoel Duda

Manoel Fernandes dos Santos,

A sentença condenatória do "cabra" Manoel Duda

Há peças judiciais que vão além da realidade e, não raro, adentram no próprio imaginário popular. Uma delas é a que se segue. Por mais de um século ela tem sido respeitada, guardada e repetida: merece assim ser reproduzida neste momento.

SENTENÇA DO JUIZ MUNICIPAL EM EXERCÍCIO, AO TERMO DE PORTO DA FOLHA – PERNAMBUCO - 1883¹

Súmula – Comete pecado mortal o indivíduo que confessa em público suas patifarias e sedus boxes e faz gogas de suas vítimas desejando a mulher do próximo, pára com ella a fazer suas chumbregâncias.

O adjunto Promotor Público representou contra o cabra Manoel Duda, porque no dia 11 do mês de Senhora Sant'Anna, quando a mulher de Xico Bento ia para a fonte, já perto dela, o supracitado cabra que estava de tocais em moitta de mato,

¹ Esta sentença ocorreu na antiga Villa de Porto da Folha, hoje município sito às margens do Rio São Francisco, no Estado de Sergipe. Esta sentença foi divulgada em alguns jornais virtuais e *sites* jurídicos do Brasil, por exemplo, nas páginas de *Ad Referendum*, *Usina de Letras*, *Recanto das Letras*, *o Norte de Minas Gerais*, *Jus Navigandi*, *Teologikas*, *Livros e afins*, *Estudos de Direito*, *Fórum Jurídico*, *Jurisciência*, *Consultor Jurídico*, *Almanaque Brasil*, *Pérolas do Judiciário*. Nela procuramos manter sua grafia original.

sahiu dela de sopetão e fez proposta a dita mulher, por quem rola brocha, para coisa que não se pode traser a lume e como ella recusasse, o dito cabra atrofou-se a ella, deitou-se no chão deixando as encomendas della de fora e ao Deus dará, e não conseguiu matrimônio porque ella gritou e vei em amparo della Nocreyo Correia e Clemente Barbosa, que prenderam o cujo flagrante e pediu a condenação della como incurso nas penas de tentativa de matrimônio proibido e a pulso de sucesso porque dita mulher taja pêijada e com o sucedido deu luz de menino macho que nasceu morto.

As testemunhas, duas são de vista porque chegaram no flagrante e bisparam a perversidade do cabra Manoel Duda e as demais testemunhas de avaluemos. Dizem as leis que duas testemunhas que assistem a qualquer naufrágio do sucesso fazem prova, e o juiz não precisa de testemunhas de avaluemos e assim:

Considero que o cabra Manoel Duda agrediu a mulher de Xico Bento, por quem rola brocha, para coxambrar com ella coisas a que só o marido della competia coxambrar porque eram casados pelo regime da Santa Madre Igreja Católica Romana.

Considero que o cabra Manoel Duda deitou a paciente no chão e quando ia começar as suas coxambranças viu todas as encomendas della que só o marido tinha o direito de ver.

Considero que a paciente estava peijada e em consequência do sucedido deu à luz um menino macho que nasceu morto.

Considero que a morte do menino trouxe prejuízo a herança a que podia ter quando o pae delle ou mãe falecesse.

Considero que o cabra Manoel Duda é um suplicado deboxado que nunca soube respeitar as famílias de suas vizinhas, tanto que quis também fazer coxambranças com a Quitéria e a Clarinha, que são moças donzellas e não conseguiu porque ellas repugnaram e deram aviso a polícia.

Considero que o cabra Manoel Duda está preso em pecado mortal porque nos Mandamentos das Igreja é proibido desejar do próximo que elle desejou.

Considero que sua Majestade Imperial e o mundo inteiro precisa ficar livre do cabra Manoel Duda, para secula seculorum amem, arriem dos deboxes praticados e as sem vergonhas por elle praticados e para as fêmeas e machos não sejam mais por elle incomodados.

Considero que o cabra Manoel Duda é um sujeito sem vergonha que não nega suas coxambranças e ainda faz isonga das encomendas de sua vítima e por isso deve ser botado em regime por esse juízo.

Posto que:

Condeno o cabra Manoel Duda pelo malifício que fez a mulher de Xico Bento e por tentativa de mais malifícios iguais, a ser capado, capadura que deverá ser feita a macete.

A execução da pena deverá ser feita na cadeia desta villa. Nomeio carrasco o Carcereiro. Feita a capação, depois de trinta dias o Carcereiro solte o cujo cabra para que vá em paz.

O nosso Prior aconselhou:

Homine debochado de debochatus mulherorum inovadabus est sententia quibus capare est macete macetolrum carrascus sine facto notre negare pote.

Cumpra-se e apregue-se editais nos lugares públicos. Apelo ex-officio desta sentença para o Juiz de Direito desta comarca.

Porto da Folha, 15 de outubro de 1833.

Manoel Fernandes dos Santos,
Juiz Municipal suplente em exercício.

II

Poemas

Sempre

Élida de Freitas Rezende

Sempre

(Para Murilo de Moraes e Miranda)

Sem falar prolixo
te compus um dístico

Lembro e vejo agora
seu sorriso místico

Um milhão de vezes
dado estatístico

Seu jeito de ser
característico

Sua companhia
meu eterno vício

Seu ser soberano
poder vitalício

Pra rimar mais fácil
seria Maurício

Mas se é Murilo
acaba-se a rima

E concludo então
este verso rústico.

Cárceres

O grito

Itinerário da Tarde

Francisco Lins do Rego Santos

Cárceres

Paisagem bruta
amarga viagem
tortura.

Todas as calçadas são cárceres
de homens que se espremem
entre prédios de cidades sem nomes.

Todas as casas são ilhas
ocupadas por naufragos das ruas,
e todos os quartos são camas desfeitas
pela desfaçatez do amor.

Paisagem muda
cega viagem
loucura.

Todos os homens são máquinas
ligadas ao nada que arquitetam o vazio.

O Grito

Veze há em que me vem uma vontade
de compor em gestos o meu silêncio
e transpor em atos os meus pensamentos.

Vontade de ser um voluptuoso,
de sentir da vida
o tudo
e da vida tudo
viver.

Enfim, de vivificar em um só momento
a invênica de todo um tempo perdido!
Vontade de clamar ao homem
insensatez de não ser seu sonhador...
que nada é real além do sol e da chuva
que queima e lava nosso estranho rosto.

Vontade de comover os corpos
que pisam as pedras,
na espera que me consolem
as lágrimas vertidas,
e de gargalhar no templo,
na muda expectativa
que algum riso me acompanhe.

Itinerário da Tarde

Centro da cidade
- entardecer de cores...
de antigos amores
que se burlam nos bares
e se diluem nas vitrines.

No itinerário da geometria torta
das calçadas, em meio a corpos
que desfilam vestígios de delitos,
os que me olham, passam,
e não percebem o meu rosto comovido
pelo rubro suicídio da tarde.

E pressentir que os meus olhos umedecem,
me deixa, de repente,
sem saber o que fazer...

Logo, não tenho pressa nem pernas,
observo as sombras
que perpassam as faces
e já me revelam as angústias do porvir.

El primer beso

En mi horizonte

A mis hijos

Nuestros hijos

Una y mil veces

José Luiz Monti

El Primer Beso

Fue así,
mezcla de juego y aventura,
debajo de un laurel añoso,
miradas de sorpresa,
voces de ternura.
Labios temblorosos
que apenas se acercan
apretando los ojos.
En derredor,
griterío de chicos
jugando escondidas,
una brisa crepuscular
envuelve las luces encendidas...
horas perdidas
en un lejano diciembre,
ya brumoso.

En mi horizonte

(a Nico)

Allí precisamente,
donde quiebra la luz crepuscular
y el cielo se pierde en un continuo
con la pampa o con el mar.
Allí donde se corta el arco iris
agujereando las nubes
después del chaparrón.
Donde las montañas insinúan
su silueta oscura
y su blanco capitel.
Allí donde el manto rojizo de la tarde
anuncia el buen tiempo
que la gente espera;
y el rosado en la mañana
la vecindad de la lluvia
y la tormenta.
Allí precisamente,
mi mirada se ha perdido en vos
y en el lento anochecer
va dibujando tu figura ausente
que busco retener
en el cansado *zenit* de mi memoria.

A mis hijos

Quisiera ser para mis hijos
como el arco,
que dispara las flechas
con dirección precisa y medido impulso
para alcanzar su destino;
pero ellas
parten solas y libres
hacia él.

Nuestros hijos

Tantos desvelos
tantas profecías
llegan nuestros hijos
contando los días.

Forjan ilusiones
arrancan la risa
inspiran canciones
imponen la prisa.

Invaden nuestras horas
gritos y pesares,
largos coloquios,
parloteos familiares.

Crecen sin respiro
y con mirada sombría
los vemos alejarse
contando los días.

Una y mil veces

Una y mil veces
vendavales de violencia
de ira y de rencor
se abatirán sobre la casa,
conmoverán sus cimientos
golpearán sus paredes
y la derribarán.

Una y mil veces
correré a levantarla;
verteré la paz en sus cimientos
elevaré sus paredes con amor
con paciencia extrema
sostendré sus techos
con caridad la reconstruiré.

Una y mil veces
la aurora desvanecerá sueños
los esfumará lentamente
como el rocío en la mañana.

Una y mil veces
los volveré a soñar
y fecundaré nuevos cada noche
hasta inundar con ellos
cada amanecer.

Una y mil veces
la oscuridad cegará la luz

hundirá en las tinieblas los espíritus
Una y mil veces
encenderé un candil
y otro y otro más,
me batiré contra el miedo
y la penumbra
extendiendo hasta el confín
la claridad.

Responso por Bento Rodrigues

Marcos Paulo de Souza Miranda

Responso por Bento Rodrigues

Vida sossegosa lá se foi
Lama abaixo, correndo forte
Prosa boa, maneirosa
Foi embora, foi pra morte

Hortinha cheia de fartura
Crença firme, cheiro quente
Muro de pedra, coisa dura
Choro miúdo, pouca gente

Barro corre feito sangue
Matou as formigas do meu chão
Apagou o brilho dos meus olhos
Deixou-me a triste sombra do não

Passarinho que espia
Assustado das Mercês
Leva meu pranto, meu adeus
A São Bento que me fez

Adeus, cheirinho doce
Assada broa de fubá
Levaram-me quase tudo
Pouca esperança no peito há

Mas um dia Justiça chega
Vai voltar o Santarém
Em Bento quero estar
Na hora final, Amém.

Observação: Este tardio responso (oração para achar coisas perdidas ou para que não sucedam males que se receiam) é dedicado às dezenove vítimas fatais do crime ocorrido em Mariana, em 05 de novembro de 2015, a quinta-feira mais sangrenta da história do país. Mataram até um rio.

Que nunca sejam esquecidos os nomes dos trabalhadores da empresa mineradora: Ailton Martins dos Santos, Claudemir Elias dos Santos, Daniel Altamiro de Carvalho, Edinaldo Oliveira de Assis, Edmirson José Pessoa, Marcos Aurélio Pereira Moura, Marcos Xavier, Mateus Marcio Fernandes, Pedro Paulino Lopes, Samuel Viana Albino, Sileno Narkievicius de Lima, Valdemir Aparecido Leandro e Vando Maurílio dos Santos, vítimas inocentes da in consequência alheia. E dos moradores de Bento Rodrigues: Ana Clara dos Santos Souza, de 4 anos; Bruno dos Santos Souza, Emanuele Vitória, de 5 anos; Thiago Damasceno Santos, de 7 anos; Maria Elisa Lucas e Mariana da Silva Santos, que pagaram com a vida o preço de viverem ao lado de uma mineradora.

Que suas vidas não tenham expirado em vão!

A História do Símbolo da Paz

Maurício Braga de Mendonça

A História do Símbolo da Paz

A Síria, país situado na Ásia – Oriente Médio – vem sendo vítima, neste começo do século XXI, de uma sangrenta luta fratricida, na violenta guerra civil que se estende por longos cinco anos, com mais de 200 mil mortos e feridos. Naquelas terras milenares arrasadas e constantemente bombardeadas pelo governo de um ditador sanguinário, milhares de famílias tentam fugir para outros países em procura da paz.

Esta é a triste história contada em versos de uma criança de apenas 3 anos que, com seus pais, fogia de sua terra para ir ao encontro da felicidade e perde a vida na imensidão do mar mediterrâneo.

ALAN

“Quando as portas do mundo se fecham”

Um lancinante e sobre-humano grito
Ecoa-se no negro e misterioso céu
Nas terras rochosas da velha Síria
Parecendo acordar as hostes de Saladino.
Na saudosa e querida Kobani
Terra de seus antepassados.

Saímos daí para quê?... Oh! Senhor Alá!
Indaga a mente infantil do menino.
Um frágil bote está à deriva no Mediterrâneo

E é tragado pelo monstro marinho
A criança se desprende das mãos paternas
indo dormir já no claro da aurora
Nas areias encharcadas da Turquia
Naquela fria e úmida praia de Bodrum
Surgido das águas congelantes do tempo
Nos pés bailando os sapatinhos molhados
indaga o menino que sonha: Para onde vou,
Senhor?
- Aqui tem guerra! Os homens se matam!!

No cinza daquela manhã, a alma infantil
brada:
- "Senhor ALÁ! Acabou a cerca de arame
farpado,
A hipocrisia e a miséria
Sou muito além da miséria humana!"
EU SOU ALÁ, O SÍRIO
EU SOU O FILHO DA PAZ UNIVERSAL.
Lentamente alguém conduz seu corpo frio...
... Onde estou?!
... Para onde vou?!
Meu berço é nas areias de Bodrum, aqui não
Aqui tem guerra, os homens se matam!
Eu quero é a paz

Quero sonhar
Eu sou muito além dessa tragédia humana
Eu sou Alan, o filho da Paz Universal!

Espelho

Fuga Cotidiana

Sérgio Soares de Oliveira

Espelho

Chegaremos
Onde?
Pouco importa
Chegaremos

Confia?
Confio
Siga logo
Esse caminho

Mais perguntas?
Há respostas
Tens as chaves
Dessas portas

Posso abrir?
Devo entrar?
Talvez, melhor
Me isolar

Faça a escolha
Que lhe agrada
Sabes bem
O que guardas

Tenho dúvidas
Tenho medo
Incerteza,
Dói no peito

Quem és tu?
Que me fala
Nessas longas madrugadas
Sempre calmo a me escutar

A resposta, meu amigo
Bem conheces, por instinto
Sou você
A lhe espreitar.

Fuga Cotidiana

A incerteza, o infinito
O que aconteceu comigo?
Pensamentos que se vão...

E então você me olha
Com os olhos, me implora
Um pouco de atenção

Então torno à realidade
Exercício de resgate
Longe da abstração

Mas ao seu menor descuido
Eis que parto, sigo, rumo
Ao labirinto da emoção

Nesse jogo não há culpas
Se é que entendes minha agrura
No equilíbrio da razão.

Viagem

Estigma

Walter Paulo Sabella

Viagem

Sepultei nas terras
do caminho
os mil corpos
que tive.

E deixei nos arquivos
do tempo
os manuscritos
da minha história.

Sou eterno. Não tenho história!

Nasci para não morrer.
Ainda que mil vezes
Tenha vivido a morte.

Adormeci
no sobrevir das noites
Para acordar
no alvorecer dos sóis.

Sou viajor dos mundos
que os homens não podem ver.
Minha viagem começou sempre.
Eu sou!

Viajor do tempo
Ouvi o cântico dos povos
nos palcos do mundo.

tempo sem datas
povos sem rosto
mundo em ruínas

Contemplei auroras e poentes
Adorei deuses pagãos
Aplaudi rituais de sangue.

As veredas que trilhei
ficaram em Norte esquecido
nos espaços do infinito.

De onde vim, não sei.
Dos mistérios da amplidão,
talvez.

Estigma

A mentira dos profetas
a ruína das ermidas
os operários em protesto
nas procissões que não louvam,
mas querem, requerem

as ruas ébrias de botequins
e as meretrizes de beijos pagos
as glórias imerecidas.

As predições que não vingam
O sofisma que fere a verdade

Os ninhos calcinados
de pássaros ausentes
a chacina – o genocídio
as ogivas de fogo
a incerteza de sobreviver
ao próximo minuto

o sexo, a orgia, o poder e a morte
a orgia do poder
a orgia da morte
nas ogivas de fogo

o estigma das faces.
e o grito da consciência
o grito nas faces –
o estigma na consciência.

as mãos crispadas dos que anseiam CRISTO
o Verbo e a Carne

as fórmulas da paz
a corrida armamentista
as pregações dos que sabem
as estradas da salvação
a fé, o desejo, a dor
o milagre, a anarquia
a anarquia da fé

a malsinada lavria
dos cinzéis do ódio
nas mãos odiativas

a fragilidade do existir
a paz que já tarda!

III

Pontos, Prônicas e "Causos"

A energética rota gênica do grandalhão
João Adolfo, um *cabra* com ares astrológicos

Antônio Lopes Neto

A energética rota gênica do grandalhão João Adolfo, um cabra com ares astrológicos

Com ou sem tira-gosto poético?! Extremos da memória...
Sem exageros... E o paranoico oceano subterrâneo!
Tragam os recordistas do saudosismo familiar...
Montagens de um auspicioso centro astronômico; vulnerável
às irradiações!
Um novo e arrojado cérebro para os destemidos dos sertões!

– Dê-lhe um tucupi... O home tá com febre...

No caminho de décadas passadas, entre longos cânticos de
noviças e noviços, nascia um meninão branquelo quase morto...
Ponha a mão na massa!

Um grito cigano... Sorte lançada na amplidão...

O sistema de células imunes destruindo todas as latentes
infecções que deterioravam o debilitado corpo de João Adolfo,
mais um dos Fidélis *pai d'égua!*

E, sem qualquer tipo de tratamento médico convencional,
a milagrosa e milenar terapia dos místicos Mayas salva outra pre-
ciosa vida humana. Estragos consertados.

Tempero de azeite de dendê e pimenta-malagueta,
gingibre... Raízes de mofumbo, orações indígenas, amuletos da
esperança!

E, nos cansados e rústicos escritos desse polivalente e
bravo profeta que desde cedo combatia os anarquistas, já se via

luares fortemente ensolarados. Tornou-se o maioral no estudo dos planetas, com destaque para a Via Láctea... Não se esquecia das sagas bíblicas... E do famoso evangelho cearense!

Lá, dizia, não havia explorações sexuais infantis e administradores corruptos. Mente sã, sem facilidades e sem falcatruas...

Confessava, ainda, ser o fiel guardião, por desígnios celestiais, dos dados arqueológicos dos seus antepassados, que habitaram a mais famosa península mexicana; com as precisas observações científicas do famoso esqueleto embalsamado, com técnica dos faraós, do chefe dos sacerdotes Mayas, da Casa Real do Império do Sol. Esse João não parava de matutar...

A escavação realizada na magnífica Lagoa do Pau do Monte, que nem nas secas prolongadas escasseava suas cristalinas águas, em uma caverna subterrânea estreita e escura, povoada por grandes morcegos, encontrou centenas de corpos danificados, roídos por ferozes dentes afiados de criaturas carnívoras. Tais pedaços de ossos traziam importantes segredos dos homens primitivos. Terremoto em perspectiva... Simples, mas excitante... Literatura médica falando em transplante de útero...

E os constantes pesadelos do jovem João Adolfo? Esse homem conhecia os segredos do cérebro! Ele era complexo como muitas galáxias...

Via, nos primórdios, uma grande aldeia de lésbicas, guarnecida por monstregos musculosos das veteranas e vitoriosas legiões romanas... Seriam todos homossexuais? Não se pode afirmar!

A seguir, a visão opaca, porém alegre, das lindas e femininas moças muçulmanas! Quebrando tabus... Sexo... Aconchegos nos desertos do Oriente Médio! Modulações dos pensamentos em escalas alternativas! Desafios ou armadilhas?

Mas foi entre conservadíssimas ossadas de monstruosos chimpanzés com confortáveis roupas de couro de jacaré, orcas enormes ornamentadas com delicados laços de fitas douradas e azuladas, que o valioso caderno-enciclopédia encontrado, na sua primeira página, indagava acerca da abertura das enfeitiçadas

fronteiras da monumental Galáxia de Zeus, repletas de paineiras floridas; e enaltecia a coragem dos domados elefantes voadores, com turbantes amarelos e verdes, em procissões de louvor ao astro-rei... Qual seria? Vozes vindas de Júpiter... Só meu avô *Antrope* conhecia esse segredo!!! As araucárias na Serra do Mar, com pinhões, camuflam esse energético mistério!

O tempo passou com uma velocidade incrível! Vivendo a prolongada velhice, João Adolfo, já bisavô, entre náuseas e insônias, mas em plena atividade, saudável, com seus circuitos cerebrais privilegiados e dos potentes e conservados neurônios das retinas, perfeitos, podia perfeitamente visualizar o brilho fluorescente com que a estrondosa rapidez das galáxias dos Mayasse deslocava... João tinha as células nervosas sem distúrbios.

E, na noite de sua triste e sentida morte, a deslumbrante Via Láctea, onde as galáxias iluminadíssimas estavam, sem exceção, rigorosamente alinhadas, em luto profundo, sem a remota possibilidade de colisão; com a respiração cósmica comprometida, enxergava vultos de satélites angelicais, como se fossem os almejados céus dos devotos católicos!

E suas últimas palavras, com fincas nas suas profundas reflexões e pesquisas: as várias doenças do cérebro, tais como Parkinson e Alzheimer, descobertas pelos incas ainda na infância primeira do planeta Terra, na América, podem ser minimizadas ou curadas pelos fluidos glaciares da "Era do Gelo".

Uma pausa! Espaços do sábio conhecimento... Conquistas a ferro e fogo! E o manual antiquíssimo que falava de cesáreas? Teriam os povos antigos domínio dessa cirurgia?

Uma indagação: será que o profícuo trabalho de João Adolfo seria um plágio? Seria um gênio ou um maluco?! Não; esse cidadão praticava a ciência da fé.

Seu intacto corpo, de paletó e gravata, em um perfeito figurino, desassossegado, profundamente zangado com essa infundada suspeita, uma calúnia, bufa e estremece o solo jaguaribano. E nos compactos bosques-cemitérios das cobiçadas e vistosas

castanheiras adultas do Limoeiro do Norte, onde as nutritivas castanhas eram devoradas pelos famintos ursos brancos, esquilos falantes, veados maquiados, selvagens e perus com saias escoçadas, a poderosíssima rainha-luz da Floresta da Maya, enchendo os intermináveis recipientes da borbulhante imaginação equilibrada de João Adolfo, na lúcida dimensão histórica dos grandes feitos, afastando temidos temporais e qualquer tipo de assustador ciclone tropical, disse mansamente:

– *Lamenta-se!*

O indesejado falecimento do criterioso cientista João Adolfo, ante uma altíssima e irreversível pressão no crânio, foi fatal! Causa do brusco rompimento dos tecidos cerebrais...

O certo é que esse homem, competente e humilde, astrônomo da Via Láctea, foi, sem dúvida, o mais criativo e original pesquisador-cidadão da sua época; completou a “Senhora da Verdade”, habitante das grandes e imortais civilizações das pirâmides, de deusas e deuses, todos da encarnação Maya.

Na ponta de um discreto *iceberg*, da sofisticada memória escritora, entre milhares de exuberantes galáxias, sinto a presença da origem da vida... Seria a busca de um cérebro inviolável e imortal! Deus!

E na desejada e infinita dimensão do criar, com a constante parceria da fé no Pai Criador, explode como um vulcão em erupção a carinhosa bondade superlativa da fêmea escolhida, diplomada em Ciências Sociais, a marca mais expressiva do querido tio-avô ancestral, o sertanejo João Adolfo, um líder de valor.

Se qualquer dúvida embaçar suas ideias, consulte o tarô!

O que ficou desse **Maya Fidélis** illustre: a autoestima, de uma voz inquieta, como fator impulsionador da prevalência dos direitos coletivos e sua fixa ideia de que todo o desenvolvimento material deve estar aliado ao crescimento social!

Sentindo uma vívida sensação de salvação e de paz interior, vem um forte estímulo para enxergar a barra do horizonte sem divisas... Óperas limoieirenses! Teatro a céu aberto! Onde encontrar a vitória definitiva do existir? Vida eterna...

Adão e Eva e uma caixinha de veludo

Alamos

As árvores do CAP II

Danielle de Guimarães Germano Arlé

Adão e Eva e uma caixinha de veludo

Noite dessas, no horário de leitura para os filhos, o mais novo aportou à cama como a já surrada “Bíblia para Crianças”, que ele insiste em tentar desvendar, fazendo a mim perguntas que, na maioria das vezes, não consigo responder.

Pois bem. Começamos a leitura pela parte que ele escolheu e, *pimba*, lá estava meu sabatinador, de novo, com suas questões de respostas “NRA” (aquelas de vestibular, para as quais o inquisidornão apresenta nenhuma opção de resposta correta). Já imbuída da certeza de que nunca vou acabar de contar o mencionado livro sem interrupções profundas, ouvi a pergunta que ele lançou: “mas mamãe, se Eva nasceu da costela de Adão, por que eu, simplesmente não nasci da costela do papai?”. Respondi que não sabia (repetindo o ato de tantas outras vezes em que ele cismou de entender a Bíblia), que iria pensar e decretei que era a vez do filho mais velho escolher a história que, para o bem de todos, era um conto de Fernando Sabino.

Leitura finda, filhos na cama, fui refletir sobre a inocente pergunta e me peguei, então, rascunhando estas palavras. Ora, se é verdade que Adão teve capacidade reprodutora por si só, partindo mesmo Eva de sua costela, devemos buscar outra explicação para a criação da figura materna. Assim, se dispensarmos as conclusões de *Darwin*, chegamos facilmente à resposta de que Deus, ao criar a MÃE, tinha em mente algo mais do que a mera reprodução da espécie.

Ideias são produzidas de acordo com a mente do idealizador. Sendo a minha extremamente romântica (chegando a ser melada, por vezes), chego à certeza de que a maternidade foi criada pela **paixão**.

Quando o Supremo Criador viu a filha da costela surgir, deu-se conta de que a mais nova criatura era, em verdade, algo tão inusitado que merecia, em homenagem à espantosa singularidade, um presente de todo inédito. Apaixonou-se no mais puro sentido da expressão, o Criador pela criatura, e decidiu, naquele momento, dar-lhe como regalo alguma coisa que, de fato, fizesse jus a sua existência ímpar.

No processo de tentativa e erro, Deus dotou a mulher, primeiramente, de infundável beleza, mas, sendo onisciente, em segundos percebeu que a beleza não lhe bastaria. Deu-lhe, então, a leveza e a bondade, logo concluindo, da mesma forma, que, mesmo somadas, seriam insuficientes para espelhar tamanha peculiaridade do ser. Prosseguiu tentando e concedeu-lhe a sabedoria intuitiva, tendo, aí, quase se dado por satisfeito. Contudo, notou que beleza, bondade e sabedoria dos instintos de nada valeriam se aquele novo ser não pudesse transcender a si próprio e continuasse tendo apenas o seu umbigo (será que já existia?) como razão de ser. Foi aí, ao pensar em umbigo, que lhe ocorreu a genial ideia do presente perfeito para a Sua apaixonante criação. Era necessário dar a Eva a experiência de poder viver o amor ilimitado que não cabe no limite do próprio ser. Chamando-a a um canto do Éden, colocou em suas mãos uma caixinha de veludo vermelho, com um lindo laço dourado, que guardava o tão procurado presente. Ao abri-la, a primeira mulher entendeu que havia sido agraciada com o maior presente à humanidade feminina, por meio do qual nosso Senhor havia lhe dado o poder de experimentar o único amor transcendental. Ao respirar o pozinho que saiu da caixa, Eva logo sentiu o seu ventre ser preenchido e deu graças a Deus por ter sido escolhida como destinatária do mais precioso presente divino.

Ao criar a maternidade, Deus o fez para dividir conosco, mulheres, a felicidade do único amor incondicional. Quis, de forma absolutamente altruísta, dar a nós, sucessoras de Eva, o experimentar deste sabor. Não o fez pelos filhos, pois estes, como já descobriu meu interrogador, poderiam facilmente continuar,

de maneira hermafrodita, a derivar das costelas de Adão. Agiu exclusivamente para nos presentear com o conteúdo da tal caixinha e dar-nos a possibilidade de começar a saber o paraíso, ainda na terra.

Cheguei à capital portenha após um rapidíssimo voo (duas horas e dezessete minutos, contados de Guarulhos) e uma longuíssima viagem no tempo. Foi aqui, em Buenos Aires, que, pela primeira vez, pisei em solo não brasileiro, há uns quase quarenta anos, numas férias “só para mulheres”, em que, por duas de nossas mães, fomos trazidas para conhecer a Argentina.

Guardo, daquela primeira aventura “ao estrangeiro”, as deliciosas lembranças de nossos pedidos nos restaurantes (*pancho con naranjada*), de nossos pulos na cama do então chiquérrimo Sheraton e de nosso susto quando a pequenina do grupo, minha metade-que-me-faz-inteira, ficou presa no teleférico de Bariloche e tivemos que aquecer com jornal seus pezinhos quase congelados. Na mesma linda Bariloche, meus filhos foram apresentados à neve, há cerca de uma década e há dois anos, os trouxemos, já adolescentes, a esta cidade, numa escala de viagem ao Chile. Também aqui já estive com os queridos “Tugas”, numa de nossas expedições pró alfinetes vermelhos no mapa *mundi*.

Com o álbum da memória já bem cheinho, pousei no país de nossos *hermanos* e, após uma verdadeira peregrinação para encontrar um quarto livre (o hotel há meses reservado sofreu uma inesperada falta de energia), debaixo de um calor acachapante, instalei-me e saí, roxa de fome, atrás de um restaurante aberto.

Descendo a Avenida Santa Fé, escolhi um café daqueles que lembram os filmes de Darín, onde garçons bem arrumados, de gravata preta e avental listrado, entenderam meu péssimo espanhol e me serviram um delicioso *bife ancho* com *papas fritas*, com um tinto sensacional.

Nunca fui grande apreciadora de vinhos, mas, em terra de grandes vinícolas, não consegui dispensar o conselho do *maître*, e, após meia garrafa de um delicioso *Alamos*, aqui estou, de volta ao hotel, saudosa dos meus, comendo *Havannas* como uma transloucada e assistindo à CNN em espanhol, prometendo, para mim mesma, dedicar-me ao estudo da língua, fazer aulas de tango, ler a obra inteira de Borges e de Cortázar, aprender a fundo a história de Evita e quase torcendo pelo Messi na Copa do Mundo.

Acho melhor amanhã pedir uma *Quilmes*, no máximo...

As árvores do Cap II

Inveja. Pecado capital. Sentimento inconfessável e inconfessado, na maioria das vezes. Como maioria não é unanimidade, abro, hoje, exceção, para confessar a inveja que senti quando recebi a notícia da Professora Olga, a respeito da comemoração do aniversário do “Clube de Leitura do CAP”.

Inveja boa, esclareço logo, pois sendo a portadora da notícia minha mãe, e sendo ela a mais amada de todas, a inveja da recebedora não poderia ser do tipo pecaminoso (tratando-se inveja de pronto assumida, presumo que já tenha sido perdoada pelo eventual leitor). Inveja dos que lá estiveram e puderam presenciar o narrado sucesso do evento. Inveja de não ter experimentado a emoção da releitura de um clube tão especial. Inveja de não ter tido a rara oportunidade de revivenciar o CAP, no esplendor de seus áureos tempos. E foi, assim, ainda com a sensação de ter perdido a tal joia no mar (tão distante das hoje minhas Minas), que abri minha caixa de *e-mails*, para me defrontar com “As Árvores do CAP”, texto escrito pela noticiadora em 1998.

As lágrimas que pingaram no teclado não foram as mais usuais (a idade me fez adquirir a estranha característica de leitora chorosa). Foram especiais. Lágrimas de saudade, com gosto de deliciosas lembranças. Saudade dos antigos prédios, o do CAPINHO (que da janela da minha casa na Satamini eu avistava e almejava, mesmo antes de ser nele admitida, por insistência de uma querida tia, descobridora do erro na classificação dos aprovados) e do CAP (sonho de menina de quarta série, que apesar de já ser *Menina e Moça*, não gostava de Machado de Assis, respeitando o sagrado direito do leitor, decretado pelo Professor Gustavo, de escolher seus escritores prediletos).

Saudade dos inspetores, “Seu Cleber e Dona Rosilda”, anjos negros que guardavam os portões do paraíso, que, ingenuamente, ainda acreditávamos estar do lado de fora. Saudade dos banheiros e dos segredos que aprenderam a guardar. Saudade de um tal “Juquinha”, que nos mostrou um mundo novo, que, mais de duas décadas depois, já tem outras fronteiras, outros donos, outros muros e outros nomes.

Saudade da “História das Civilizações”, que nos introduziu no amor à matéria, tornando-nos futuros leitores vorazes de Eduardo Bueno. Saudade do coral (“orequáquácasatêê...), das aulas de Francês (“alô, c’est Phillipe Ledoux?”) e de tantos outros mestres, esquecidos nos nomes, mas não nas lições eternas.

Saudade de amigas inseparáveis, que açodavam, tardavam e, muitas vezes, dormiam juntas, sob o pretexto de estudar para uma prova no dia seguinte. Saudade da espera ansiosa pela hora do recreio, para a resposta ao pedido de namoro do Constantino, galã da turma 12. Primeiro namorado e primeiro beijo, escondido na escadaria do ginásio.

Saudade de uma época em que nos ensinaram a pensar, a criticar e a respeitar as diferenças. Saudade do orgulho de ver a irmã subindo o morro, “promovida” para o CAP, com uma turma que se tornou meio irmã também.

Saudade do barulho da “mobilete” do Serginho, do cheiro do laboratório de Patologia, do mural da Guerra das Malvinas, das camisas coloridas das Olimpíadas, dos almoços no refeitório, dos primos, uns “cdfs”, outros, quase expulsos, todos, contudo, seres humanos fantásticos, do tipo que só o CAP soube formar.

Saudade de tantas coisas hoje em desuso, de tantas pessoas tão caras, de árvores que não mais existem. Os pés de jamelão, que não sei se ainda lá estão (terão sido podados, arrancados?), murcharam para sempre. Os uniformes, as ideias e as lembranças. De um roxo indelével, que nem a querida Sebastiana, nem os muito mais de vinte anos conseguem “desmanchar”. Vão as árvores. Boas árvores. Velhas árvores. Ficamos nós, eternizando nosso CAP, em delicadas gavetas da alma.

Revolução de 1930
A Coluna Revolucionária Cristiano Machado
invade o Espírito Santo

Joaquim Cabral Netto

*Revolução de 1930*² *A Coluna Revolucionária Cristiano Machado invade o Espírito Santo*

(Refazendo memória de um Diário de Campanha)

Manhumirim é uma cidade do leste do Estado de Minas Gerais, encravada quase ao sopé do Caparaó, próxima do Pico da Bandeira, na fronteira do Espírito Santo. Em 1930 era uma pequena cidade com não mais de 10.000 habitantes e que havia conseguido, há pouco tempo, sua emancipação político-administrativa.

Naquele ano ocorreu uma manifestação político-social de dimensões como até então nunca se vira no Brasil: a Revolução Liberal.

Os juízos de valor sobre ela ainda hoje não são acordes, mas viu-se, então, o povo em armas! Aquela Revolução tem, ainda hoje, passagens desconhecidas da sua historiografia.

Naquela época, em algumas pequenas cidades arregimentaram-se homens para a luta armada; em centenas delas as manifestações pró e contra eclodiram numa oratória apaixonada; algumas chegaram a fazer deslocamentos ferroviários de tropas, mas que não raro nada mais foram do que passeios. Todavia, na alta Zona da Mata, numa cidade, na verdade a menor e mais nova delas, quase perdida e esquecida, encravada na fronteira com o Espírito Santo, Manhumirim, as coisas foram diferentes.

2 Meu pai viveu e contou-me esta história, e ela aqui está! Escrevi-a na primeira pessoa, como se fosse ele próprio a escrever. Com isso, procurei dar aos fatos a sensação de que eles estariam ocorrendo agora, e não com uma distância de mais de três lustres.

Foi lá que ocorreu uma das páginas da Revolução Liberal de 1930 em nosso Estado, até hoje conhecida de poucos.

Com a explosão da Revolução da Aliança Renovadora Nacional de 1930, a um pedido direto do próprio Secretário do Interior e Justiça da época, Cristiano Machado, foi criado o Comitê Revolucionário de Manhumirim constituído pelo Médico Doutor Alfredo Lima, como Presidente, pelo Advogado Doutor Vasco Soares de Moura e pelo comerciante José Teixeira Porcino, Delegado de Polícia local.

Coluna Revolucionária Cristiano Machado foi o nome escolhido para a tropa formada. Era constituída de uns “bate-paus” e fazia uns desfiles “pra baixo e pra cima” nas ruas da cidade, com o sargento-comandante do destacamento local dando ordens e instruções.

Com o passar dos dias, a Coluna foi crescendo e, ao final, com a incorporação do destacamento da polícia local formou-se um bloco de cento e vinte homens, a maioria armada com revólver H.O, garruchas e carabinas “papo-amarelo”, além de uns poucos fuzis portados pelos policiais locais.

As ordens recebidas esclareciam que o Estado do Espírito Santo seria invadido, porque o seu Governador não aderira à revolução. Nós deveríamos invadi-lo pelo centro; do sul encarregar-se-ia a Coluna Mineira, sob o comando do Capitão Barata,³ e do norte cuidaria a coluna do coronel Amaral, de Minas Gerais.

No dia 14 de outubro de 1930, a nossa Coluna se pôs em marcha. Cerca de cem homens em caminhões, e vinte em quatro “fordes-bigode”, saíram ao anoitecer. À meia-noite, a fronteira do Estado foi atingida em Santana do Zé Pedro – hoje Pequiá – então Distrito de Rio Pardo.

A “ocupação” de Pequiá teria de retratar a existência de uma Revolução. Assim, na escuridão e no silêncio da noite, irrompemos no lugarejo, destituímos as autoridades locais e as substituímos. Ocuparam-se a Agência dos Correios e a Coletoria

3 Mais tarde ele morreria como General. Foi Governador do Estado do Pará.

Estadual, colocando-se nesta um substituto e, para ficar à frente do Distrito, foi chamado o fazendeiro Antônio Lamy de Miranda, morador nas proximidades e que se havia incorporado à Coluna quando nos aproximávamos da fronteira. Ao deixar o lugar, a tropa estava reforçada com os dois fuzis do destacamento local.

Foi no silêncio de uma madrugada e em Cachoeira, hoje Urupi, um lugarejo perdido numa serra, perto do Pico do Colosso, na verdade num “canto” do Estado do Espírito Santo”, que toda Coluna “avançou”. Quando no silêncio de uma noite o som cortante de uma corneta soou, aquilo parecia um inferno naquela pacata e perdida vila: o povo se levantando aturdido correndo por todo lado, um alarido ululante de vozes por todos os cantos, explosões de tiros e foguetes explodindo por todo lado, misturados com a gritaria de mulheres, o choro de crianças e um sem-número de cães latindo sem parar. Reação mesmo não ocorreu, porque soldados não havia no local.

Quando a Coluna se preparava para continuar a avançar, surgiu um obstáculo: quem conhecia a região a ser invadida que pudesse integrar o Comando da Invasão?

Foi em razão dessa circunstância que eu, então com 24 anos, ocupei um dos automóveis invasores. Eu morara em Rio Pardo (hoje Lúna), nosso próximo alvo, e conhecia bem a região. Aliás, eu saíra de lá no início daquele ano, porque fora ameaçado de ser preso por ser um entusiasta da Aliança Liberal que então se formava.

Jogado de um lado para o outro naqueles “trilhos” que chamávamos de estrada, eu seguia com dois auxiliares da campanha: João Blacks e Jorge José Duaier. Este nascera na Síria e era dotado de um espírito muito prático; aquele, filho de libaneses, por ter lutado na “Grande Guerra”, era o único que conhecia estratégia de guerra. E ali estava eu, entre aqueles dois “árabes”, na minha primeira “experiência de guerra”.

Quando chegamos a Rio Pardo, o sol estava nascendo. Logo depois de uma curva da estrada, subimos em silêncio uma pequena encosta e então pudemos ver, à nossa frente, a pequena

cidade, cercada de montanhas. Nas faldas do morro, um vale serpenteava por toda a sua extensão.

– Opa! Que lugar estratégico admirável! – observou o Sargento de Polícia. E de imediato começou a espalhar os homens pela encosta.

Antes do ataque, entendemos que melhor seria negociar uma rendição da cidade com o chefe político local – o “coronel” Pedro Scardini –, cujo casarão de dois pavimentos estava bem à vista de nossa posição. Para isso, alguns iriam tentar convencê-lo.

Em poucos minutos descemos: João Blacks, Jorge Duaier e eu. Estabelecemos que, alguns minutos após nossa entrada na casa, da posição em que estava nossa Coluna, seriam dados uns tiros para cima, para demonstrar que realmente ali estava uma força invasora, cercada a cidade, enquanto um vozerio da tropa deveria se fazer ouvir à distância, de tempos em tempos. Por outro lado, se dentro de meia hora não desfraldássemos uma bandeira branca, um lençol ou coisa semelhante, da janela daquela casa, o tiroteio iria começar. Quando entramos na cidade, o sol projetava os seus primeiros raios e algumas casas se abriam.

O Padre José Bazarella, que veio lá dos lados de Muniz Freira para a cidade de Rio Pardo, não acreditava no que via. Na manhã clara do dia 15 de outubro de 1930, ele estava celebrando missa na igreja velha de Nossa Senhora Mãe dos Homens e, no exato momento da Consagração, quando se voltou para os fiéis e elevou a hóstia, seus olhos se detiveram em dezenas de homens que, do outro lado do rio, sobre a elevação ali existente, corriam de um lado para outro, com laços vermelhos no pescoço, tomando posições fixas nas encostas e que, a viva voz, respondiam a ordens de comando.

– Metralhadora leve número um, à esquerda!

– A postos!!!

– Metralhadora pesada número 5!

– A postos!!!

Numa sequência cadenciada, aqueles homens continuavam respondendo, com precisão, às ordens de comando.

Pálido, ictérico mesmo, ele apressou o término daquele ofício religioso e encaminhou-se para a casa do “coronel” Pedro Scardini, o poderoso chefe político local, bem na esquina direita, a poucos metros da Igreja. Enquanto sua batina preta se sujava com o pó do caminho, escutava o matraquear de tiros no morro, à sua frente, e o som estridente de uma corneta que dava ordens de ação.

Enquanto isso ocorria, nós nos aproximamos e, com a porta aberta, adentramos na casa do “coronel”, subimos uma escada e fomos parar na cozinha do homem. Ele e a mulher estavam tomando café, e o fogo aceso crepitava num grande fogão de lenha.

– O que é isso? – perguntou, espantado, quando nos viu.

O diálogo foi rápido e objetivo.

– Coronel – disse-lhe eu –, o Senhor vai nos desculpar, mas a situação é grave! O Brasil está em revolução e Rio Pardo está cercada pelas forças revolucionárias de Minas, com um grande contingente.

– Eh! Mas com duas horas resisto a isso!

– Eu sei que o senhor resiste, mas o senhor não tem duas horas! Se, dentro de meia hora, nós não desfraldarmos uma toalha branca, de preferência um lençol branco, daqui de sua janela, eles vão abrir fogo. O fato de estarmos aqui não impede nada não! Eles vão atirar assim mesmo! E haverá mortandade! O senhor tem aqui a sua família e aqui também estão todas as pessoas suas amigas. Eu vim justamente para poder esclarecer ao Senhor, como chefe, e às demais pessoas locais, da inconveniência e da impossibilidade de qualquer resistência, pois isso é um movimento nacional, com o Brasil todo em “pé de guerra”. E a revolução não está contando somente com a cooperação das Forças Armadas, também o povo está armado em todo o País!

Nesse momento espocaram disparos de metralhadoras, apavorando os moradores que se levantavam, e um alarido se

fez ouvir no morro à frente da casa. Quase de imediato, o Padre Bazarella entrou correndo, esbaforido, pela porta da cozinha.

– Coronel, o que é que há? A cidade está cheia de homens esquisitos, lá no alto!

A explicação foi rápida, e a reação do Padre curta.

– Então, entrega, Coronel! Coronel, entrega isso! Depois a gente acerta!

Não tardou e àquela casa começaram a chegar autoridades e amigos. Em questão de dez a quinze minutos, ela estava cheia. O Juiz de Direito e o Promotor de Justiça expressaram a vontade de todos: rendição.

– Muito bem! E se eu entregar a cidade, qual a situação do povo?

– Eu assumo o compromisso – disse –, em nome das forças que estão cercando a cidade, de que aqui não haverá nenhuma ofensa, física ou moral. O senhor pode se entregar sem a menor preocupação.

– Bem, diante disso eu vou entregar a cidade.

O alívio do momento e a tensão dos presentes foram indisfarçáveis.

– Nesse caso, o senhor me arranje rapidamente um lençol.

Ele chamou a filha, que entregou um lençol ao Jorge Duaier. Este chegou à janela e, sacudindo-o, gritou:

– Podem descer, está tudo certo!

Lentamente, ocuparam vários pontos da cidade 120 homens, todos de chapéu grande e lenço vermelho ao pescoço, dando a impressão de um grande e interminável contingente.

Como o volume de pessoas armadas que adentrava a cidade parecia não acabar, a soldadesca de Rio Parado correu. Um pulou dentro de uma máquina de limpar café e sujou-se todo com aquela poeira fina. Outro saiu correndo rua afora, tropeçou e caiu. Outro correu para casa!

Antes mesmo da entrada de nossos homens na cidade, senti que era preciso aumentar nosso poder de fogo. Pedi ao João Blacks:

–Vá rápido ao destacamento local e pegue os fuzis existentes!

O destacamento de Rio Pardo, no dia em que lá chegamos, era formado por um sargento, um cabo e oito soldados. Qual não foi a nossa surpresa quando nos apossamos de seu armamento: dez fuzis e centenas de balas! Se tivesse havido resistência, nós não entraríamos na cidade em hipótese alguma, e iria morrer muita gente!

Quando José Porcino e o Sargento de Manhumirim chegaram, foram cientificados do compromisso feito para rendição.

– Realmente – disseram – ninguém sofrerá nada! Não haverá nenhuma ofensa. Nem por palavras, nem por atos. Nós garantimos a todos!

O Fórum foi cedido para acantonamento do contingente revolucionário. O almoço foi um churrasco de boi que o “coronel” Pedro Scardini mandou matar, servido com pão. Pagamos-lhe com um vale que, mais tarde, foi convertido em dinheiro.

Como Delegado de Polícia de Manhumirim, o José Porcino não podia prosseguir no avanço da Coluna. Regressou com cerca de 20 homens, ao passo que ficou estabelecido que eu assumiria o comando, à frente de 100 homens.

O Comando Revolucionário do Estado deveria ser cientificado do avanço de nossas forças e o *Minas Gerais* n. 248, de 17 de outubro de 1930, registrou telegrama enviado ao Secretário do Interior:

Comunico a V.Exa., que o Município de Rio Pardo, no Espírito Santo, está em nosso poder. Prendi o destacamento local e entreguei a presidência da Câmara ao Sr. Joaquim Cabral.

José Teixeira Porcino

Delegado de Manhumirim.

No início da tarde do dia 15 de outubro, as famílias locais ficaram alvoroçadas, pois alguns elementos procedentes de Muniz Freire informaram que lá existia um contingente das forças estaduais preparando-se para avançar sobre Rio Pardo e retomar a cidade.

Designei alguns homens para pontos estratégicos e para locais de acesso à cidade. O restante da tropa ficou em estado de alerta, pronto a se deslocar para qualquer direção. Mais ainda: como já assumira o comando da Coluna, dei ordem para que ninguém entrasse ou saísse da cidade sem minha autorização por escrito.

Hospedara-me no hotel do Senhor José Roberto de Moraes, onde várias famílias compareceram, pedindo (e conseguindo) autorização para se dirigir à zona rural, para além do provável campo de luta. Ao entardecer procurou-me um filho do Pedro Scardini.

– O papai me mandou aqui para o senhor dar um papel para gente sair, porque todas as famílias estão saindo. Mamãe está nervosa, os meninos querem sair e...

– Perfeitamente, não há dúvida não! Mas você me faça o favor de dizer ao seu pai para ele mesmo vir aqui.

Descendente de italianos, Pedro Scardini era um homem alto, loiro, de bigode avermelhado em ponta e, quando ele chegou, eu percebi que ele estava num forte estado de nervos.

A sala estava cheia e, naquele momento, lembrei-me da restrição que ele me havia feito, ainda no início daquele ano, em virtude da minha simpatia pela causa corporificada pela Aliança Liberal.

Muni-me de papel, tirei a caneta e escrevi:

Autorizo a saída da família do Cel. Pedro Scardini, e também dele próprio, caso o queira, e determino que não se lhes preste nenhuma oposição à sua saída, ou retorno, quando pretenderem.

Datei o documento e, antes de assiná-lo, disse-lhe:

– Coronel, o senhor se lembra que, no começo deste ano, quando aqui ainda morava, por ser eu defensor das ideias que acabaram sendo empunhadas pela Revolução da Aliança Liberal, o senhor falou que mandava me prender?

– Ah! – pigarreou ele – isso são coisas que já passaram!

No momento ele ficou muito pálido e desconsertado, oportunidade em que aduzi.

– Realmente, são coisas que já passaram. Porém, quero que o senhor lembre-se de que eu lhe disse que com um moço não se brinca, e a prova aqui está! Ainda não terminou este ano e as coisas já se inverteram. Naquele dia, se o senhor mandasse me prender, eu seria preso. Contudo, hoje, coronel, se eu não assinar este papel, o Rio Parado pode virar às avessas, pode entrar aqui a força que entrar, pode haver o que houve aqui dentro, que sem a minha assinatura, o senhor não sai da cidade! Por isso eu lhe dou um conselho, se algum dia o senhor voltar a mandar aqui, nunca tente zombar de um moço!

Antes de assinar, ainda acrescentei que, todavia, não me valeria da situação para impedir ou restringir propósitos de ninguém, pois que estávamos num movimento que tinha por objetivo exatamente retificar costumes e assegurar a todos os cidadãos os seus direitos.

Ele não respondeu.

Tomou o papel em suas mãos e, ao sair, deixava transparecer certo tremor labial e positiva movimentação em seu bigode ruivo.

No dia seguinte, pela manhã, antes do raiar do sol, movimentou-se a Coluna em direção a Muniz Freira, ocupando-a antes do meio-dia. Era chefe político local o senhor Carmo de Biase e, após o almoço, depois de ser colocado à frente do Município, o senhor Miguel Deps, prosseguiu-se o avanço em direção à cidade de Castelo.

Naquela cidade aconteceu um fato interessante. Ali chegamos ao entardecer, com quase cento e cinquenta homens,

graças às novas adesões dos habitantes de Rio Pardo e Muniz Freire. Para nos receber, desfilaram os alunos do colégio local, e o seu Diretor, o Doutor Ciro Vieira da Cunha, médico e grande poeta, fez um discurso em que dizia:

– Era nossa intenção recebê-los à bala, pois somos legalistas, somos pelo Governo Central e não somos revolucionários. Mas, como não temos condições de fazê-lo, vamos recebê-los com flores!

Uma *corbeille* de flores foi trazida por um menino e colocada na Bandeira Nacional, transportada pela Coluna. Recebemos um tratamento muito bom, enquanto descansávamos no Grupo Escolar, e depois avançamos pela noite para Cachoeiro do Itapemirim.

Uma chuva intermitente começou a cair e os carros atolavam na lama. Além disso, a Polícia do Espírito Santo, ao recuar de Castelo para Cachoeiro, dinamitou a ponte sobre o Rio Itapemirim, de modo que tivemos de dar uma volta muito grande, até perto de Jerônimo Monteiro, margeando o rio, para cruzá-lo e retornar a Cachoeiro. Só ao clarear do dia aproximamo-nos daquela cidade, mas aí o Capitão Barata já a havia ocupado, de sorte que fizemos junção de nossas forças naquele local. Ficamos sabendo, então, que o Governador do Estado havia fugido e o coronel Amaral tinha ocupado Vitória.

Em vista desse novo quadro, ficou combinado que dali seguiriam as forças de Minas em direção a Macaé, no Estado do Rio, onde havia uma certa resistência. Consultei meus homens para saber se queriam prosseguir e eles disseram que não, pois a missão deles era ir até aquele ponto; portanto, quiseram voltar. Requisitei para eles passagens de retorno junto à Estrada de Ferro Leopoldina, permanecendo eu ali por dois dias.

O Comitê Revolucionário do Estado determinara que eu voltasse para Rio Pardo, como Interventor Federal do Município, a fim de organizar a sua nova situação político-administrativa, segundo o novo estado de coisas.

Entrar numa cidade com uma força revolucionária é uma coisa. Voltar para aquele local em companhia de poucos amigos, para tentar implantar nova mentalidade, é outra. E foi por isso que me surpreendi quando vi todos os antigos políticos locais em torno de uma mesa, sob minha direção.

Tinha convocado, tão logo ali cheguei, todos os elementos políticos, inclusive o Pedro Scardini. Nessa reunião, disse-lhe que eu estava fazendo uma reestruturação política, mas que queria o aproveitamento de todos os elementos úteis ao Município, os quais haviam cooperado com o movimento revolucionário, ou daqueles que se propunham a fazê-lo. Disse-lhe, também, que gostaria que ele fosse um dos integrantes desse movimento. Pedro Scardini, coerente com a sua política passada, o que eu compreendi, negou-se a cooperar, mas prontificou-se a não hostilizar essa nova reestruturação.

O Comitê Político do Município ficou constituído pelo senhor José Renato de Moraes – que era também o Tabelião do 1º Ofício –, por um antigo solicitador da cidade – Ademar Ferreira da Cunha –, e por um farmacêutico local. Sugeri que eles escolhessem uma pessoa para Prefeito, ou interventor local, pois eu não pretendia ficar no Rio Pardo, já que o meu propósito era voltar para Manhumirim. Não sei se por sabedoria da política municipal, por prudência ou porque entendiam que se iniciara uma “nova ordem política”, o certo é que sugeriram que eu também procurasse me lembrar de alguém para exercer o cargo e capaz de evitar atritos locais. Lembrei-me, de imediato, de um filho da terra e que trabalhava no Banco do Espírito Santo, em Vitória.

– O que acham do Antônio Lacerda?

Embora ele nunca houvesse militado em política, era um moço sempre ligado ao ambiente local, inteligente, cujos pais eram muito queridos por todos.

– O nome pacifica tudo – disseram. Mas será que ele aceita?

E lá fui eu a Vitória, sacolejando na “Maria Fumaça” da Leopoldina. Quando encontrei Antônio Lacerda, justifiquei a minha visita, fazendo-lhe o convite, que ele aceitou. Levei-o ao Interventor

do Estado, então Major Punaro Bley,⁴ expus-lhe a situação, como havia organizado a política do Município, até aquele momento, e a decisão de escolher Antônio Lacerda para o cargo.

– Não há dúvida em um nome indicado pelo senhor – disse-me ele. Por que o senhor mesmo não fica?

– Eu não fico porque pretendo voltar para Manhumirim. Moro lá há pouco tempo, gosto do local e por razões especiais prefiro não ficar no cargo.

O que eu não queria era ficar com a responsabilidade direta da transformação política naquele lugar. Por ter ocupado o Município, no fundo, deveria haver grande número de pessoas que não me aceitaria de bom grado. Eles não entenderiam que aquelas transformações políticas, e a própria revolução, eram decorrentes de um movimento nacional. O elemento da zona rural acharia que fora eu, em caráter pessoal, quem fizera todas aquelas transformações. Não seria, então, conveniente que eu lá ficasse como Prefeito, mas não disse isso ao Major Bley com essa minudência.

A nomeação foi publicada no dia seguinte, mas, antes de voltarmos, providenciamos um novo destacamento policial e a nomeação dos funcionários do Posto Fiscal da cidade.

A volta marcou o início de novos tempos para a cidade. Dei posse ao Antônio e voltei para Manhumirim, depois de quatro meses em Rio Pardo, com os poucos homens que ainda ali permaneciam comigo. E disso nunca me esqueci. Na boleia do mesmo carro que me levara, eu estava fazendo o caminho de volta. Era uma manhã clara e ensolarada de fevereiro de 1931. Os solavancos daquela estrada esburacada não mudaram, mas a brisa fresca da manhã era muito agradável. A missão fora cumprida, e chegara a hora de voltar para meu novo caminho de vida. Encostei-me na poltrona e agradei a Deus por tudo ter sido resolvido sem danos pessoais a ninguém. Talvez, um dia, pensei, quem sabe, eu voltaria a Rio Pardo.

4 Mais tarde ele chegou ao generalato, tendo comandado a guarnição militar de Belo Horizonte.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Muitos anos se passaram.

Meu pai nunca mais voltou a Rio Pardo.

Aqueles fatos já estavam enterrados na memória de quase todos nós quando um dia, muitos anos depois de ouvir aquela história, eu não resisti e perguntei a meu pai, então um homem muito velho:

– Se vocês não estavam bem armados, como é que na chegada a Rio Pardo o som das metralhadoras se fizeram ouvir de vários locais com um barulho incessante?

Meu pai sorriu, olhou pela janela, como se ainda estivesse vendo aqueles homens de chapéu na cabeça e lenços vermelhos no pescoço correndo e gritando ordens no alto de um morro e arrematou com um sorriso:

– Pegamos emprestadas matracas da Igreja de Manhumirim, usadas nas procissões da Semana Santa, e com elas fizemos um barulhão danado, na hora certa!

A esquizofrênica ilusão ou não de um balconista

O passarinho que não voava

O interrogatório

Luiz Alberto de Almeida Magalhães

A esquizofrênica ilusão ou não de um balconista

A LOJA

Acordava cedo, e sua tarefa diária era pegar o ônibus, levantar a porta de aço do local onde trabalhava e permanecer atrás do balcão até as dezoito horas, quando novamente pegava o ônibus, sempre cheio, tanto na ida como na volta, e neste retorno andar algumas quadras até o prédio onde morava, um conjunto de apartamentos velhos, que assalariados alugavam em grupos, assim dividindo as despesas comuns a todos, como aluguel, luz, água, impostos, condomínio e alguma alimentação. Com pouco dinheiro, morando com estranhos, pé de chinelo, o cara não conhecia diversão com moças em baladas, não lhe sendo aprazível noitadas de festas e músicas em ambientes por ele considerados caros, desculpas não mais cridas aos já raros convites para sair. Era um rapaz triste, magro e feio, muitas vezes sofrendo humilhações que o deixavam atormentado. “O que fiz pra ser tratado assim?” – lamentava-se, contentando-se com o isolamento. “Quanto menos gente, melhor, vivo melhor assim” – respondia quando indagado sobre a introversão. E também o espírito não mais lhe fazia exigências para se dedicar ao que pudesse dar prazer saudável, como uma simples confraternização social, acostumado que já estava com a solidão. Nesses momentos, afundava-se na maconha. Arrumou aquele emprego por meio do tio de um amigo, que lhe pagava um mísero salário e comissão do que vendia, que não lhe rendia nada, a loja sempre às moscas. Com pouca luminosidade e situada numa rua de pouco movimento, a lojinha de fundos não atraía fregueses. Nesse tédio diário de miserabilidade, agachava-se por detrás do balcão, esquecido da sua feiura e

timidez, e por horas ficava embalado na erva, para que assim não se atormentasse com o inferno de cada dia, uma monotonia de fazer dó.

A VIAGEM

O jovem embarcou num metrô de superfície. No meio da tarde, a loja não dava movimento mesmo, e pela primeira vez conheceu um trajeto que nunca fizera, coisas novas que a cidade agora lhe apresentava e que jamais pudera imaginar existir. Reparou, espavorido, que lagartas escalavam os prédios e pessoas assustadas saltavam dos apartamentos, também mães com seus filhos no colo se projetando, uma visão apocalíptica, confusa, que seu pensamento insistia em lhe confundir se aquilo tudo seria real ou não. Mais adiante, viaturas policiais percorriam as ruas tentando salvar pessoas enlouquecidas correndo sem rumo, desorientadas, trombando-se, uma calamidade. Policiais truculentos excediam em suas autoridades, por vezes, surrando pessoas com cassetetes, embora desnecessário o emprego da violência; outras viaturas atropelavam ciclistas com peles ardidas, queimaduras causadas por substâncias desconhecidas, lançando-os contra os cones de cimento presos ao chão. Crianças perdidas, chorando aos berros, procurando pelos pais. E pais mais enlouquecidos buscando por filhos desaparecidos ou feridos. Ainda mais espantoso, grupos de jovens e idosos alucinados esfoliavam-se usando dentes e unhas, sangue escorrendo pelas calçadas e ferozes cães atacando pombos de uma praça, que alçando voo encontravam fios de alta tensão chicoteando pelo chão, que os eletrocutavam. Um vento gélido varria a praça, inundada em sangue. Prédios eram soterrados e do subterrâneo surgiam ratazanas, tão grandes que lembravam gatos, que mal alcançando os bueiros eram, de imediato, rasgadas por dentes afiados daqueles cães negros. E lançadas em rodopios através do ar já fétido de urina e bosta. Não só prédios urbanos, mas também nas áreas suburbanas, por onde o trem serpenteava, barracos imundos, redutos de viciados,

drogados e estupradores, encenqueiros com a justiça e com a polícia dissolviam-se numa poeira detergente. Nuvens negras, parecendo despertar e chamar a morte, encobriam o que antes era um pálido sol, e uma chuva lodosa alagava o solo, lançando transeuntes desorientados contra os muros ou paredes dos prédios. E o comboio, em alta velocidade, como se freios não tivesse, fazia o percurso soltando faíscas dos trilhos como olhos demoníacos; e o jovem notou que somente ele estava na composição, embora a escuridão dominasse o ambiente. Procurava, a todo custo, encontrar uma saída para ajudar aquela gente, adultos e crianças, principalmente estas, a encontrarem uma maneira de se salvar. Não poderia, de modo algum, permanecer inerte a tanto sofrimento. Os meios, porém, para tal tarefa, não lhe ofereciam condições, já que as portas do metrô não se abriam. Também sofria, e como! Naquele momento infernal, poderia mostrar a todos do que era capaz, bom de coração, sentimentos nobres. Isolado naquele ambiente, reparou, sôfrego, as poucas luzes que vinham dos postes, e que dos vidros do vagão desciam babas de morcegos que se agrupavam no teto. Pela janela viu um painel gigantesco com um relógio digital e notou que já eram quase dezoito horas.

“Estarei delirando de novo? O que é isso na minha frente? O céu está abrindo! Que luz é essa? Um círculo de luz intensa está descendo, sob a forma de inúmeros anéis coloridos, um após outro, vindo em minha direção. Preciso direcionar-me! Preciso voltar para fechar a loja, talvez algum freguês esteja esperando a minha volta, uma comissãozinha no fim do dia, quem sabe?”.

NA LOJA DE VOLTA

De um jeito estonteante, com o coração perdendo o compasso e batendo no meio da garganta, acordou assustado batendo queixo de medo, ainda visualizando cobras subindo-lhe pelas pernas arqueadas. A intoxicação era evidente. Levantou-se detrás do balcão, procurando compreender os fatos, cristalizado como

estava nessa dimensão impalpável e ao mesmo tempo incompreensível e injustificada. Não havia ninguém debruçado ao balcão. Moscas, como que perdidas, zoavam. O cara não conseguia raciocinar com calma, perplexo que estava. Gostaria que tudo que acontecera fosse consequência de algo explicável. Não era aquela a diversão que planejava, e havia a dúvida relativa ao que tinha visto (ou não visto), se aquelas imagens eram reais ou enganosas. Admitia a si próprio que nada havia de errado, estava só assustado. Ajuntaria as ideias na volta de ônibus, estava certo que tudo aquilo fora motivado por aquela vida corrida, o cotidiano afobado, nervos combalidos, desilusões, uma leve esquizofrenia, nada mais que isso. Logo, logo, já em casa, e ele na sua, sozinho no seu cubículo, estaria livre daquelas imagens enervantes. Nada mais falso. E pior, admitia, neste instante atabalhado, não existiam mãos amigas que o tirassem do vício, que o levassem a curar-se, que lhe abrissem as portas do mundo para um futuro melhor. Ou talvez desconhecessem o seu vício, já que de todos escondia. Era o início de uma noite de tonalidades impressionistas, quando salpicos de claridade do dia desfaziam-se por detrás dos prédios. Cerrou a pesada porta, deixando no interior da loja um cheiro forte de droga. O trajeto até a casa, a dois quarteirões do ponto onde descia do ônibus, era feito a pé, como de hábito. O fato de morar no bairro há anos lhe garantia alguma segurança. As portas das lojas já estavam cerradas e as sobras da tarde guardavam bêbados à espera de mulheres distraídas para furtarem qualquer coisa; ainda um orelhão sem telefone como robô plantado no passeio esburacado e ao pé dois mendigos faziam amor envolto em roupas imundas e páginas de jornal.

O passarinho que não voava

Brincar na praça aos domingos era a maior alegria para Letícia. Como também não podia deixar de gostar das brincadeiras no recreio da sua escola, quando se enturmava com as amigas de outras salas, e riam muito das brincadeiras, principalmente quando se trombavam com outras e caíam ao chão morrendo de rir; ninguém ficava machucado.

Tudo era muito divertido quando Letícia chegava à casa e contava para os pais o acontecido na praça ou na escola. Até mesmo o cachorro “escorpião” parecia achar graça, balançando o rabo para cima, igualzinho o inseto venenoso, quando se prepara para picar. Mas, como ia dizendo, para Letícia as manhãs ensolaradas na praça eram fenomenais, pois, ali, encontrava espalhados vários tipos de brinquedos e também outras crianças que estavam divertindo-se, aumentando-lhe o círculo de amizades.

Quem acompanhava Letícia quase todos os domingos ao parque era sua avó, que, por ser viúva e sozinha, morava na casa da neta. A mãe de Letícia ficava em casa preparando o almoço e o pai vendo futebol na televisão, outra hora lendo o jornal ou, às vezes, jogando peteca com os amigos no clube. Nem sempre era assim, porque alguns domingos o pai, a mãe e a avó acompanhavam a filha à praça quando iam almoçar no restaurante.

Um domingo diferente aconteceu na vida de Letícia. Vou contar agora. Ela estava brincando de corda quando observou, num cantinho de um tronco de árvore, um passarinho de penas coloridas, cabeça amarela e olhos negros, que pulava na grama, tentando voar, correndo de um lado para o outro, saltitante e desequilibrado, mas não ganhava impulso para voar. Letícia achou aquilo muito curioso e reparou que o pequeno pássaro ficava

olhando para o céu enquanto corria todo desajeitado, desejando alçar voo, como toda ave gosta, mas não conseguia.

Olhando com mais cuidado, Letícia reparou que as asinhas não tinham o mesmo tamanho, deixando claro que o bichinho tinha um defeito físico. “Estou maluquinha de pena deste passarinho, o que devo fazer para ajudá-lo, então?”, pensou a menina.

Não encontrando uma resposta de pronto, perguntou à sua vovó, que ficou muito pensativa para encontrar uma solução. De repente, um grito da Letícia: “já sei vovó, está vendo aqueles meninos ali brincando de bola de sabão? Vou lá pedir emprestado o canudo e o copinho de água de sabão e fazer uma mágica para o passarinho”. E a inteligente e peralta menina foi em direção aos meninos e trouxe, emprestado, o brinquedo.

Aproximou-se com muito cuidado do pássaro e soprou a bolha que o cobriu todo. O bichinho ficou curioso, mas quietinho, só olhando para a Letícia. Aí, ela fez um movimento leve com os lábios, assoprando, e a bolha ganhou altura, levando o passarinho para o céu. Puxa, a menina viu a felicidade nos olhos do pequeno bicho, que já ganhava altura, bem perto dos outros pássaros e com eles brincando, fazendo muitas amizades.

Lá no alto, o passarinho falava “uau” e cantava a sua melodia, tanta era a sua felicidade por estar voando como seus amigos. E o passarinho mexendo com o corpo fazia mil acrobacias para aplausos de todas as crianças do parque, que a tudo assistiam empolgadas. Com certeza seu coraçãozinho pulsava mais forte de tamanha alegria.

Letícia não tirava os olhos do passarinho para quando a bolha descesse e ela pudesse acompanhá-lo de pertinho e com cuidado, a fim de que ele não se machucasse nas pedrinhas do parque. Já no solo, a avezinha deu uma olhada de agradecimento para a Letícia e caminhou para o seu ninho, feliz da vida, na certa para contar à sua mãe a extraordinária aventura, como Letícia sempre fazia na volta da praça, quando chegava à casa, tagarelando para todos as brincadeiras na praça e os novos amigos que conhecera.

Isto foi o que, de fato, aconteceu: primeiro, Letícia contou essa linda história para os seus pais, com a vovó muito sorridente ao lado para dizer que nada era mentira, que tudo aquilo aconteceu de verdade naquela manhã de muito sol e alegria no parque. O pai e a mãe de Letícia não escondiam o orgulho pela boa ação praticada pela filha. E boas ações a gente pratica não só com seres humanos, mas também com seres animais. Qualquer coisa viva. Não se pode esquecer disso.

Resta saber, agora, se mamãe-passarinho e papai-passarinho iam acreditar na história de seu filhote, já que passarinho não tem avó morando no ninho onde ele mora para acompanhá-lo no parque e comprovar que nada havia de mentira em tudo o que o passarinho contava.

O interrogatório

(Fato real com fantasias do autor)

Na cadeira central, no recinto, numa sessão do tribunal do júri de uma comarca num longínquo lugar de Minas Gerais, de frente a uma majestosa mesa de jacarandá, com pano de fundo a imagem de Cristo crucificado, o réu, Carlos Porfírio, olhava com espanto, à sua frente e lateralmente, as pessoas ali assentadas, circunspectas, todas cobertas com uma capa preta. Sabia que estava ali para prestar contas de seus atos.

O Juiz de Direito dirigiu-lhe a palavra, questionando-lhe o nome completo, o estado civil, grau de instrução, atividade profissional e inteirando-lhe dos motivos pelos quais ali se encontrava, que resumidamente se tratava de um crime de homicídio qualificado com emprego de meio cruel com golpes de facão e atropelamento. Esclareceu-lhe o seu direito de permanecer calado ou de não responder às perguntas que não quisesse responder.

Prosseguiu o magistrado, mirando a pessoa do réu:

– Estava trabalhando antes de ser preso?

– Tava, mas tava de férias.

– O senhor tem algum vício?

– Não, não bebo, não fumo, graças de Deus nunca usei droga, nunca precisei roubar nada de ninguém, de pegar nada de ninguém.

– Nunca foi processado criminalmente?

– Nunca fui preso, nunca entrei numa grade. Entrei agora, mas eu vou sair, com fé em Deus.

– Foi o senhor quem, de fato, matou Genásio Placino?

– Verdade.

– Por qual motivo e como aconteceu isso?

Neste momento o réu Carlos Porfírio já mostrava nervosismo, suando em bicas. Pediu licença para tomar um copo d'água. Procurou melhor jeito na cadeira e disse:

– O motivo foi porque eu pus um gravador para gravar, eu tava mei desconfiado da muié, pus um gravador lá em casa, e gravei. Aí, peguei uma ligação dela. No mesmo dia, eu já conversei com ela, nós brigou, eu falei pra ela que era pra ela ir embora, que tinha acabado tudo, nosso relacionamento, e é isso mesmo.

– Essa ligação que o senhor pegou, o que era? Quem que era que estava nessa ligação com sua esposa? O que eles conversavam, que tipo de conversa que era? – indagou o magistrado.

– Tô com saudade, te espero em tal lugar... E foi pouquinho, foi muito pouquinho a ligação. E aí, o que aconteceu, doutor? Nós largou, ela foi embora pra casa do irmão dela e eu, por gostar demais, ia atrás, pra ver, falar que ia ver minha filha, mas era para ver minha filha, também, mais para ver ela, entendeu? Mais para ver ela. E, aí, foi indo, foi indo... passou uma semana, passou duas semanas... Nós não voltou. Aí, depois, teve um dia que ela veio do serviço, passou lá em casa, me pediu perdão, falou que não ia acontecer isso, nunca mais. Não ia acontecer isso nunca mais, que tinha largado, falei, então, cê vai lá, agora, cê dá um telefonema para esse cara e fala para ele que ocê não quer mais nada com ele. Ela falou assim: então tá bom.

Completo:

– Eu falei: “Pode ligar do meu celular”. E ela falou assim: “Não, não vou ligar do seu celular não”. Eu disse: “Então, toma um cartão, cê vai lá e liga”. Acho que homi nenhum, até hoje, eu acho que não fez isso, não. Mas por a gente gostar demais, a gente faz. Não sei se o senhor já amou assim, mas... Não vamo entrar em detalhe, é outro assunto.

Com o olhar perdido, olhando para o chão, sentindo lágrimas nos olhos:

– Aí, ela foi e ligou pra ele, chegou lá em casa, chorando... falou: “Cabou tudo. Cabou tudo, não tem mais nada entre nós dois”. Falei: “Então, tá bom, vou confiar nocê, então”. E ele morava

duas ruas pra trás da minha casa. Se eu tivesse que fazer alguma coisa, tinha feito bem antes, né? Se eu tivesse de querer matar ele, mesmo, acho que tinha ido lá na casa dele, acho que eu tinha procurado, tinha querido matá memo. Aí, que que aconteceu? Passou, foi passando tempo, eu trabalhando... nós trabaiava, eu trabaiava um dia sim, um dia não. No dia que eu ficava em casa, eu olhava minha fia. O dia que ela ficava em casa, ela olhava minha fia, aí, não batia o dia, o senhor está entendendo? Então, eu passei o meu dia para trabalhar no mesmo dia dela, e a irmã dela começou a olhar nossa filha.

Pegou um copo d'água, olhou para os lados, silêncio no salão, o mundaréu de gente que lotava o salão do júri, todos atentos ao que dizia:

– Aí, que que aconteceu? Foi indo, foi dando certo, graças a Deus, é difícil da gente perdoar, o senhor sabe que é difícil da gente perdoar uma traição. Mas, consegui perdoar. Acho que não consegui totalmente não. Que acho que é difícil a gente conseguir perdoar uma traição de sete anos, entendeu? Totalmente. Mas, com a graça de Deus, estou conseguindo... ela tá indo me visitar na cadeia... tá levando minha filha, entendeu? Tenho que pedir perdão demais pros filhos dele, pra família dele, porque eu sei que tirar a vida de uma pessoa não é certo. E eu tenho é que pagar pelos meus erro, mesmo.

O Juiz de Direito:

– Sim, mas o senhor tinha perdoado... e daí?

O réu, cruzando as pernas, apoiando a cabeça na palma da mão:

– Tinha perdoado. Ele bebia... sempre ele bebia nesse bar... aí, todo dia de tarde ele passava na porta de casa, passando na porta de casa pra irritar... e eu só guentando a humilhação. Um dia, encontrei com ele no açougue, eu pedindo a carne, ele falou assim... ele falou umas conversa fiada: "Dá uma carne de couro pra ele!" E montou na moto e foi embora. Eu deixei queto, não fiz nada. E esse cara vei me atentando, depois ele me cercando

na rua de minha casa... depois disso tudo, passou o Natal, passou o Ano Novo... tudo... e, depois disso, eu descobri. Aí, um dia, um dia, de noite... ele me ligava direto, não sei se era ele, não posso provar que era ele, sei que tinha uma pessoa que me ligava no confidencial, direto, me falando: "Sua muié tá te traindo de novo".

Porfírio mordeu o lábio, tentando reter as lágrimas, que escorriam quentes pelo rosto:

– Eu falei assim: "Tudo bem, tudo bem, vou guentar isso". E teve um dia que eu tava trabaiano, que eu fazia bico: eu trabalhava na serralheria de dia e de noite eu fazia bico numa pizzaria, trabaiei dois anos na pizzaria fazendo bico. Aí, que que aconteceu? Ele foi indo, foi passando na porta de casa, foi passando... foi me infucando... infucando... falando que eu não ia ficá com a muié, que ia destruí minha vida, mesmo, e se quisesse resolver alguma coisa, tinha que resolver com ele, entendeu? Tinha que resolvê era com ele, porque se eu fizesse alguma coisa com ela, ia preso... eu falei, assim: "Não, meu amigo, já tá perdoado. Nós vai viver nossa vida, nós dois vai vivê nossa vida. Eu perdoei ela. Eu já errei no passado, e ela me perdoou, entendeu? E ela me perdoou no passado, então, eu tô perdoando ela, também, agora".

Visivelmente abatido, continuou:

– Aí, o que que aconteceu? Teve um dia que eu tava na pizzaria de noite, fazendo bico. Me ligou no confidencial, falando que eu era corno, assim, assim... falando que a muié tava me traindo. Aí, no outro dia levantei de manhã cedo, fui lá buscar ela. Ela saía às seis e meia da manhã do serviço. Aí, eu buscando ela, no meio do caminho, eu já vim cutucando pra ver se era verdade, se não era... pra ver se era mentira... porque eu falei assim: não, mas se tiver de novo, não tem como, meu Deus do céu, perdoar de novo. Porque eu acho que uma pessoa merece uma segunda chance, acho que todo ser humano merece uma segunda chance, entendeu? Não tô falando pra ocês me dá uma segunda chance, não tô me redimindo, aqui, entendeu? Sei que o que eu fiz é errado, mesmo. E eu vim cutucando e ela me contou: "Não, ele tá indo na porta do meu serviço, mesmo, tá me cercando...". Eu falei: "Não,

então tá bão, tudo bem”. E deixei quieto. E tal. Falei: “então, vou ter que conversar com ele”. Falei assim: “Vou te falar uma coisa, pro cê... vou dar um couro nesse cara. Vou dá um couro nele”. Ela falou: “Larga isso pra lá, larga isso pra lá”. E eu não larguei.

Ficou um instante em silêncio, escutando a chuva e os trovões que ecoavam no salão:

– Foi no dia que eu fui lá. De noite, eu tinha largado minha menina, lá na minha irmã pra ela oiá, pra mim fazê bico na pizzaria, e ela ficou lá. No outro dia, de manhã cedo, eu fui lá buscar ela... eu ia trabaiá. Eu falei: eu vou lá buscá ela rapidinho. No meio do caminho eu vi a moto dele parada no bar. Eu falei: é agora que eu vou tirá as contas com ele. E cheguei com o meu carro e bati na moto dele. Bati mesmo. Bati o meu carro na moto dele, derrubei a moto dele, entendeu? Se eu tivesse intenção de matá, eu acho que eu já tinha entrado era dentro do buteco e já feito alguma coisa.

Engolindo seco:

– Aí, ele saiu, ele saiu do buteco, e nós começou a debatê um com o outro, ele me xingando, e eu xingando ele. Eu falei: “Cê vai morrer, seu vagabundo sem vergonha, cê vai morrer. Cê vai vê, eu vou te cobrir de porrada agora, entendeu?”. Isso é umas palavra muito feia pra falar pro ceis que tem os estudo mais claro. É umas palavras muito feia, mas, infelizmente, tem que falá. Aí, começamo a debatê. Ele pôs a mão... ele já vei com a mão na cintura, entendeu? Não tô inventando história nenhuma... ele já vei com a mão na cintura, assim. Achei que tinha uma arma. Achei que era faca, achei que era alguma coisa. Eu falei assim: “Eu tenho que me defende”. E o facão tava dentro do porta-mala, que eu tinha emprestado pro meu cunhado uns dia antes, pra ele podar uma árvore... pra ele podar uma arvinha. Ele podou e jogou o facão... não sou acostumado a andá com facão em carro. Não ando com facão em carro, não ando com arma dentro de carro, entendeu? De jeito nenhum! Nunca mixi num revólve, nunca mixi com nada de errado, graças a Deus. Tive um desacerto com um vizim, lá perto de casa, mas foi perdoado, só por palavra, palavra

um pro outro. Nós perdoou um ao outro. Não tenho nenhum inimigo aqui na cidade, graças a Deus.

O Juiz pediu:

– Sim, sim, mas continua relatando o que aconteceu, ali, no dia com o Genásio, entre você e o Genásio... Você bateu na moto dele...

Carlos continuou:

– Pois é, bati na moto dele, aí, ele vei discuti com a mão na cintura, eu fui lá, na ignição, tirei a chave, e abri o porta-mala, não é daqueles de apertá, é da chave de rodar. Abri o porta-mala, tirei o facão e nós começou a debatê um com o outro. Foi aonde que eu di as fiãozada nele.

– E ainda tem a acusação de você ter passado com o carro por cima dele – discorreu o juiz, lendo uma página do processo.

O réu respondeu:

– Não procede. Essa aí não procede de jeito nenhum. Não procede de jeito nenhum, porque o meu carro é um Celta, a ré dele é pra frente, é pertim da primeira. E eu tava alvoraçado demais... e o cara já tava... pode falar? É morto no chão, uai, eu dei tanta facãozada no cara... O cara já tava era morto no chão. Pra que que eu ia dá ré em cima do cara? Pra fazê isso? Eu acho que eu não precisava deu fazê isso. Não tinha condição deu fazê isso. Eu acho que muita gente vem cá e fala as coisa pro cêis e mente. Mas eu não tô mentino, eu tô falando a verdade. E a punição é essa mesmo. Infelizmente, eu errei. Eu sei que eu errei e peço perdão pra família, sei que ele tem dois fios gêmeos, tá sofrendo demais da conta. Porque se eu perdê a minha fia, eu vou sofrer demais da conta também porque eu amo demais minha fia. Mas quem me conhece sabe quem eu sou. Sou um cara trabaiadô, tenho 34 anos, nunca fui preso, nunca fui nem numa delegacia. Não tive nem um baculejo, até hoje. Infelizmente, teve, aconteceu um erro na minha vida. Mas, por esse erro eu não vou sair daqui bandido.

O juiz, ajeitando os óculos, perguntou:

– O senhor premeditou o crime?

Escurecia depressa. Escuridão de chuva. Fazia calor. Prestou atenção, para ver se escutava voz ou barulho dos presentes, mas tudo estava silencioso. Respondeu:

– Não premeditei o crime. E também o caso dos remédio controlado, eu tomo remédio controlado, mas não tem nada a ver uma coisa com a outra. O que eu fiz é errado. Talvez meus parente pode tá aí atrás falando... que deve tá pensando alguma coisa, falando: “tá doido!”, falando um trem desse. Não, não tô doido não. O que eu fiz é errado mesmo, e o que eu tenho que declarar é isso mesmo.

– E ele, estava onde a vítima? – perquiriu o magistrado.

De pronto, o fragilizado réu disse:

– Ele tava sentado na cadeira, ele tava sentado na cadeira do buteco, do lado de fora, na varanda.

Apontando, o juiz indagou:

– Conhece as testemunhas? Alguma coisa contra elas?

A chuva caía pesada e o réu olhando para o teto, talvez temeroso que a luz apagasse. Respondeu:

– Não, de jeito nenhum. Nossa Senhora! Não tenho nada contra ninguém, Doutor. Tenho nada contra ninguém. O senhor tá aí pra fazer o papel do senhor, e eu tô aqui pra ser julgado.

– Conhece as provas do processo, senhor Porfírio? Já viu as provas do processo, os laudos periciais, os depoimentos?

De repente, como que assustado, Porfírio baixou a cabeça, olhando para o juiz:

– Não, não tenho nada a declarar. É isso mesmo. Tá tudo certinho, e infelizmente dói isso. Cabeça quente, fiz essa bobeira na minha vida. Nunca fiz nada de errado na minha vida, aconteceu isso. Quero que a família me perdoa (engasgado). Isso aqui não é um choro de crocodilo, isso aqui é um choro de coração. E, pode ficar tranquilo, que eu entrei naquela cadeia sem ser bandido, e vou sair sem ser bandido.

– O Promotor de Justiça tem perguntas? – quis saber o juiz.

O senhor Promotor de Justiça disse:

– Seu Carlos, eu estou olhando aqui o laudo de necropsia, que os médicos legistas fizeram na vítima, no Genásio Placino. E consta aqui, Seu Carlos, que o senhor deu, está aqui a palavra do médico: “múltiplos, vários golpes de facão na cabeça da vítima”. Então, eu queria saber se o senhor tem condição de dizer, se o senhor se lembra de quantos golpes de facão deu na cabeça da vítima, mais ou menos.

O réu, erguendo os ombros e com jeitão de dúvida:

– Mais ou menos, eu acho que uns dez, não posso dizer com precisão.

O senhor Promotor, folheando os autos:

– Uns dez. Aí eu pergunto, seu Carlos: depois de o senhor dar esses dez golpes de facão na cabeça da vítima, a cabeça dela abriu. Está aqui também dizendo: “Saiu a massa pra fora”. Essa massa encefálica que a gente tem... Depois que o senhor deu uns dez golpes de facão, na cabeça da vítima, a massa saiu pra fora. Massa encefálica. Aí, a vítima caiu no chão. Agora, a outra pergunta que eu falo pro senhor, seu Carlos, é a seguinte: a hora que o senhor passou o carro em cima da vítima, a vítima já estava morta ou ela estava viva? O senhor tem condição de precisar se ela estava morta ou estava viva?

O réu não sabia como dizer.

O Promotor insistiu:

– Na hora que ele estava lá caído no chão, os dez golpes de facão na cabeça, ele estava vivo ou estava morto, na hora que o senhor passou o carro em cima?

– Não tenho condição de responder, doutor, porque não sei. Entrei, só pus o facão dentro do carro, entrei dentro do carro e saí correndo. Mas, se eu quisesse fugir, eu fugia.

– Seu Carlos, esse pessoal aí ao seu lado é que vai julgar o senhor. Que pena que o senhor merece?

– Eu não posso dar a pena. Quem dá a pena é ocês, eu não estudei pra isso – esforçou-se o mais assustado réu.

– Mas eu faço a pergunta... Não precisa ser estudado, Seu Carlos. Eu quero saber, qualquer pessoa sabe. Que pena o senhor quer receber? Essa é a pergunta que a Promotoria fala, por um ato tão grave desse. Qual é a pena que o senhor calcula que o senhor deve receber?

– Doutor, se eu falar pro senhor... eu não sei, porque a gente quer defender a gente né? Eu acho que todo mundo quer defender a gente, a si próprio, não é? Infelizmente, eu não posso falar isso pro senhor. Se eu falar assim, trinta ano, quarenta ano, cinquenta ano?

– O Doutor Defensor tem perguntas? – quis saber o magistrado.

–Tenho sim, Excelência. A Defesa quer fazer só uma pergunta pra você, senhor Porfírio, para o senhor responder pros jurados, para os senhores que vão julgá-lo saberem disso. Em que momento você demonstrou que se arrependeu do que fez?

Por uns instantes, Porfírio ficou calado, como se não quisesse lembrar daquele dia, como se, também, suplicasse para o término do julgamento. Franziu a testa, procurando coordenar o pensamento. O coração batia forte.

– No momento em que eu entrei dentro do carro, eu falei: “Meu Deus do céu, o que é que eu fiz? Que que eu fiz? Fiz uma... uma coisa bárbara”. Porque eu, Doutor, não sou de matar nem uma barata. Não tô aqui falando de mim não. Não tô aqui falando pra não ser condenado não, entendeu? Mas, eu sou um cara de coração bom. Todo mundo que me conhece sabe. Eu não tenho nenhum inimigo em parte alguma aqui da cidade e mesmo nos arredores. Nenhum inimigo. Se o senhor falar assim: o senhor tem um inimigo? Eu não tem. Eu não tem. Se tiver pode apresentar. Pode apresentar meus inimigo... que pode ser os fio da família do Genásio, os fio da família, é lógico que tão com ódio de mim. Mas o arrependimento foi na hora, porque na hora eu já fui pra Delegacia. Já fui pra lá e já me entreguei na hora, porque eu tinha condição de fugir, eu tinha condição de ir pra minha irmã lá num matão fechado escondido do mundo, eu tinha condição de

ir pra todo lugar, porque eu tenho amigo demais da conta. O que mais eu tenho é amigo, só que eu não quis fazer isso, porque, de todo jeito, eu não ia ser julgado aqui um dia? Posso tomá um copo d'água?

– Os senhores jurados têm perguntas? – questionou o juiz, enxugando o suor da testa.

Aguardou uns segundos:

– Sem mais perguntas, fica encerrado o interrogatório do Réu Carlos Porfírio. Com a palavra o órgão ministerial para sustentar a acusação.

A História do Movimento Modernista em Cataguases

A escuta de idosos: um novo paradigma

Luiz Carlos A Britta

A História do Movimento Modernista em Cataguases

O início do século XX trouxe para todos os habitantes do planeta Terra mudanças radicais em vários campos de atividade. É o século das máquinas, da industrialização e dos avanços sociais.

As grandes invenções, como a fotografia a cores, as primeiras aventuras aéreas, a desintegração do átomo por Rutherford, a síntese industrial do amoníaco, as teorias de Einstein, a Revolução Bolchevista (1917), a publicação de obras literárias, como "Explicação dos Sonhos", de Freud (1900), as reivindicações sociais, tudo isso mostrava que o mundo havia se tornado um caldeirão efervescente, eclodindo na 1ª Guerra Mundial.

Dentro desse contexto, era compreensível que a pintura, a escultura, a literatura e outras artes fossem atingidas pelo simum renovador, influenciando principalmente os jovens, sempre mais sensíveis às transformações.

Cataguases, cidade do interior de Minas Gerais, sempre esteve na vanguarda dos acontecimentos, do progresso e do desenvolvimento social. Em 1905, foi criada a Imprensa Oficial do Município, em 1909 foi lançado o jornal *Cataguases* (28/01), a Cia. Força e Luz Cataguases inaugurou suas atividades em 1908, o Teatro Recreio apresentou peças variadas e promoveu conferências, até sua derrubada, e Humberto Mauro fazia cinema.

Em setembro de 1927, surge a Revista *Verde*, editada por um grupo de jovens, alguns mal saídos dos bancos ginasiais. O objetivo deles era alinhar-se ao lado de outras revistas de tendências modernistas nos grandes centros do país.

A *Verde* durou somente seis números: o primeiro saiu em setembro de 1927 e o último em maio de 1929.

O resumo do Manifesto, assinado por Enrique de Resende, Ascânio Lopes, Rosário Fusco, Guilhermino César, Christóphoro Fonte-Boa, Martins Mendês, Oswaldo Abritta, Camilo Soares e Francisco Inácio Peixoto, está assim redigido:

- 1º) Trabalhamos independentemente de qualquer outro grupo literário;
 - 2º) Temos perfeitamente focalizada a linha divisória que nos separa dos demais modernistas brasileiros e estrangeiros;
 - 3º) Nossos processos literários são perfeitamente definidos;
 - 4º) Somos objetivistas, embora diversíssimos uns dos outros;
 - 5º) Não temos ligação de espécie nenhuma com o estilo e o modo literário de outras rodas;
 - 6º) Queremos deixar bem frisado a nossa independência no sentido "escolástico";
 - 7º) Não damos a mínima importância à crítica dos que não nos compreendem;
- E é só isso.

DELSON GONÇALVES FERREIRA fez a seguinte observação sobre esse manifesto:

Tanta presunção e ousadia, só mesmo de moços...

O volumezinho pertence a Francisco Inácio Peixoto. Faz falta na bibliografia do modernismo brasileiro (*omissis*). A Revista, evidentemente, causou algum barulho e escândalo na cidade interiorana que, apesar

de progressista, não podia acompanhar os passos excessivamente avançados e largos dos audaciosos rapazes. O que eles queriam era escândalo, queriam “épater le bourgeois” e acordar a cidadezinha modorrenta... E acordaram. (LOPES, Ascânio. *Vida e Poesia*. Belo Horizonte: Difusão Panamericana do Livro, 1967, p. 34)

Mário de Andrade escrevia em carta a Sérgio Olindense: “Mas saiu em Cataguases (Minas) uma revista bem interessante e mandei já falar pra rapaziada mandar ela pra você, não recebeu? Vou mandar falar outra vez”. Carlos Heitor Castelo Branco. São Paulo: Quatro Artes Editora, 1971, p. 57), Mário de Andrade e Oswald de Andrade chegaram a mandar para o grupo da *Verde* um poema interessantíssimo, escrito a quatro mãos, assinado por Mário e Oswald de Andrade, e intitulado “Homenagem aos homens que agem”:

Tarsila não pinta mais
com verde Paris
pinta com verde
Cataguases.
Os Andrades
não escrevem mais
com terra roxa
não!

Escrevem
com tinta verde
Cataguases.
Brecheret
não esculpe mais

com plastilina
modela o Brasil!
com barro Verde
Cataguases.
Villa Lôbos
não compõe mais
com dissonâncias
de Estravinsqui
ele é a mina Verde
Cataguases.
Todos nós
somos capazes
de ir ver de
Forde Verde
os ases
de Cataguases.

Por outro lado, Oswaldo A. dedica um poema a Mário de Andrade, publicado na *Revista da Cidade*, de Recife, no ano de 1928, intitulado "Poema simples":

Silêncios da mata com gritos de grilos na sombra.
Terra cheia de encantos.
Terra onde a gente não tem desejos de emoções
bocó
sem jeito.
Não! Inocente. Isso sim!
Zé Toledo com suas sandálias de couro de bezerro
sai pedindo esmola pra casar a filha.
O escrivão não vai em casa da noiva.
Se quiser que venha cá.

Ele não é besta.
Zé Toledo foi sempre da oposição.
Não merece consideração.
Terra simples de gentes boas
Que dá mandioca arroz milho e feijão
Com a ingenuidade do Toledo
E a besteira do escrivão.
Desce a noite sobre o meu quarto.
- Luz enguiçada -
Quando eu acabava de escrever.
E eu com tanta vontade de escrever!
Terra boa...

Carlos Drummond de Andrade assinalou, em artigo publicado no *Correio da Manhã*, de 15 de janeiro de 1967, que “Verde é um casebre de nada com muita gente importante, gente de luxo lá dentro”.

O único grupo que se destacou, sob o prisma regional, se não estou enganado, foi o dos rapazes de Cataguases”, escreveu Temístocles Linhares no livro *Diálogo sobre a poesia brasileira* (São Paulo: Melhoramentos; MEC, 1976, p. 231).

O Grupo Verde chegou a ter projeção internacional, com referências elogiosas publicadas na revista *Martin Fierro*, da Argentina, com um artigo em espanhol de Peregrino Júnior, que observa:

Habiendo nacido en una remota ciudad del interior del Estado de Minas, esta revista es una deliciosa revelación, poniendo la gente moderna del país en contacto con una generación sorprendente de poetas e prosadores de vanguardia. (“El vanguardismo en el Brasil”, *Revista Verde*, n. 5, p. 15, jan. 1928)

Elizabeth Rennó escreve, a respeito da *Verde*:

Apesar de não se mostrarem arautos de uma revolução social, os mineiros da *Verde* expunham o drama das fazendas e lavouras abandonadas e decadentes e previam o desenvolvimento que chegaria através da era industrial e de uma nova prospecção.

O poeta é o ser privilegiado dos Titãs e denuncia o que há de vir, na esteira dos profetas.

A **Verde**, sinônimo de mocidade e rebelião, deu renome internacional a seu território.

Da revista **Verde**, originada de um jornalzinho desabusado do interior, típico, **Jazz Band**, pedra de escândalo, para os pacatíssimos habitantes desta **Meia Pataca** – antigo nome de Cataguases – que chegaram a reagir até mesmo com “bengaladas”, conforme o Manifesto do Grupo, partiram os rapazes da escrita para a publicação de seus livros, em regime cooperativo.

Renato Fusco, Ascânio Lopes, Enrique de Resende, Guilhermino César, Francisco Inácio Peixoto viram seus livros publicados. Contaram eles com a ajuda de Daniel da Silva Lopes e de Sebastião Ventura nas edições, sem deixar de lembrar a acolhida recebida de Luiz Soares dos Santos, jornalista português do **Cataguases**, jornal da terra.

De Camilo Soares conhece-se um só livro publicado. Cristóforo Fonte-Boa, que falava do “silêncio pesado dos homens líricos” e Oswaldo Abritta, que cantava seu primeiro amor tão distante na “cidade pequenina de seu sonho de poeta” não tiveram seus versos impressos, o que representou uma perda para a história dos verdes.

Essa falta é preenchida agora, dirigida pela emoção estética e filiar de Luiz Carlos Abritta, que põe a lume este *Versos de Ontem e do Hoje*, encadernados em 1931.

José Afrânio Moreira Duarte observa:

Nenhuma cidade do interior do País contribuiu mais e melhor para a cultura brasileira do que Cataguases, linda localidade da Zona da Mata de Minas Gerais. Os fatos aí estão, para comprovar. A honrosa tradição vem de muitos e muitos anos. Primeiro, foi o cinema. Por iniciativa de Humberto Mauro e Pedro Comelo, na década de vinte, apareceu ali a Febo Brasil Filmes. Embora a obra-prima de Humberto Mauro, "Ganga Bruta", tenha sido rodada no Rio de Janeiro (1930-1932), os seus filmes anteriores, do chamado Ciclo de Cataguases, como "Brasa Dormida", "Sangue Mineiro", "Tesouro Escondido", igualmente se destacam na história da cinematografia nacional.

Naquela época também surgiu a famosa revista "Verde", que tão grande importância tem no panorama do modernismo brasileiro, apresentando gente como Rosário Fusco, Guilhermino César, Ascânio Lopes, Enrique de Resende e Francisco Inácio Peixoto, os "Ases de Cataguases", de acordo com um célebre poema escrito a quatro mãos por Mário e Oswald de Andrade. A partir de então, a cidade viu-se sempre possuída do que se pode chamar de efervescência literária e foi um nunca mais acabar. Em cada geração apareceram novos valores. Francisco Marcelo Cabral, Lins Tâmega Peixoto, Lúcio Antônio Miranda da Silva. Atualmente, é a hora e a vez de Joaquim Branco, Aquiles Branco, P.J. Ribeiro, Pinto Filho, Ronaldo Werneck e Sebastião Carvalho que fazem o jornal "SLD – Suplemento, Literatura, Difusão", distribuído em âmbito nacional e internacional.

Faremos, agora, um retrospecto breve dos "Verdes", dos "Ases de Cataguases", com pequena nota biográfica e poemas que julgamos expressivos.

ROSÁRIO FUSCO (de Souza Guerra) nasceu em São Geraldo (que pertencia a Visconde do Rio Branco), no ano de 1910. Posteriormente, transferiu-se para Cataguases, onde cursou o primário e o ginásio. Mais tarde, foi para o Rio e formou-se em Direito (1937). Exerceu o cargo de Secretário da Universidade do antigo Distrito Federal e aposentou-se como Procurador do antigo Estado da Guanabara.

Trabalhou na revista *A Cigarra!* e no jornal *Diário de Notícias*, e exerceu a crítica literária (*Vida literária e Política e letras* – 1940).

Em 1940 publicou um ensaio denominado *Introdução à experiência estética*. No teatro, publicou *Anel de Saturno* (1940), *O viúvo* (1949) e a farsa *Auto da noiva* (1961). Em 1943, saiu *O agressor*, pela Francisco Alves. A Mondadori, editora italiana, lançou *L'Agressore*, em 1969. *O Livro de João* (1954), *Carta à Noiva* (1961) e *Dia do Juízo* (1961) são volumes raros.

Meu pai fez um soneto procurando retratar Rosário Fusco, uma brincadeira de adolescente:

Alto, moreno, o passo cadenciado,
numa atitude “ou vai ou racha”,
ele semelha um urubu cansado,
todo mundo assim pensa e assim acha.

A julgar pela sua pouca idade
e pelo seu tamanho colossal
atualmente seu porte na cidade
é o de uma palmeira imperial.

Poeta de valor – quando começa
a contar sua história de pequeno
que quase sempre muito lhe interessa.
é um caso interessante esse moreno.

Quando eu era pequeno” – ele começa
e ele é um rapaz que nunca foi pequeno”.

Rosário Fusco foi candidato a deputado federal e destacou-se pela originalidade dos *slogans*:

Tenha fé no Rosário.
Na hora de votar não fique confuso
Fique com Fusco
Um Rosário vale três terços.

Vamos agora a uma amostra da poesia de Rosário Fusco, com sabor simbolista:

UM

Deixa molhar de sono os teus ouvidos
com a cantilena fresca dos salgueiros.
(A noite esfolha pétalas de sombras
por sobre os montes macios!)
– Vê a tranquilidade desse lírio frio,
e o marulho limoso destas águas...
– Vê...
Sorve a paisagem colhida com os teus olhos...
(Depois repara e vê também
como brilham os teus olhos nos meus olhos...)

DOIS

Depois que as folhas vestiram-se de sombras
e as guardadoras de cabras
desceram dos montes.
e a noite morena banhou-se das fontes;
– eu vim sonhar-te à luz da noite greta...
e a lua era como o teu corpo muito branco,
dançando no lugar do vidro líquido...

E um poema da “fase demolidora”:

FESTA DA BANDEIRA

Pro Mário

Depois que os meninos cantaram
o “salve lindo pendão da esperança”
o professor doutor Arlindo França
descobriu o retrato de Camões e disse
que ele foi um grande poeta português
autor do URUGUAY – o mais belo
poema da língua portuguesa.
Meninos bateram palmas e o coronel
Sinfrônio
elogiou o “estilo quente” do orador...
Seu Nicólas farmacêutico, falou com titio
que o seu França é um homem “preparado”
– a mais viva esperança do Brasil...

GUILHERMINO CÉSAR (da Silva) nasceu em São Manoel, hoje Eugenópolis, em 1908. Assinou o Manifesto do Grupo Verde, participou ativamente do modernismo cataguasense. Mais tarde (1929), com João Dornas Filho e Aquiles Vivacqua, lançou a revista *Leite Criôlo*, cujo primeiro número é de 13 de maio, ligado à corrente de antropofagia de São Paulo. Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais (atual UFMG). Fez jornalismo no *Estado de Minas*, em *A Tribuna*, na *Folha de Minas*, em *O Diário* e *Minas Gerais*. No Magistério Superior lecionou Literatura Brasileira, Estética e História do Brasil. Foi professor em Coimbra, recebendo ali o título de doutor *honoris causa*. Aposentou-se como Ministro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul. Estreou como poeta em *Meia pataca* (1928), publicado pela Verde

Editora, em parceria com Francisco Inácio Peixoto. *Lira Coimbrã e Fortunato de Lisboa* deita raízes em Portugal, mas se abre e fecha com a lembrança de Cataguases (“Bilhete para Cataguases” e “Viagem”). Em 1939 publicou seu único romance, *Sul*.

Belo Horizonte, 05 de dezembro de 2015.

Dois poemas de Guilhermino César:

MEIA PATACA

O conquistador chegou cansado
e batizou com o ouro da cobiça
a terra que lhe prometia
um punhado de coisas tentadoras
Meia-Pataca!

Vieram mais gentes
porém não havia mais ouro
no rio de águas feias.

Vieram outras gentes.

Cataguases... A cidade cresceu.

O Pomba tem barcos de nomes estrangeiros
brincado no dorso barrento.

Não se pode escrevê-lo somente:

é preciso sentir

é preciso viver.

solidário com a gente morena

pra escrever o poema melhor

– o poema maior e mais fundo

que a raça exige de nós.

Este poema de Guilhermino César, dedicado a Oswald
Abritta, publicado na *Verde*, é de uma sonoridade incrível:

No samba que explode lá fora
em voltas de gira
em giros de amor
em cantos e risos
puseram os poemas da raça cafuza.
Poemas vermelhos
poemas roxinhos de fazer pena
poemas brancos e inofensivos
– todas as cores e todos os sentimentos
nas cabrochas repinicando
sambando suadas,
Poemas de raça
Poemas da terra
Poemas de tudo!
No samba que explode lá fora
em voltas de gira
em giros de amor
em cantos de risos
falta porém um poema maior...
Os homens de pele tostada
Descem então dos seus esconderijos
E caminham pra suas casas
Vagarosamente decepcionados
Segurando nas mãos cheias de calos
As ferramentas com que procuram
Há uma porção de anos
O segredo que lhes dê
Uma nova revelação da vida...

FRANCISCO INÁCIO PEIXOTO nasceu em Cataguases, no ano de 1909 e faleceu em 1985. Bacharelou-se em Direito no Rio. Foi um dos signatários do Manifesto de Grupo Verde. Estreou com os poemas de *Meia pataca* (1928), em parceria com Guilhermino César. Além dos traços localistas comuns ao grupo, apresenta lirismo e uma forma simples, sem concessões à retórica. Além de *Meia Pataca*, em parceria com Guilhermino César, publicou também livros de contos (*Dona Flor* e *A Janela*), impressões de viagem à Tchecoslováquia e à Rússia (*Passaporte proibido*), e poemas (*Exótica*).

Poemas de Francisco Peixoto:

PEDREIRA

Dependurados no espaço
Eles ficam ali o dia inteiro
Arrancando faíscas
Furando buracos na pedreira enorme
Que reflete como um espelho
As suas sombras primitivas.
À tarde ouve-se um estrondo
E o eco repete a gargalhada das pedras
Que vieram rolando da montanha
O Meia-Pataca ficou desleixado
pobre riozinho que se esconde
e passa de longe medroso.
Olhando o rio esquecido
eu penso no ouro que sumiu
e no ouro que ficou para sempre
no coração da minha gente.

POEMA

Você menina de-já-hoje passou
Um mundo de vezes na minha rua,
Se lembra direito?
Você menina passou
Olhando desejosa por um lado, pra outro
Assim como quem quer...
Querendo o quê?
Diz que você tem mesmo mania...
Não tem sofrimento de viver em casa:
Fica na rua...
Fazendo o quê?
Se você soubesse
Que delícias gozadas eu calculo
Existirem em você...
Sabe não?
Quando você chegou na esquina
E se deu na vontade
De consertar sua meia,
Me viu na janela,
Ou se esqueceu que meus avós
Eram tupinambás?
Se esqueceu?

ANTÔNIO MARTINS MENDES foi um dos redatores da revista *Verde*. Cataguasense de 1903, foi orador brilhante, lecionou no ginásio da cidade, aposentando-se posteriormente como Promotor de Justiça. Publicou 13 *Poemas*. A seguir, uma amostra da sensibilidade do poeta.

IN EXTREMIS

Neste hora amargurada e triste
 anseio pelo nirvana prometido aos justos.
 Anseio pelo derradeiro
 momento que há de vir
fatal e inexoravelmente.
Nesta hora amargurada e triste
eu quisera você ao meu lado
para o consolo da hora extrema
porque eu seria o arrependimento
e Você o doce perdão
E no limite extremo da caminhada extrema
a minha mote seria então
o suave milagre da ressurreição.

PRECE

Senhor, dá para minhas mãos vazias
que se levantam desesperadamente para o Teu céu,
o trabalho que fará o pão para minha fome;
dá para meus olhos cansados
um pouco do brilho das estrelas,
que Tua mão de Criador espalhou pelo Teu céu;
dá para meu espírito que sente
mas que Te não compreende,
o sossego dos que estão certo do amanhã;
dá Senhor, para o meu coração
a graça dos que crêem e esperam
a resignação dos que confiam em Ti,
a bondade dos que perdoam e esquecem,

Dá, Senhor, para mim a fé que anima os fracos
e a esperança que consola aos tristes,
Assim seja, meu Senhor e meu Deus.

CAMILO SOARES DE FIGUEIREDO JÚNIOR não é cataguasense, mas participou do movimento modernista da *Verde* e assinou seu Manifesto. Foi aluno interno do Ginásio Municipal de Cataguases, sob a direção do grande mestre Antônio Amaro Costa. A seiva da *Verde* veio desse ginásio: os “Verdes” saíram dali. Camilo Soares nasceu em São Manoel, hoje Eugenópolis (1909). Segundo Guilhermino César, o nome “verde” para a revista de Cataguases foi ideia de Camilo. O primeiro número da *Verde* trouxe uma pequena história trágica de sua autoria: “O estranho caso de Matias Qualquer”. Frases curtas, algumas de uma só palavra, narrativa rapidíssima e desfecho imprevisível. Um miniconto, novidade para o tempo. A poesia de Camilo Soares é alegre e atrevida, como nestes dois exemplos abaixo:

PEDROMALAZARTE

A minha professora
magra
magrinha
gostava muito de mim.
E eu era o pedromalazarte da classe.
Um dia na hora do recreio
eu vi a minha professora
magra
magrinha
tossir
tossir
tossir

e tingir o seu lencinho branco de vermelho.
Hoje Deus levou a minha professora
e eu sinto um remorso danado
de ter sido
o pedromalazartre da minha classe.

DESCOBERTA

O homem enfeitado
chegou debaixo do sapé seco
e olhou lá dentro da casa.
Viu uma moça bonita
de seios maravilha
de carne carne.
E ficou,
E plantou na terra roxa
a bandeira irônica da conquista,
Tava descoberto o fim do mundo.

CHRISTÓPHORO FONTE-BÔA também assinou o Manifesto do Grupo Verde de Cataguases. Residia ultimamente em Juiz de fora, onde faleceu. Dois poemas de Fonte-Bôa mostram seu valor.

SÔNIA

A noite caiu lenta e lenta
como um enorme pano de boca
fechando o palco do dia...
E o meu quarto ficou cheio da tristeza
de tua ausência

que desenrolou na minha vida
o silêncio pesado dos homens líricos...
(No meu quarto
a lâmpada há pouco acesa
e agora apagada,
era a lágrima de ouro suspensa
no vazio).
O silêncio é um beijo longo, mole, silencioso.

PEDRA MENINA

Pedra menina
ou!
Pedra morena
ou!
Vamo pra riba
ou!
Pra agradá sinhá
ou!
Pra agradá sinhô
ou!
Pedra menina
ou!
E a essa cantiga embaladora
os homens suarentos
vão construindo, construindo
(*Leite Criôlo*, n. 3, 16 jun. 1929)

ENRIQUE DE RESENDE (1899-1974) veio da senhorial fazenda do Rochedo, berço também de seus antepassados, fundadores de Cataguases.

Já era engenheiro e tinha publicado, em 1923, os poemas simbolistas de *Turris Eburnea*, quando aderiu ao Grupo Verde. Era o diretor da revista, o mais maduro no meio da rapaziada. Tinha 28 anos, enquanto o mais novo, Rosário Fusco, 17. Publicou ainda: *Poemas cronológicos*, em parceria com Ascânio Lopes; *Retrato de Alphonsus de Guimarães* (1938); *Pequena história sentimental de Cataguases* (1969); *Estória e Memórias* (1970) e *A derradeira colheita*. Escreveu seu próprio epitáfio:

Contra a sua vontade, bem se entende,
e sempre amando a vida, como outrora,
aqui repousa Enrique de Resende,
que preferia repousar lá fora.

Seu soneto “Pedido de Aposentadoria”, em decassílabos de rimas perfeitas, é notável:

Com excesso de tempo, e grande excesso,
Já cumprido o dever, e bem cumprido,
pretendo agora aposentar-me, e peço
que defira Vossência o requerido.

Ao redigir a petição, confesso
que o coração me pulsa comovido,
Mas nada disto consta do processo
razões do coração não atêm sentido.

Provo e comprovo o tempo de serviço,
Quanto aos bens, o tesouro acumulado
Resume-se nos filhos que eduquei.

É que sempre fiel ao compromisso,
tendo entrado bem pobre para o Estado,
hoje saio tão pobre quanto entrei.

SENZALA

A Mário de Andrade

Senzala da fazenda dos meus avós...
Vão-se desmoronando pouco a pouco
as tuas paredes de pau-a-pique e os teus telhados seculares.
Mas ainda é, no teu desmoronamento,
a lembrança angustiada das atrocidades dos meus avós,
Senzala da fazenda...

As tuas ruínas ainda estão impregnadas do sangue
machucado

dos negros que gemeram nos teus troncos,
sob o Chico ameaçador dos homens brancos – feitores da
fazenda.

Mas isto tudo há de desaparecer um dia.

As tuas paredes de pau-a-pique e os teus telhados seculares,
– ruínas ainda impregnadas do sangue e do suor dos
escravos

– lembram os gemidos que se perderam pelos teus cubículos
de tabique;

e as lágrimas que rolaram pelo teu chão de terra socada;
e o relho de três tranças dos algozes feitores da fazenda.

e os gritos lancinantes que vararam o horror das tuas trevas,
e a mancha apagada que ficou na braúna dos teus troncos.

Mas – bendito seja Deus! – as tuas ruínas desaparecerão um
dia

Na bruma longínqua da história dos tempos.
E então se apagará também, esse dia, na minha memória,
a lembrança angustiosa das atrocidades dos meus avós...

ASCÂNIO LOPES QUATORZEVOLTAS nasceu em Ubá, no ano de 1906, e morreu em Cataguases, no dia 10 de janeiro de 1929. Sobre ele escreveu Mário de Andrade: "A revista *Verde*, fama de Cataguases, reapareceu agora com um número dedicado a Ascânio Lopes. Este foi um dos moços 'Verdes', um dos de mais esperança mesmo. Ficou hético e não durou muito. Morreu verdolengo ainda e pensar nele causa muito mal-estar" (*Táxi e crônicas no Diário Nacional*. São Paulo: Duas Cidades, 1976, p. 115). Ascânio morreu nos braços de Rosário Fusco e com ele morreu a *Verde*. Ascânio só teve tempo de publicar os dez poemas de *Poemas cronológicos*, em parceria com Enrique de Resende e Rosário Fusco. Sua poesia, aparentemente simples, é de incrível densidade.

SERÃO DO MENINO POBRE

Na sala pobre da casa da roça,
papai lia os jornais atrasados.
Mamãe cerzia minhas meias rasgadas.
A luz frouxa do lampião iluminava a mesa,
e deixava nas paredes um bordado de sombras.
Eu ficava a ler um livro de histórias impossíveis
– desde criança fascinou-me o maravilhoso.
Às vezes mamãe para de costurar
– a vista estava cansada, a luz era fraca.
e passava de leve a mão pelos meus cabelos
numa carícia muda e silenciosa...
Quando mamãe morreu,

o serão ficou triste, a sala vazia.
Papai já não lia os jornais
e ficava a olhar-nos silencioso.
A luz do lampião ficou mais fraca
e havia muito mais sombras pelas paredes...
E, dentro em nós, uma sombra infinitamente maior.

Alguns escritores sugerem uma comparação deste poema de Ascânio com "Infância", de Carlos Drummond de Andrade, concluindo que o de Ascânio é anterior e que "a dramaticidade sóbria do final do "Serão", torna-o superior ao poema de Drummond. E, mesmo em conjunto, é mais harmonioso, sem o ritmo sincopado das frases telegráficas de "Infância" (DUTRA, Waltensir; CUNHA, Fausto. *Biografia Crítica das Letras Mineiras*. Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1956, p. 115).

O REVOLTADO

A sirena apitou longamente
fazendo parar os teares e as máquinas.
Ele vestiu o paletó e saiu para o bairro pobre
onde mora, numa casa pobre.
As suas mãos estão calejadas.
O corpo dolorido anseia um descanso infinito desconhecido.
Olha só para a frente, sem se importar com quem passa.
Paro pensando uma coisa
e brilhou no seu olhar o ódio contido
faiscou rápido o desejo insatisfeito.
Pôs-se a andar.
Os grandes olhos abertos, mas sem lágrimas.

OSWALDO JOSÉ ABRITA. Nasceu em Cataguairino, distrito de Cataguases, no dia 15 de março de 1908, e morreu em 28 de fevereiro de 1947. Desde criança demonstrou acentuada tendência para os estudos e, no Ginásio de Cataguases, como aluno interno, logo se destacou, manifestando suas tendências literárias. Assim é que, em 1923, escreveu de próprio punho um pequeno livro, chamado *Um pouco de tudo*, com poesias e trabalhos em prosa de sua autoria e de professores e colegas. Naquele período, editou um jornal manuscrito, denominado *Farol*, que, segundo Oswaldo, lutava com outro de Eduardo Amaral e Erlon Dutra. De 1923, tenho ainda um caderno de sonetos de autoria de Oswaldo Abritta, ao lado de outros de Bocage, Machado de Assis, Mastins Mendes e Antero de Quental. Lançou também, encadernado, *Versos de ontem e de hoje* (Belo Horizonte, 1931).

Em outro caderno, escreve Oswaldo não só poemas, mas envereda também pelos caminhos da gramática, com estudos de “Vícios de Linguagem” e “Figuras de Sintaxe”, dentre variados temas linguísticos.

O Suplemento Literário do *Minas Gerais*, de 03 de setembro de 1977, anota que Oswaldo Abritta escreveu um livro chamado *Crepusculares*. Sobre esse livro há um comentário jocoso de Rosário Fusco, encontrado na *Verde* n. 3, assim redigido:

Só o título já é uma coisa lamentável. Em todo o caso, no tempo dele, pra falar a verdade, o livro não é muito mau não. Os seus defeitos são justificados com a pouca idade do poeta, que vive, até agora enterrado no fundo de um quatro com figuras de Bilac e Raimundo Corrêa pelas paredes, quarto de ginásiano farrista. Vamos ver que tal o seu novo livro moderníssimo, anunciado para breve.

De Cataguases, veio Oswaldo para Belo Horizonte, onde estudou na Faculdade de Direito, diplomando-se em 1932, tendo colegas de turma que se destacaram no cenário nacional, como Tancredo Neves, Marcello Linhares e Guilhermino César.

Durante o período acadêmico, meu pai escreveu em jornais e revistas de todo o país, entre eles: *Estado de Minas*, *Diário da Tarde*, *Semana Ilustrada*, *União de Moços*, *O Diário*, *O Acadêmico*, *Diário do Comércio*, *Echo Liberal*, *Minas Gerais*, *Cidade Verde*, *Jornal da Manhã*, *O Estudante* e *Revista Universitária*, todos de Belo Horizonte; *Folha do Povo*, de Ubá; *Correio de Minas*, de Juiz de Fora; *Correio do Oeste* e *Gazeta Liberal*, de Itapeçerica; *O Porto*, de Porto de Santo Antônio; *A Vida*, de Leopoldina; *Nossa Pena*, de São Paulo; *Itinerário* e *Cataguases*, de Cataguases; *Para Todos*, do Rio de Janeiro; *Terra do Ouro*, de Nova Lima; e *Revista da Cidade de Recife*.

Escreveu poemas em português e francês.

Dedicou-se ao magistério, como professor de português em vários estabelecimentos de ensino, inclusive no Instituto São Rafael, desta Capital, com especial carinho pelos deficientes visuais.

Exerceu o jornalismo e abordou, com proficiência, temas até hoje atuais, como o problema do excesso de feriados, a reforma ortográfica, o nacionalismo e vários assuntos de política internacional. Comenta temas diversos, chegando mesmo a fazer uma crítica do filme "Brasa Dormida", de Humberto Mauro.

Exerceu a advocacia durante alguns anos, até ingressar na Magistratura, exercendo as funções Juiz de Direito nas comarcas de Itapeçerica, Guarani e Carandaí, morrendo nesta última, no dia 28 de fevereiro de 1947, quinze dias antes de completar 39 anos de idade.

Três poemas de Oswaldo A Britta:

MEUS IDEAIS

Meus ideais vão tombando pela vida
e rolando fragorosamente
como as moléculas d'água de uma cachoeira
que vão sepultar-se depois de muita queda
de muito baque

de muita espuma espadunar,
no fundo silencioso de um abismo...
Como a água de um rio caudaloso
meus ideais nascem das furnas obscuras
e sóbrias e misteriosas
do império da sombra
para se arrojarem impetuosas
pelos despenhadeiros da existência...
Assim rolando fragorosamente
vão caminhando vertiginosamente
para as cinzas misteriosas, éteres, imponderáveis
do Nada!
Eu quero ser o Nada dentro da Vida!

JARDIM

Monotonia estranha dentro da tarde.
E o meu jardim?
O meu jardim
deixou de ser jardim
para ser perfume.

POEMA DO MEU PRIMEIRO AMOR

Há um sussurro vago dentro da tarde vaga.
Um sussurro leve como um sonho
e breve como a felicidade...
Ao longe
vai se acendendo aos poucos a cidade...
a cidade pequenina de meu sonho,

do meu sonho de Poeta...
A cidade pequenina onde ela vive...
E esse sussurro vago
vem me trazer a lembrança dela
que ficou do outro lado do meu desejo...
A lembrança dela
que vive no meu pensamento...
E eu nunca poderei esquecê-la
porque se eu a esquecer
eu terei um grande remorso...
e eu não me quero afastar
da felicidade...
Ao longe
vai se acendendo aos poucos a cidade
e ela está tão distante! tão distante!...

Tudo o que foi dito aqui é apenas uma amostra do Grupo Verde. Tudo na vida é dinâmico e necessitaremos sempre desses homens arrojados, que nos tiram da normalidade, do ramerrão cotidiano, para alçar voos maiores. Fernando Pessoa (Álvaro de Campos), em um poema, afirma:

GAZETILHA

Dos Lloyd Georges da Babilônia
Não reza a história nada.
Dos Briands da Assíria ou do Egito,
Dos Trotskys de qualquer colônia
Grega ou romana já passada,
O nome é morto, inda que escrito.
Só o parvo dum poeta, ou um louco
Que fazia filosofia

Ou um geômetra maduro,
Sobrevive a esse tanto pouco
Que está lá para trás no escuro
E nem a história já historia.
Ó grandes homens do momento!
Ó grandes glórias a ferver
De quem a obscuridade foge!
Aproveitem sem pensamento!
Tratem da fama e do comer,
Que amanhã é dos loucos de hoje!

Sim, o amanhã é dos loucos de hoje, dos que sonham, dos que pretendem um futuro melhor para a humanidade.

No poema "Noturno", de Oswald Abritta, publicado na revista *Nossa Penna*, de São Paulo, ele conclui assim:

Cataguases dorme.
E quando vira o triunfo do seu alvorecer?

O seu triunfo, Cataguases, já aconteceu, e para isso a contribuição dos "Verdes" foi fundamental. O mundo sofre transformações constantes e é preciso acompanhar essa evolução. O mundo evolui e Nietzsche já havia previsto que virá uma nova espécie de homem, "o homem de amanhã e do dia depois de amanhã", que, colocando-se em oposição ao seu hoje, terá coragem e imaginação para "criar novos valores", de que o homem e a mulher modernos necessitam para abrir seu caminho através dos perigosos infinitos em que vivem.

O triunfo de Cataguases já aconteceu e, para isso, foi fundamental a participação dos "Verdes".

Repetimos, pois, as palavras de Ribeiro Couto, na *Verde* nº5, com maior ênfase agora: "Todo o Brasil está surpreso: existe Cataguases!".

O Comércio Ilícito de Artes Sacras em Minas Gerais

O Inconfidente João Rodrigues de Macedo

Marcos Paulo de Souza Miranda

O Comércio Ilícito de Artes Sacras em Minas Gerais

*Lembraí-vos dos altares,
destes anjos e santos,
com seus olhos audazes
nos mundos sobre-humanos.
Haverá sombra e umidade
em vossas pálpebras tristes,
com o céu preso numa grade.*

Cecília Meireles

Minas Gerais destaca-se no cenário nacional, entre outras razões, pelo patrimônio cultural que abriga nas antigas vilas do ouro, onde igrejas majestosas reúnem um acervo singular da produção artística do período barroco, quando as irmandades religiosas, sustentadas pelas riquezas fartas do solo, se rivalizavam para ostentar em seus templos as obras mais eruditas da talha, da escultura e da pintura.

Naquela época, imagens e altares esculpidos por Antônio Francisco Lisboa (o Aleijadinho), Francisco Xavier de Brito, Francisco Vieira Servas, José Coelho de Noronha; telas e forros pintados por Manoel Francisco Ataíde, José Soares de Araújo, Joaquim José da Natividade, João Nepomuceno Correia e Castro – apenas para citar alguns – eram encomendadas e incorporadas ao patrimônio da Igreja, então subsidiada financeiramente pela Coroa Portuguesa, à qual estava vinculada pelas regras do Padroado.

Em razão de integrarem o patrimônio de uma instituição que era subvencionada por recursos do governo e imune a tributos, as obras de arte incorporadas ao patrimônio religioso até o final do período monárquico, quando adveio a República e foi

extinto o Padroado, estão submetidas a um peculiar regime jurídico, inserindo-se no conceito de “bens de mão morta”, cuja alienação é vedada pela legislação civil, constituindo, pois, coisas fora do comércio.

Assim, por sua natureza, independentemente de serem tombados como patrimônio cultural, tais bens estão colocados sob a especial tutela do Estado Brasileiro, nos termos do Decreto nº 119-A, de 1890; da Lei nº 4.845, de 1965, e do Decreto nº 7.107, de 2010.

Até a década de 1920 o acervo de artes sacras mineiras ficou relativamente à margem de subtrações motivadas pelo valor artístico das peças, pois a consciência sobre a relevância do nosso patrimônio cultural ainda estava por chegar, o que se deu, sobretudo, a partir da Semana de Arte Moderna de 1922, quando surgiu um movimento que buscava valorizar as produções artísticas genuinamente nacionais, sendo Aleijadinho escolhido como síntese da extraordinária capacidade criativa brasileira.

A partir de então, a aquisição de peças sacras, mormente as produzidas pelos grandes mestres no período colonial, começou a fazer parte dos interesses de colecionadores de todo o país, dando origem a um mercado negro abastecido por bens subtraídos sorrateiramente ou vendidos, de forma ilícita, por religiosos ou pessoas ligadas a irmandades, para antiquários estabelecidos principalmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Igrejas inteiras chegaram a ser demolidas, sob o falso pretexto de estarem ruindo ou de serem pequenas, apenas para que seus altares e esculturas pudessem ser vendidos em transações nebulosas e inconfessáveis.

Esse cenário de pilhagem se estendeu por décadas a fio, e poucas foram as iniciativas da polícia, da Igreja e dos órgãos de proteção ao patrimônio cultural para fazer frente à ação dos larápios e simoníacos.

Em 02 de setembro de 1973, por exemplo, a Matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto foi violada por ladrões que de lá arrancaram mais de uma dezena de belíssimas peças de ouro,

prata e pedras preciosas que remontavam à celebração do Triunfo Eucarístico, ocorrida em 1733, considerada a mais espetacular demonstração de riqueza nas Américas no período colonial. O furto, na mesma proporção, é considerado como o maior desfalque ao patrimônio cultural sacro de Minas Gerais e ainda gera indignação pela omissão dos órgãos de segurança pública no esclarecimento dos fatos. O obscuro delito, cujo inquérito policial nunca foi concluído, envolve um influente antiquário húngaro que residia em São Paulo e, supostamente, o envio das peças para Lisboa. No ano de 1978, por motivos ainda não conhecidos, a censura chegou até mesmo a proibir a imprensa de fazer qualquer divulgação sobre o assunto.

Já na década de 1990 estatísticas oficiais apontavam que Minas Gerais havia perdido cerca de 60% de seu patrimônio cultural sacro.

No ano de 2003 a forte investida de uma quadrilha paulista sobre as igrejas mineiras, quando foram subtraídas dezenas de peças, gerou indignação social, forte repercussão na mídia e o início de um trabalho de repressão por parte da Polícia Federal e do Ministério Público. Naquele ano foi criado o Grupo Especial de Promotorias de Justiça das Cidades Históricas de Minas Gerais, sucedido em 2005 pela Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico, que tem o combate ao comércio ilícito de arte sacra como um de seus objetivos.

A partir de então, ações do Ministério Público de Minas Gerais lograram recuperar mais de quatrocentas obras que estavam ilicitamente em poder de antiquários, colecionadores e *marchands*.

Mais recentemente, com o aprofundamento das investigações pelo *parquet*, várias peças vêm sendo identificadas no acervo de coleções particulares de grandes empresários ou mesmo de museus de outras unidades da federação, a exemplo da tela denominada “Verônica”, originária de uma igreja de Lavras, no Sul de Minas, mas que estava irregularmente no Museu de Arte do Estado de São Paulo.

A intervenção ministerial permitiu a devolução espontânea da peça a Minas Gerais, em ação pioneira no país.

Trata-se de um pequeno passo no enfrentamento de um crime que movimenta anualmente milhões de dólares e, no cenário internacional, fica atrás apenas do tráfico de armas e de drogas.

O Inconfidente João Rodrigues de Macedo

1 Introdução

Um dos personagens mais sedutores e enigmáticos do movimento sedicioso denominado Inconfidência Mineira, embora não tenha sido condenado como insurrecto, foi o contratador João Rodrigues de Macedo, construtor e proprietário da magnífica Casa dos Contos em Ouro Preto, joia da arquitetura colonial brasileira, onde se hospedaram muitos dos envolvidos com o planejado levante.

Sobre Macedo, registrou Tarquínio José Barbosa de Oliveira, um dos maiores pesquisadores do assunto: “Sabemos ainda pouco da biografia de João Rodrigues de Macedo. Paradigma de um sistema financeiro, a pesquisa apenas se inicia, retirando-o da poeira dos arquivos. É evidentemente um gigante, protótipo de virtudes que dignificam o homem em qualquer regime [...]”.⁵

Nos tempos atuais, quando o acesso a documentos históricos se amplia em razão da tecnologia e fortalecimento dos arquivos públicos no Brasil e no exterior, e as pesquisas sobre a Inconfidência Mineira ganham olhares mais aprofundados, com base em fontes não diretamente relacionadas às limitadas informações constantes dos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira e às suas – não raras vezes equivocadas – anotações, pareceu-nos importante registrar novas descobertas a respeito da biografia de João Rodrigues de Macedo. Entre elas, o esclarecimento sobre o local exato de seu nascimento (que equivocadamente a historiografia apontava como sendo Coimbra) e de sua morte (que

5 OLIVEIRA, 1981a.

equivocadamente as notas dos Autos de Devassa apontavam como sendo Arraial do Turvo, atual Andrelândia-MG).

Também procuraremos evidenciar as principais características do perfil biográfico de João Rodrigues de Macedo e seu possível relacionamento com o movimento inconfidente.

2 Origens e família

João Rodrigues de Macedo, filho de Bento Rodrigues de Macedo e de Teresa Rodrigues do Vale, nasceu em 04 de março de 1739, na localidade de São Tirço, da Freguesia de São Martinho do Campo, Póvoa de Lanhoso, Braga, Portugal, sendo batizado no dia 08 do mesmo mês, tendo por padrinhos Diogo Rodrigues e Luiza, filha de Domingos Lopes. A cerimônia foi oficiada pelo Vigário Sebastião de Faria.

Em 1757, ainda vive em Portugal. Em 15 de julho daquele ano, ingressou na Ordem Terceira do Carmo, na qual ocupou o importante cargo de Mesário, como se depreende de sua patente apresentada posteriormente em Vila Rica.⁶

Tinha pelo menos três irmãos: Bento Rodrigues de Macedo, Padre Custódio Rodrigues de Macedo e José Rodrigues de Macedo.

Na década de 1760, Macedo transferiu-se para o Brasil, estabelecendo-se primeiramente no Rio de Janeiro.

3 Comerciante e contratador

No Rio de Janeiro, João Rodrigues de Macedo estabeleceu-se como comerciante (possivelmente como sócio do primo Domingos José Gomes, falecido em 1780) e articulou uma importante rede de relacionamentos com outros mercadores da cidade, entre os quais destacam-se Antônio Ribeiro de Avelar e Antônio Gonçalves Ledo, figuras vinculadas à ordem maçônica, sendo o último pai de Joaquim Gonçalves Ledo, estudante em Coimbra, venerável mestre da Loja Maçônica Comércio e Artes,

6 NEVES; COTTA, 2011, p. 222.

no Rio de Janeiro, revolucionário, iluminista e um dos patriarcas da Independência do Brasil.

Em Portugal, o irmão mais velho, Bento Rodrigues de Macedo, nascido em 1734, residente em Coimbra, era o elo com os comerciantes europeus, além de administrador dos interesses de João Rodrigues na Corte.

O poderio econômico e a ampla rede de relacionamentos de Macedo podem ser bem evidenciados nas seguintes palavras de Fonseca:

Ao examinar a documentação de João Rodrigues é possível visualizar a existência e o funcionamento de uma rede de influências; homens de negócios que tinham grande participação nas tomadas de decisão e principalmente na execução das diretrizes administrativas dos negócios e dos contratos de João Rodrigues de Macedo. Foi justamente a construção deste “círculo administrativo” que permitiu que o contratador atuasse tanto e por tanto tempo. O círculo de influências do contratador tornava-se também um círculo social, e seria essa sociabilidade que acabaria aproximando de João Rodrigues as elites intelectuais mineiras. Aqui percebemos a importância de João Rodrigues de Macedo e o valor da construção de sua biografia: longe de ser um homem ordinário, Macedo exerceu influência sobre os mais diversos grupos sociais, alcançando uma liberdade de atuação comparável a poucos homens de sua época, grupo que incluiu outros contratadores mineiros de tributos. Além desses dois, havia aqueles que cuidavam da administração do contrato in loco, fiscalizando as cobranças em Minas Gerais, nas comarcas da capitania. Na vila do Tijuco (no rico Distrito Diamantino, destino de grande parte das cargas vindas do Rio de Janeiro), estava João Carneiro da Silva, que também administrava a maior loja de gêneros de Macedo. Em São João Del

Rei, responsável pelo registro do Caminho Velho da Mantiqueira (que levava à capitania de São Paulo e ao porto de Paraty), Brás Álvares Antunes, e no registro de Matias Barbosa, no Caminho Novo (estrada que levava à capitania do Rio de Janeiro, a mais importante de Minas Gerais), outro primo de Macedo, João Manuel Gomes de Araújo. No mesmo registro, Domingos José Gomes seria o responsável nos primeiros tempos do contrato. Em Paracatu, Manuel José de Oliveira Guimarães é quase um administrador emancipado da comarca de Sabará, controlando diversos registros; o mesmo ocorre na região de Sete Lagoas, onde Manuel Barbosa de Oliveira fiscaliza, principalmente, a passagem de gado pelo médio São Francisco. Havia ainda outros que faziam parte da estrutura de poder de Macedo: homens proeminentes que sustentavam e recebiam sustentação econômica e política do contratador, como José Álvares Maciel, capitão-mor de Vila Rica. Havia também o maior fazendeiro de Minas e co-patrocinador da fiança do contrato de João Rodrigues, José Aires Gomes, na Borda do Campo; Manuel Rodrigues da Costa, no Caminho Velho, que levava à Paraty e São Paulo através do Registro da Mantiqueira; Manuel do Vale Amado, no Caminho Novo; José João Herédia, no Morro do Pilar, e, em São Paulo, Antônio Fernandes do Vale e José Vaz de Carvalho, além de diversos outros.

A rede de colaboradores de João Rodrigues serviria também para viabilizar outros negócios do contratador. Além da arrecadação de tributos, Macedo era proprietário de diversas lojas varejistas. Seu representante no Rio de Janeiro, Domingos José Gomes, tratava da compra dos gêneros – entre eles sal e açúcar, produtos de grande valor – que seriam remetidos às Minas e distribuídos para revenda nas lojas que o contratador possuía em diversas vilas.⁷

7 FONSECA, 2005.

João Rodrigues de Macedo deslocou-se para Vila Rica por volta de 1775 e arrematou o contrato das Entradas para os triênios de 1776 a 1778 e de 1779 a 1781, para a capitania de Minas Gerais, por 766:726\$612 réis; e para as capitanias de Mato Grosso, Goiás e São Paulo, por 189:044\$918 réis, totalizando 944 contos. Além desse contrato, arrematou também o de Dízimos, por 395:378\$957 réis, para o período de 1777 a 1783.

Montou uma sólida estrutura de cobrança de impostos e tornou-se, entre as décadas de setenta e noventa do século XVIII, a figura principal de uma rede de transações comerciais que movimentou centenas de contos de réis até quase a virada do século XIX, quando ainda promovia cobranças de dívidas antigas.

4 Propriedades

Em Ouro Preto, João Rodrigues de Macedo era proprietário da Chácara do Passa Dez (na saída da cidade em direção a Cachoeira do Campo) e também do sítio da Ponte dos Taboões, situado entre Casa Branca (Glaura) e Cachoeira do Campo, obtido por sesmaria de 17 de outubro de 1798.⁸ Tratava-se de propriedade estrategicamente situada em direção ao Caminho do Sabarabuçu (Sabará), sede da importante Comarca de mesmo nome, que, em direção ao Norte, mantinha ligação com o movimentado Caminho dos Diamantes e o sertão da Bahia, uma das principais rotas comerciais da Capitania.

Sobre a chácara do Passa Dez, registra Tarquínio que: "Aquela morada senhorial, longe do bulício urbano, já a possuía desde os primeiros anos do contrato. Nela terá vivido durante os quase três anos da construção da que viria a ser mais tarde a Casa dos Contos".⁹ Ali repousam, em lamentável situação de conservação, infelizmente, as ruínas da antiga casa de João Rodrigues, incluindo um chafariz que foi quase todo destruído. Na área foi

8 APM, SC 285, p. 106v.

9 OLIVEIRA, 1981a, p. 16.

implantado o antigo Jardim Botânico de Vila Rica, em 1825, quando João Rodrigues já havia perdido a propriedade para o Fisco.

No Arraial de Cachoeira do Campo, Macedo era proprietário de uma estalagem e várias casas.

A Casa dos Contos, possivelmente projetada pelo Mestre José Pereira Arouca, construída entre 1782 e 1784, era um verdadeiro palacete colonial, considerada como a mais rica residência de Vila Rica do século XVIII, sendo avaliada no ano de 1803 em 40 contos de réis.

Era ali, no belo e suntuoso monumento do barroco mineiro, que o contratador realizava rotineiramente festas e saraus que reuniam a elite intelectual da Capitania, numa demonstração pública de abastança e poder.

Ali também recebia e hospedava seus amigos mais próximos, com quem gostava de jogar cartas e gamão.

Foram seus hóspedes na majestosa residência, entre outros: Francisco Antônio de Oliveira Lopes, José Aires Gomes, Luiz Vieira da Silva, Nicolau George Gwerk, Alvarenga Peixoto, Luis Beltrão de Gouveia e Padre José da Silva e Oliveira Rolim, todos envolvidos com o movimento inconfidente, o que revela que João Rodrigues deveria saber, e bem, de toda a trama da conjura.

5 Religiosidade

A família de João Rodrigues de Macedo tinha a religiosidade como uma de suas marcas características. O irmão mais velho, Bento, era familiar do Santo Ofício, e o mais novo, Custódio Rodrigues de Macedo, era padre.

Em Vila Rica, Macedo era Irmão da poderosa e influente Ordem Terceira do Carmo, na qual ingressou em 07 de abril de 1781, sendo eleito seu Prior em 05 de julho de 1789, no auge da repressão ao movimento inconfidente. Também foram integrantes da afamada Ordem: Joaquim José da Silva Xavier, Joaquim Silvério dos Reis e Francisco Paula Freire de Andrade, todos envolvidos com a Inconfidência, o que abre perspectivas para uma análise

mais aprofundada sobre a possível participação de Irmandades e Confrarias nos rumos da Inconfidência.

Foi também membro da Irmandade de Santo Antônio da Paróquia do Pilar de Ouro Preto.

Fornecia os serviços de seus escravos para construções religiosas e, não raras vezes, isentava de impostos mercadorias doadas à Igreja.

Ao receber uma menina enjeitada à porta de sua casa em 1793, João Rodrigues de Macedo não apenas a acolheu, mas batizou-a com o nome de Felipa e fez questão de ser o seu padrinho.¹⁰ Pequenos rasgos do caráter de uma pessoa que, ao que tudo indica, tinha grande coração e carisma.

6 Generosidade

Generosidade era um dos traços característicos da personalidade de João Rodrigues de Macedo.

Financiou os estudos de inúmeros jovens mineiros em Portugal, que se dirigiam à Universidade de Coimbra, preocupando-se em pagar seus estudos e gastos de subsistência durante todo o período de formação, recomendando-os à proteção de seu irmão Bento Rodrigues de Macedo, que lá representava seus interesses.

Receberam a proteção do mecenas de Vila Rica, entre outros, os estudantes de Medicina Luiz José Godoi Torres, Francisco Manoel Souza Alvim, João Evangelista Faria Lobato; e os de Direito Antônio Rodrigues Ferreira das Chagas, João Luiz Saião, Vicente Jorge Dias Cabral e Lucas Antônio Monteiro de Barros, este último com comprovada participação na Inconfidência Mineira. Não se descarta a possibilidade do interesse de Macedo no sentido de que tais jovens pudessem beber das ideias iluministas que então eram fermentadas na Universidade de Coimbra, defendidas sobretudo pelo líder e professor Domingos Vandelli, para que pudessem posteriormente transpô-las, multiplicá-las e colocá-las em prática no Brasil

¹⁰ CMOP CX. 65 DOC. 40.

Mas não somente no campo dos ideais residia a atuação de Macedo.

Com a prisão, degredo e posterior morte de Inácio José de Alvarenga Peixoto, ele acatou o pedido da viúva Bárbara Heliadora, tornando-se sócio dela nos negócios da Fazenda em São Gonçalo do Sapucaí e amparando os filhos do desafortunado inconfidente.

Durante o período de prisão dos réus conjurados no Rio de Janeiro, Macedo providenciou que seus amigos comerciantes estivessem atentos às necessidades dos rebeldes e que lhes prestassem todo o apoio necessário.

Os bens de Tiradentes existentes em Vila Rica foram arrematados pelo velho amigo, ex-contratador.

João Rodrigues de Macedo também procurou ajudar seu guarda-livros, Vicente Vieira da Mota, intercedendo por ele junto ao Desembargador José Caetano César Manitti, conquanto não tenha logrado a sua absolvição.

7 Envolvimento com a Inconfidência

Macedo tinha amplas e próximas relações com os principais envolvidos no movimento da Inconfidência Mineira. Era credor e compadre do Ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, Inácio José de Alvarenga Peixoto; o principal cliente do advogado Cláudio Manuel da Costa; amigo de Tomás Antônio Gonzaga, que o poupou de críticas nas Cartas Chilenas; patrão de Vicente Vieira da Mota, seu erudito guarda-livros; vizinho de Domingos de Abreu Vieira; amigo e anfitrião do Cônego Luís Vieira, entre outros.

O Alferes Tiradentes lhe prestava serviços rotineiros, muitas vezes como comandante dos regimentos de Sete Lagoas e do Caminho Novo, locais estratégicos para a cobrança dos tributos cuja arrecadação havia sido contratada por Macedo.

O contratador demonstrava depositar especial confiança no Alferes quando, em 22 de agosto de 1780, de Vila Rica, escreve a Tiradentes, que então era Comandante do Registro de Sete Lagoas, um dos mais importantes da Capitania:

Foi-me muito estimável a carta que de Vm. recebi a 4 do corrente, e pela notícia que me deu Vicente Vieira da Mota. Fico aVm. muito e muito agradecido a tantos benefícios quantos mostra o seu zelo e atividade em benefício de meu contrato, e estou certo continue Vm. a me favorecer, evitando tudo quanto me for de prejuízo, assim como cobrar os créditos que lhe entregou o dito Vicente Vieira.

[...]

Espero que necessidades que tenha de soldados para esse Registro e mudanças de guardas, promete-se prontamente fazer; porém se Vm. for à nova picada, avise-me, para eu na ocasião desta excursão saber que Vm. *não* se acha aí, de quem só me fio.¹¹

Os relacionamentos de Macedo e o fato de ser devedor de altas somas à Coroa Portuguesa evidenciam que ele reunia todos os requisitos para ser um dos maiores interessados no sucesso do movimento inconfidente, justificando sua participação, necessariamente discreta, mas perceptível, na trama e nos rumos da movimentação rebelde.

Não por outra razão que o Desembargador José Pedro Coelho Torres, um dos responsáveis pela Devassa instaurada no Rio de Janeiro, deixou consignado a respeito de João Rodrigues: “eu não deixo de presumir que ele sabia, e talvez patrocinava o projeto; é filho do Reino, e muito bem conceituado e benquisto; mas deve grandes somas à Fazenda Real, de contratos de entradas; sabendo que o Alvarenga era muito gastador e caloteiro, que nada pagava, estava-lhe assistindo com dinheiros, que já passavam de quarenta mil cruzados”.¹²

O famoso Intendente do Ouro, José Caetano César Manitti, que servira de escrivão no processo contra os inconfidentes, iniciado em 1789 e concluído três anos depois, alguns dias antes

11 SANTOS, 2010, p. 92-93.

12 ADIM 7, 55.

de retirar-se para Portugal, conseguiu do ex-contratador um empréstimo de um conto de réis, alegando necessidades para as despesas de viagem.

É possível que o suposto empréstimo tenha sido, em verdade, o pagamento pela proteção dada no curso da Devassa pelo escrivão a Macedo, que também teria repassado dinheiro ao Visconde de Barbacena, Governador da Capitania de Minas Gerais.

Segundo Kenneth Maxwell:

Além disso, no início de maio, entre os dias dez e doze, Barbacena chegou a um acordo com João Rodrigues de Macedo. O contador deste, Vicente Vieira da Mota, visitou o governador em Cachoeira do Campo e os dois discutiram negócios da casa de Rodrigues de Macedo, "e esta prática, que tivera como dito Governador de Minas foi feita por ocasião de ter o mesmo Governador mandado chamar a ele respondente ao dito Arraial da Cachoeira, aonde lhe fez mais várias perguntas a respeito dos negócios da casa de João Rodrigues de Macedo". "E recomendara o dito governador [...] que nada dissesse do que tinha passado com ele". A natureza dos "negócios" debatidos é obscura, mas o resultado é claro: Macedo recebeu total proteção contra qualquer interrogatório, ou investigação, ou implicação na inconfidência. O que deu ele em troca só pode ser suspeitado, mas há prova evidente de que Barbacena, em certo momento, manteve certos entendimentos financeiros com o contratante.¹³

Em carta datada de 24 de fevereiro de 1800, em Vila Rica, Basílio de Brito Malheiro do Lago, que havia sido empregado dos contratos de João Rodrigues de Macedo, ao cobrar do ex-patrão a importância de 5.000 cruzados, afirma que Macedo fazia gastos

13 MAXWELL, 2009, p. 240.

para sustentar os filhos de seus companheiros inconfidentes que foram sentenciados à força, afirmando que bem sabia o porquê de o banqueiro ter escapado ao cadafalso.¹⁴

Os Autos de Devassa deixam transparecer que boa parte da Capitania de Minas Gerais sabia e apoiava o movimento inconfidente. Seria impossível prender e punir a todos, o que levou as autoridades lusitanas a fazerem escolhas, selecionando os alvos do processo.

Macedo não foi envolvido como réu do crime de lesa majestade aparentemente por mais de uma razão, as quais aventamos:

- a) Como devedor de altas somas à Coroa, sua prisão implicaria em perdas financeiras enormes. Era preferível deixá-lo cobrando seus devedores e fazendo os repasses à Fazenda Real do que colocá-lo em um calabouço;
- b) A inocência e proteção a Macedo interessavam financeiramente a várias autoridades incumbidas da apuração levada a efeito nas Devassas. A corrupção presumida do Visconde de Barbacena e comprovada do Escrivão Manitti são circunstâncias que evidenciam uma séria – e nada inovadora – situação de parcialidade no sistema de administração pública de Portugal Colonial.
- c) O carisma, a respeitabilidade, a projeção social, a ascendência econômica e a sua poderosa e extensa rede de relacionamentos no Brasil e na Europa seriam capazes de criar sérias dificuldades para a Corte debelar o movimento rebelde, caso Macedo fosse envolvido como réu da Devassa.

Enfim, não era oportuna nem tampouco conveniente a responsabilização de João Rodrigues de Macedo.

14 ADIM, 9, 340.

8 Morte e sepultamento

Após ter perdido a maior parte de seu patrimônio em razão das dívidas com a Coroa Portuguesa, tendo seus bens confiscados em 1803, João Rodrigues de Macedo mudou-se para o Sul de Minas Gerais, passando a morar, em companhia de sua comadre e sócia Bárbara Heliadora Guilhermina da Silveira, viúva de Alvarenga Peixoto, na Fazenda Boa Vista, em São Gonçalo do Sapucaí, localidade à época pertencente à Vila de Campanha da Princesa.

Foi em São Gonçalo que João Rodrigues de Macedo faleceu, após receber todos os sacramentos, em 06 de outubro de 1807, deixando como testamenteiros: Doutor João de Araújo de Oliveira e seus sobrinhos Antônio José Fernandes de Macedo, o Capitão Jeronimo Fernandes de Macedo, e Antônio Joaquim Rodrigues de Macedo, filhos de José Rodrigues de Macedo.

Ao tomar conhecimento da morte de Macedo, o comandante do destacamento de Vila de Campanha da Princesa, José da Silva Brandão, mandou uma patrulha para resguardar os bens do falecido e permitir que a justiça definisse o destino dos mesmos, pois ainda havia dívidas a saldar.¹⁵

João Rodrigues foi sepultado, envolto em hábito de Nossa Senhora do Monte do Carmo, dentro da Capela de São Gonçalo do Sapucaí, em 07 de outubro de 1807, “do arco para cima”, sendo acompanhado por cortejo, pelo Reverendo Pároco e por nove sacerdotes.

9 Considerações finais

Discreto, inteligente, astuto, generoso e carismático, detentor de muito poder e dinheiro, João Rodrigues de Macedo reunia todos os requisitos sociais, religiosos, políticos e econômicos para ser um dos maiores da República projetada pelos inconfi-

15 José da Silva Brandão. Ofício relativo ao falecimento de João Rodrigues de Macedo e aos procedimentos referentes ao seu espólio. Vila da Campanha da Princesa, 07 out. 1807. BN-Mss I-32,09,025.

É possível que todos esses predicados tenham constituído, em boa parte, o motivo para que ele não fosse envolvido na Devassa.

João Rodrigues de Macedo foi, possivelmente, um dos principais partícipes da trama inconfidente.

A dimensão do alcance de sua participação na Inconfidência Mineira merece maiores estudos e novos olhares.

Referências

CÂMARA DOS DEPUTADOS e Governo do Estado de Minas Gerais. *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira (ADIM)*. Brasília, Belo Horizonte: 1976 a 2001. 11 v.

FERRAZ, Eugênio. *A Casa dos Contos de Ouro Preto*. Belo Horizonte: C/Arte, 2004.

FONSECA, Paulo Miguel. O contratador João Rodrigues de Macedo: ações e transações através da prática epistolar no século XVIII. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 125, p. 29-55, 2008.

_____. João Rodrigues de Macedo: o contratador e sua espiral de poder no setecentos mineiro. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23, 2005, Londrina. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz*. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM.

JARDIM, Márcio. *A Inconfidência Mineira*. Uma síntese factual. Rio de Janeiro: Bibliex, 1989.

LAPA, Manoel Rodrigues. *Vida e obra de Alvarenga Peixoto*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1960.

MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de. *Um banqueiro na Inconfidência*. Ouro Preto: ESAF, CECO, 1981a.

_____. *A Casa dos Contos*. Uma experiência de Arquivologia. Ouro Preto: ESAF, CECO, 1981b.

NEVES, Maria Agripina; COTTA, Augusta de Castro. *Do Monte Carmelo a Vila Rica*. Ouro Preto: 2011.

SANTOS, Márcio Vicente Silveira. *Tiradentes em Sete Lagoas*. Sete Lagoas: Kosmos, 2010.

VALADARES, Virgínia Trindade. *Elites mineiras setecentistas*. Conjugação de dois mundos. Lisboa: Edições Colibri, 2004.

VIEIRA, José Crux Rodrigues. *Tiradentes: A Inconfidência diante da História*. Belo Horizonte: 2º Clichê, 1993.

Coisas (Loucas) da Vida

O que o vinho faz

Marcos Viola de Carvalho

Coisas (Loucas) da Vida

Homenagem post mortem a Gabriel Garcia Marques¹⁶

Seu nome era Luis Felipe Santo Ângelo, nascido em um mês agourento do ano de 1948, mês em que todos, ou no Brasil ou no mundo dito cristão, dizem trazer má sorte. Nasceu em uma cidadezinha do interior de Minas Gerais, o que, aliás, para a história que vou narrar, não quer dizer definitivamente nada. Quando Luis Felipe começou a frequentar a escola, tardiamente aos nove anos, ficou conhecido pela alcunha de “*no doubt*”. Recebeu esse apelido porque ele nunca tinha dúvidas sobre as matérias escolares ou situações a serem resolvidas, embora, realmente, por ser medíocre, o que seria comprovado durante toda sua vida, não soubesse nada de nada. “Não entende bulhufas das coisas” – segundo seu tio Mário, um gozador sem brio e estofo moral. Assim, Luis Felipe, o “*no doubt*”, seria reconhecido por anos e anos, na escola e na pequena sociedade em que vivia, e até muito tempo depois de seu passamento, junto aos colegas e parentalhas.

Por curioso, nasceu em uma família de poucos recursos, tanto materiais como intelectuais. Seu pai, sempre taciturno e beerrão, não dividia opinião com ninguém e ainda reclamava de si mesmo, da esposa e dos filhos, que enfileirados chegavam a quinze, quase todos inúteis e pendurados no parco salário do pai. Para variar, dava coice na própria sombra. Quando em reuniões festivas, após o trabalho de fiscal de Prefeitura de Leite de Pedra, hoje chamada de convescotes, segundo Bertoldo Mateus, alegrava-se, após goles e goles, ao ponto de fazer discursos longos e sem sentido, e todos, também, já bastante bicudos, o aplaudiam freneticamente sem razão nenhuma. Sua mãe, sempre retraída

16 Gabriel Garcia Marques morreu na Cidade do México, aos 87 anos, em 17 de abril de 2014.

em seus afazeres domésticos, ressentia-se de sociabilidade e costumeiramente permanecia calada em seu canto, ora esfregando as mãos em seu avental, ora levantando os olhos para o céu em forma de súplica, sem expressar opinião. “Uma nulidade total, coitada” ou “Uma submissa de bafo alcoólico e prepotente de um varão decadente e broxa! – diziam os vizinhos... aliás, as vizinhas assanhadas e fofoqueiras.

Nesse vai e vem da vida, Luis Felipe, convivendo com a indiferença e a alienação intelectual de seus pais, foi alçando idade após idade, até tornar-se um jovem adulto. “Luis Felipe, você já se decidiu? Ser médico ou advogado?” – perguntou Antonione, seu melhor amigo da escola e confidente. “Sem dúvida, já me decidi! Todavia, preciso me aconselhar com meus pais e amigos, inclusive você! No íntimo, aquilo que eu quero, Antonione, é ser advogado. Quero defender causas impossíveis! O que você acha?” – respondeu secamente, esgueirando-se por entre as mesas e as cadeiras da sala de jantar, como que fugindo desesperadamente de prolongar a conversa.

Luis Felipe, tempos após, com muita dificuldade, devendo matérias e mais matérias ao longo do curso, formou-se em Direito. Nunca foi brilhante e nem poderia ter sido. No entanto, foi uma alegria geral no meio familiar e social da pequena Leite de Pedra. Seu pai, entusiasmado com a efeméride e alimentado por “umas e outras”, disparou a fazer discursos afora pelos botequins da pequena cidade. Espocaram foguetes e gritaram vivas. Só que Luis Felipe – o “*no doubt*” – mesmo que pifamente, pouco laborou na profissão. Um carcinoma – tumor pulmonar maligno – com metástase, ameaçou tirar-lhe o tempo de vida que tanto sonhara. Diagnosticado, revelou-se que possuía pouco tempo de sobrevivência, ainda que acompanhado pelos melhores médicos e tratamentos avançados.

Antes de ocorrer o passamento desta para melhor, Luis Felipe deixou algumas instruções *sui generis*, tais como: “Não quero ser sepultado! Não quero ser cremado! Não quero ser embalsamado! Não quero isso, não quero aquilo”... Antonione, após ler todo esse disparate, dirigiu-se a ele: “Mas isso tudo é

surreal! Não é possível o que você pede! Não quer ser enterrado, cremado, embalsamado! O que pretende? O que dizer com tudo isto?" – questionou, não acreditando naquilo que lia. Luis Felipe, impassível, e do alto de sua pretensa sabedoria, respondeu: "Ora, companheiro, você sempre foi meu melhor amigo e conselheiro. Apenas não diga nada! Deixe-me em paz, eu preciso pensar!". "Luiz Felipe... pensar? Pensar o quê? Você não diz coisa com coisa, deve estar delirando!" – respondeu Antonione, ameaçando chamar um médico para constatar uma possível piora em sua já debilitada saúde mental, uma vez que o carcinoma corroera todo seu organismo.

Seu catre, já que não se poderia chamar aquela de cama, estava envolvido em um lençol costumeiramente sujo, todo mijado e o odor de urina já rescendia por todo ambiente da casa. Seus pais, alienados, pasmados e sem condições de dar-lhe conforto, não sabiam como proceder. Não mais comia ou bebia, e sua saúde piorava de maneira rápida até não mais conversar e ficar somente com os olhos estatelados, mirando o teto de telhas vazadas, não ouvindo as perguntas de seus pais e parentes nem respondendo-lhes. Não havia alguém que ajudasse, nem posto de atendimento médico, nem hospital, SUS ou sequer esperança de melhora. Nada de diferente no país que acostumamos ver e muito menos em Leite de Pedra.

As abelhas e os colibris se entrelaçavam no ar em busca do néctar das flores. Tudo parecia conspirar a favor da natureza que, no entanto, se esvaía nas veias de Luis Felipe. Um procurando o néctar. O alimento. E o moribundo tentando safar-se da dor e do fim que chegava lentamente, como se fosse uma sessão de tortura. Enfim, a vida moribunda gritando mais alto. "Tudo acabou, recolham-se, pois, agora nada me resta! É o fim". E o fim, realmente, chegou.

Dias após, em um dia de brisa fresca, mas ensolarado de primavera, numa manhã de céu azul com pouquíssimas nuvens, com pássaros em profusão gazeteando por sobre e entre as copas dos oitis, das amendoeiras e das palmeiras, bailavam andorinhas, maritacas mil em bandos, fazendo algazarra por sobre a pequena

Leite de Pedra, como que anunciando a subida de mais um ser. Assim foi que Luis Felipe, com as bênçãos do Padre Tidinho, foi-se para sempre. Foi sepultado entre flores coloridas e perfumadas, aquelas que sempre lembram os defuntos, os fedorentos cravos e lírios, muito contrariado em suas intenções e instruções, também não deixando nada de bom, nem algo excepcional para que fosse lembrado na posteridade.

Seria lembrado, sim, pelas excentricidades de seus atos e pensamentos nada convencionais. Por curioso, em uma ocasião, quando tinha quinze anos de idade, perguntaram-lhe: “Luis Felipe, do que você mais gosta? O que mais lhe atrai?”. “Observar a máquina de mamãe lavando roupas”. Houve uma pausa e um suspiro em sua fala. Então continuou quase cantarolando: “Pra lá... Pra cá. Pra Lá... Pra Cá, como faz o tio Viola!” – respondeu sem manifestar qualquer sentimento, além de uma grande fixação pelo movimento de uma máquina, que no momento da resposta era imaginária.

Em suas instruções – de não ser sepultado, cremado ou embalsamado – determinou, como ato de última vontade a ser cumprido, como se fosse possível, e que somente deveria ser revelado *post mortem*, que o deixassem “voar para Macondo, pois queria ser acorrentado próximo a José Arcádio Buendia, sob a sombra de uma castanheira”.

O que o vinho faz

(Para os amigos Pontes Jr. e Nedens)

A Associação Mineira do Ministério Público, alguns anos passados, resolveu incrementar suas atividades e realizou em sua sede um “Curso de Vinhos”, em seu *scotch bar*, para interessados e selecionados associados. Tudo muito bem realizado e preparado – talvez pela Márcia. Nós, sedentos do aprendizado de Dionísio, àquela efeméride associativa dirigimo-nos.

Ali aprendemos como distinguir aromas frutados de amora, cereja, frutos cítricos e damasco. Envelhecimento do vinho em carvalho novo, ou não. Ouvimos falar em “elegância do vinho” – eita palavra que soa bonita! –, seu aroma, cores rubi, vermelho intenso, origem controlada e casta. Safra é outra coisa; dependendo da uva, serve para se beber jovem ou é vinho de guarda. Ouvimos também falar de vinhos tânicos (*cabernet sauvignon*, *tanat*) etc. Suaves como um *pinot noir*. Aprendemos igualmente sobre a uva *pinotage* (África do Sul), que é uma criação em laboratório do cruzamento da casta *cinsault* com *pinot noir*. A uva *cinsault* também é conhecida como *hermitage*. Daí o nome *pinotage*.

Voltando à AMMP, aliás ao curso ministrado por um reconhecido *sommelier* de Belo Horizonte, quando explanando sobre vinhos brancos, espumantes, tintos, verdes etc., e suas harmonizações, Renato Costa surpreendeu-nos, com grande conhecimento e responsabilidade sobre o tema, acerca de suas incursões pela Europa, Argentina, Chile, entre outros, na busca do conhecimento daquilo que é comumente chamado de “néctar dos deuses”. Vocês, leitores amigos, estão sentindo? Não o aroma do vinho, mas o estar o escriba divagando, para ir mais longe neste canto de escrita? Ou, como queiram, “enchendo língua”, sem trema?

Mas é justamente este propósito do tema, o vinho, para se chegar a um fato acontecido comigo, tempos atrás, que relembra também uma outra *vitis vinifera*, adrede esquecida para o final, à deliciosa casa italiana denominada *barbera*, da região do Piemonte, que significa “aos pés da montanha”, os famosos Alpes. Vamos lá:

Estando no BH Shopping, já entrando no meu carro, junto com Heloísa, após compras, eis que, de repente, alguém do nosso meio jurídico e estudioso fracassado do vinho, ao ver-me entrando no veículo, de longe gritou bem alto: “Viola! Viola! Como é mesmo o nome daquela casta de uva da região do Piemonte?”. Gritando, também respondi: “**Barbera! Barbera**” – repeti. Nisso, uma senhora já bem idosa que tentava estacionar seu fusquinha em uma vaga próxima, havia cinco minutos, abriu o vidro de seu lado e olhando para mim blasfemou com veemência e indignação: “**Barbera é mãe!**”

IV

Críticas e Comentários Literários

A música Verbal de Libério Neves

Os Concursos Literários

José Raimundo Gomes da Cruz

A Música Verbal de Libério Neves

“Houve uma carta...
de uma editora
de São Paulo ... Mande um livro de poemas
para lá ... que até hoje
está inédito – e a editora me
Respondeu o seguinte:
“Não discutimos a qualidade
de sua poesia.
Discutimos se vende ou se não vende.
Como se trata de poesia ...
destinada a público mínimo,
e como se trata de uma
poesia refinada... não temos
como publicar o seu livro”.¹⁷

Acreditei no que li porque já estava vacinado contra ilusões e idealismos no ramo editorial.

A matéria trazida pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, de 04 de setembro de 2010, no editorial assinado por A. P. Quartim de Moraes, sob o título “No reino dos best-sellers”, confirmava algumas suspeitas. *Desinteresse comercial das nossas editoras condena ao estiolamento a literatura brasileira* – é seguida, no texto, pela observação: *Não tem como evoluir uma literatura que não é publicada*.

Tudo começa nos best-sellers do jornal *The New York Times*, com reflexo conferido pelo editorialista citado no Sabático, do próprio *Estadão*, e na revista *Veja*.

17 Suplemento Literário de novembro de 2010, p. 5.

O texto prossegue: “desde que meia dúzia de grandes corporações multinacionais passou a dominar, nos últimos 30 anos, o negócio da comunicação no planeta, absorvendo nos conglomerados as mais importantes editoras europeias e norte-americanas, os conteúdos literários passaram a ser nivelados por baixo, partindo do princípio tolo de que para aumentar o número de consumidores de livros é necessário publicar obras ‘ao alcance’ da maioria”.

Daí resultaria a defesa do extremo oposto, que corresponderia à “elitização dos conteúdos” ou à exclusiva publicação do “biscoito fino”, da expressão de Oswald de Andrade? Tal missão, cada vez mais, aqui e em qualquer parte, “tem recaído sobre os ombros das pequenas editoras independentes, das casas publicadoras universitárias, daquelas mantidas por instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos”.

Outros problemas o poeta Libério Neves tem enfrentado, há muito tempo. Em 1972, ele foi premiado e informa: “Na solenidade de entrega do prêmio Cidade de Belo Horizonte, na hora em que eles me chamaram ao palco para entregar o prêmio, o funcionário da prefeitura me entregou o envelope e me disse apenas: ‘Você está recebendo só o envelope. Amanhã você vai à prefeitura para receber o seu cheque’”.

Foi um custo para o Libério receber seu prêmio.

Outra afirmação dele: “Na época da Revolução, todo livro que ganhava prêmio de instituição pública era encaminhado para Brasília. Tinha que passar por um filtro deles lá. Uma censura para saber se o autor poderia receber o prêmio e se o livro poderia futuramente ser divulgado”.

Entre os colegas da Geração 60, o Libério cita os nomes de Pierre Santos e do Allan Viggiano. O Álvaro Apocalipse assinou “a bela capa” do livro *O Ermo*, de 1968, do nosso colega. Entre suas boas companhias estava o poeta Emílio Moura. Correspondência variada: Carlos Drummond de Andrade, Silviano Santiago, Henriqueta Lisboa, Oswaldo França Júnior, José Paulo Paes, Affonso Ávila, Dantas Motta. Não faltam outras entrevistas, além

de estudos críticos de Fábio Lucas e Fritz Teixeira de Salles, por exemplo. Entre aquelas a intitulada “Garimpeiro da palavra”, por mim citada no artigo “A Geração 60, a literatura e outras artes” (*Geração 60*. Belo Horizonte: Del Rey, 2010, p. 85).

Não faltam vários versos do nosso caro poeta.

Agradeço ao colega Ernando Borges de Andrade que me remeteu o precioso exemplo do *Suplemento Literário citado*.

Os Concursos Literários

Lembrei-me da participação de Guimarães Rosa em concurso literário, desempatado em favor de outro concorrente, Luis Jardim, que ficou com o prêmio Humberto de Campos, em 1938.

Quem comenta isso é um dos membros do júri, Graciliano Ramos, que teve voto vencedor, ao lado de Dias da Costa e Peregrino Júnior, ficando em minoria Marques Rebêlo e Prudente de Moraes ("Conversa de Bastidores". *Sagarana*. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974, p. XIII e XIV). Do volume de Viator, pseudônimo do Rosa de Cordisburgo, ao publicado pela Editora Universal, no Rio, em 1946, houve cortes e mudanças.

Ficou a lembrança de importante parcela da terceira via literária. Falando da FLIP, Festa Literária Internacional de Parati, intitulei minha crônica de "FLIP 2010 ou Três aspectos da literatura: ler e escrever". Toda tietagem literária vale a pena.

Concurso memorável de contos foi aquele mantido pelo Estado do Paraná. Entre seus vencedores, lembro-me de Rubem Fonseca, Dalton Trevisan, Mafra Carbonieri, Roberto Drummond e França Júnior.

Entre as entidades patrocinadoras de concursos literários, incluiu-se o Club Athletico Paulistano, da Capital paulista.

Mais recente é o ingresso, em 2009, da Associação Paulista do Ministério Público, com os gêneros de crônicas, poesias e contos. A competição inaugural se encerrou com a publicação de livro coletivo com as quinze obras vitoriosas. O segundo concurso, de 2010, encontra-se em fase de julgamento.

Atribui-se a Hemingway a frase "A literatura é um iceberg: lêem-se 10%, mas o que sustenta tudo são os 90% escondidos".

Quartim de Moraes, referindo-se ao *reino dos best-sellers*, lamenta que a literatura brasileira, em face das grandes editoras internacionais, que impõem padrão *acessível* de obras, acabe no ineditismo capaz estiolá-la. Segundo ele, *o biscoito fino* refugia-se nas editoras de entidades sem fins lucrativos.

Avulta, aí, a contribuição de concursos literários, evidentemente de textos inéditos. Afinal, a grande vantagem de tais concursos consiste em tirar os tesouros engavetados do anonimato. Se a obra já veio à luz, a premiação perde parte do seu interesse.

Ainda assim, trata-se de concurso, com o objetivo genérico promocional da literatura.

Desejável seria que a FLIP dedicasse uma das suas edições aos concursos, homenageando todos aqueles literatos que se beneficiaram deles, com obras inéditas ou mesmo já publicadas.

A escuta de idosos: um novo paradigma

Luiz Carlos A Britta

A Escuta de Idosos: um Novo Paradigma

Recebi um presente singular, singularíssimo, e já me lembro do personagem José Dias, de Machado de Assis, que amava os superlativos. É realmente admirável que uma colega do Ministério Público, já aposentada, apesar de ainda jovem, possa preocupar-se com um assunto que a maioria das pessoas rechaça, ou seja, no mundo moderno parece não haver espaço para a solidariedade e o diálogo, e muito menos para a escuta de idosos.

Selma nos diz em sua obra que direciona seu enfoque para a prática da escuta como serviço pastoral e, particularmente, para o serviço de escuta de idosos, com suas peculiaridades. Muitas vezes, os idosos querem apenas uma oportunidade para estabelecer uma comunicação com terceiros. Lembro-me bem, no exercício da Promotoria de Justiça de Itabira, quando eu atendia cerca de trinta pessoas por dia, uma senhora que entrou na minha sala e, durante uma hora, aproximadamente, narrou-me episódios e problemas de sua vida, saindo em seguida, agradecendo a atenção e sem formular qualquer pedido de providências no âmbito judicial. Naquela hora, não entendi o objetivo dela, mas depois ficou claro que a sua intenção era uma só: queria que uma pessoa a ouvisse, mais nada.

Buda, Cristo e muitos outros já pregavam o amor por todas as criaturas. E Olavo Bilac em seu poema "A missão de Purna (do Evangelho de Buda)" nos diz que "todos acham amor dentro da alma de Buda/e tudo nesse amor se eterniza e transmuda". E relaciona os que encontram amor em Buda: os leprosos, os pobres

de saúde, as prostitutas, anciãos, párias, Sudras servis rastejando na lama...

Cristo, também, nos remete ao outro: "Amai-vos uns aos outros, como eu vos amo" (Jo 15, 9-17).

Hodiernamente, falamos em alteridade ou outridade. Não sou eu frente aos outros, mas os outros, permanentemente, frente a mim, como ensina Levinàs. E o filósofo Luc Fery, que esteve recentemente no Brasil, nos diz que "Vivemos o nascimento de uma nova significação, que não é mais aquela de Voltaire e Kant, dos direitos do homem e da razão, destas luzes que certamente foram portadoras de um vasto projeto de emancipação, mas que conduziram também ao imperialismo e à colonização". E conclui dizendo que se trata de um humanismo pós-colonial, "um humanismo de transcendência do outro".

O livro de Selma Maria é fruto de inúmeros trabalhos que ela executou, de profunda meditação sobre os problemas enfocados, que são, em resumo: o crescimento da população da terceira idade, a velhice em todos os tempos, paradigmas contemporâneos sobre a velhice e o idoso, a escuta do idoso. Ela nos apresenta um painel perfeito, que nos leva à reflexão e ao redimensionamento de ideias, pois demonstra que a situação do idoso no Brasil e no mundo ainda é de "absoluto desequilíbrio social" e que é imperioso apontar para a necessidade de haver uma integração entre a espiritualidade e as demais questões vinculadas à fé no processo de escuta daqueles que vivem o limiar da vida.

A obra de Selma Maria Ribeiro Araújo, ilustre integrante da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais, é um manual de convivência e da forma eficiente de ajudar aquelas pessoas atingidas pela intempérie, no momento em que estão mais fragilizadas, ou seja, na velhice.

Ionesco e Brecht: paralelismos e dissensões
entre o estranhamento da estética absurda e a teoria
brechtiana, a partir de *A cantora careca*

Sérgio Parreiras A Britta

*Jonesco e Brecht: paralelismos e Dissensões
entre o estranhamento da Estética Absurda e
a Teoria Brechtiana, a partir de a Cantora
Careca*

Pretende-se mostrar, com este trabalho, por meio da análise de alguns estudos sobre a estética teatral proposta por Bertold Brecht e de seu cotejamento com a estética do chamado “Teatro do Absurdo”, a partir da peça *A cantora careca*, de Eugène Ionesco, como a cena absurda conseguiu, por meio de uma série de procedimentos inerentes a sua própria dramaturgia, alcançar aquilo que Gerd Bornheim, em *Brecht – a estética do teatro*, asseverou, em relação ao teatro de Brecht, tratar-se “da verdadeira coluna dorsal de tudo o que se faz em cena, o grande meio técnico do qual vai depender a própria essência do caráter épico do teatro” (BORHHEIM, 1992, p. 251): **o efeito do distanciamento**.

Ao longo de sua experiência no teatro, Brecht forjou uma teoria, ou um **sistema do estranhamento**, que abrangia um conjunto de técnicas aplicáveis aos diversos elementos integrantes de um espetáculo, visando a instauração de um teatro dialético, onde o espectador não se identificasse com o que estava sendo encenado, nem deixasse a razão em casa, como ocorria, segundo ele, no teatro de forma dramática, e passasse a ver a cena com uma atitude crítica, questionadora, em que nada fosse óbvio. O espectador, portanto, a partir de um conjunto de signos estéticos próprios desse teatro, tomaria distância, não sendo enganado, nem se deixando enganar, por uma cena ilusionista.

Para Fernando Peixoto, com a técnica do distanciamento, Brecht indica um novo caminho, qual seja, “o de retirar de um personagem ou de um acontecimento o que possui de conhecido, de evidente, de habitual, fazendo nascer em seu lugar o espanto, a surpresa, a curiosidade e a dúvida”. Tal teatro, continua, “não pretende iludir, enganar, embriagar o público com mistificações: procura revelar a verdade” (PEIXOTO, 1974, p. 331).

Assim, para que se compreenda a abordagem proposta, é preciso que se tente definir o chamado efeito do distanciamento ou efeito *V*, ou da distanciação, ou da alienação, ou do estranhamento, ou ainda do afastamento, ou, no original, “*Verfremdungseffekt*”.

Na *História Mundial do Teatro*, Margot Berthold assinala que o teatro de Brecht “não desejava provocar emoções, mas apelar para a inteligência crítica do espectador” (BERTHOLD, 2000, p. 504):

Foi do estudo da arte chinesa do espetáculo que Brecht derivou a quinta essência da encenação e representação do seu teatro épico: o efeito do distanciamento. Ele se baseia numa neutralização completa dos meios tradicionais de expressão teatral. Manter distância é o primeiro mandamento, tanto para o ator quanto para o público. Não é permitido que se forme nenhum “campo hipnótico” entre o palco e a plateia. O ator não deve despertar emoções no espectador, mas provocar sua consciência crítica. (BERTHOLD, 2000, p. 507)

Patrice Pavis, em *Dicionário de teatro*, explica que, para Brecht, “uma reprodução distanciada é uma reprodução que permite seguramente reconhecer o objeto reproduzido, porém, ao mesmo tempo, torná-lo insólito. [...] um procedimento que permite descrever os processos representados como processos bizarros” (PAVIS, 1999, p. 106). Ainda, citando o próprio Brecht: “uma imagem distanciante é uma imagem feita de tal modo que

se reconheça o objeto, porém que, ao mesmo tempo, este tenha um jeito estranho (Pequeno Organon, 1963, §42)” (PAVIS, 1999, p. 106).

Martin Esslin, em *Brecht: dos males, o menor*, afirma:

Segundo Brecht, o drama “aristotélico” (como ele o chama – não muito corretamente) procura criar no espectador o terror e a piedade, expurgá-lo de suas emoções, de modo que ele deixa o teatro aliviado e refrescado. Consegue isso por sua capacidade de materializar diante dos olhos do público uma ilusão de acontecimentos reais, que atrai cada membro individual da plateia para dentro da ação por fazê-lo identificar-se com o herói ao ponto de se esquecer completamente de si mesmo. O efeito mágico da ilusão teatral hipnotiza o público até deixá-lo num estado de transe, o que Brecht considerava como fisicamente repugnante e na verdade obsceno: “olhando em torno descobrimos corpos mais ou menos imóveis num estado curiosíssimo – parecem estar contraindo seus músculos num enorme esforço físico, ou então estar relaxando após uma tensão violenta... seus olhos, abertos, não vêem; estão esgazeados... encaram o palco como se estivessem *enfetizados*, o que é uma expressão que nos vem da Idade Média, de uma idade de feiticeiras e de obscurantismo...” A identificação com os personagens que vemos no palco parecia a Brecht igualmente indecente: “Por quanto tempo continuarão nossas almas a deixar nossos corpos ‘grosseiros’, acobertados pela escuridão, para penetrar nos daquelas figuras de sonho lá no palco, a fim de compartilhar de seus transportes, que de outro modo nos seriam negados?” Tal público, argumenta Brecht, pode realmente sair do teatro expurgado por suas emoções emprestadas, porém permanecerá desinstruído e não aprimorado. [...] O público, em sua opinião, não deveria ser levado a se emocionar, devia ser levado a *pensar*. Porém, a identificação com

os personagens de uma peça torna o pensamento impossível: espectadores cuja alma se mesclaram com a do herói verão a ação unicamente pelo ponto de vista *dele*, e enquanto que, *quase sem respirar*, seguirem uma sequência de acontecimentos que, durante uma suspensão da capacidade para duvidar, aceitam com estando realmente acontecendo diante de seus olhos, não têm nem tempo nem objetividade para sentar e refletir com espírito verdadeiramente crítico sobre as implicações sociais e morais da peça. E tudo isso porque o autor, o diretor e os atores conspiraram para criar uma poderosíssima ilusão de realidade! A resposta de Brecht era clara: o teatro deve não só evitar procurar tal ilusão, mas também tentar de todas as maneiras cortar pela raiz qualquer ilusão de realidade que possa sub-repticiamente tentar imiscuir-se no espetáculo. Deverá ser por isso a todos os momentos evidente aos espectadores que ele não está testemunhando acontecimentos reais que se estejam passando diante de seus olhos naquele momento, mas que, pelo contrário, estão sentados num teatro, ouvindo um relato (por mais vívido que possa ser) de coisas que aconteceram no passado em determinado momento e local. [...] Além do mais, a plateia deve ser desencorajada no sentido de qualquer perda de seu afastamento crítico por meio da identificação com um ou mais personagens: o oposto da identificação é a preservação de uma existência independente, a ser mantida separada, alheia, estranha – conseqüentemente o diretor deve lutar para produzir, por todos os meios ao seu dispor, efeitos que manterão a plateia separada, afastada, alienada, da ação. Tal o sentido do famoso *Verfremdungseffekt*, um termo que nunca foi satisfatoriamente vertido para o inglês, porque termos como *alienation* ou *estrangement* têm conotações emocionais completamente diversas e pouco felizes. O *distantiation* dos franceses é um dos termos mais feliz. (ESSLIN, 1979, p. 134-136)

Mas quais seriam os elementos ou as técnicas utilizadas por Brecht para criar o efeito do distanciamento? Efetivamente, o efeito *V* se efetua ao mesmo tempo em vários níveis da representação.

É o próprio Brecht que oferece pistas, ao escrever sobre os efeitos de distanciamento na arte dramática chinesa:

Primeiro, o artista chinês não representa como se além das três paredes que o rodeiam existisse, ainda, uma quarta. *Manifesta saber que estão assistindo ao que faz.* Tal circunstância afasta, desde logo, a possibilidade de vir a produzir-se um determinado gênero de ilusão característico dos palcos europeus. O público já não pode ter, assim, a ilusão de ser o espectador impresentido de um acontecimento em curso. [...] O ator ocidental esforça-se por aproximar o espectador tanto quanto possível dos acontecimentos que estão sendo representados e das personagens que estão representando. De acordo com este objetivo, procura levar o espectador a pôr-se na sua pele, e emprega toda a energia de que dispõe para se metamorfosear o mais completamente possível num outro tipo humano, o tipo da personagem representada. E, se consegue uma completa metamorfose, a sua arte como que se esgota, assim. [...] O artista chinês não conhece dificuldades desta ordem, não intenta jamais uma metamorfose completa. O seu desempenho limita-se, de antemão, a referir-se simplesmente à personagem que está a representar. E com que arte o faz! Recorre, somente, a um mínimo de ilusão. [...] O artista chinês jamais cai em transe. Em qualquer momento pode ser interrompido. Não perderá o fio da meada. Após a interrupção, prosseguirá a sua representação, precisamente a partir do ponto em que o tiverem interrompido. Não iremos perturbá-lo em pleno “momento místico de configuração”; já antes de se apresentar no palco, perante nós, concluíra sua

configuração. Tampouco o perturba que, durante o seu desempenho, haja gente à sua volta em plena atividade. Mãos solícitas estendem-lhe, à vista de todos, o de que necessita para a sua representação. Durante uma cena de morte representada por Mei Lan-Fung, um espectador que se sentava a meu lado soltou uma exclamação de perplexidade, a propósito de um gesto do artista. Alguns espectadores à nossa frente voltaram-se, indignados, e protestaram. Procediam como se estivessem a assistir à morte real de uma moça autêntica. Essa atitude estaria talvez certa num espetáculo teatral europeu, mas era extremamente ridícula num teatro chinês. O efeito de distanciamento falhara em relação a esses espectadores. (BRECHT, 1978, p. 56-60)

No ensaio “A nova técnica da arte de representar”, breve descrição de uma nova técnica da arte de representar, conseguida mediante um efeito de distanciamento (p. 79-80 e 82), Brecht explica:

É condição necessária para se produzir o efeito de distanciamento que, em tudo o que o ator mostre ao público, seja nítido o gesto de mostrar. A noção de uma quarta parede que separa ficticiamente o palco do público e da qual provém a ilusão de o palco existir, na realidade, sem o público, tem de ser naturalmente rejeitada, o que, em princípio, permite aos atores voltarem-se diretamente para o público. [...] Numa representação em que não se pretenda uma metamorfose integral, podem utilizar-se três espécies de recursos para distanciar a expressão e a ação da personagem apresentada. 1. Recorrência à terceira pessoa; 2. Recorrência ao passado; 3. Intromissão de indicações sobre a encenação e de comentários. (BRECHT, 1978, p. 79-82)

Detendo-se sobre o tema da decantada “quarta parede”, ao analisar a obra *Diálogo de ‘A Compra do Latão’*, de Brecht, mais especificamente no capítulo *Abolição da ilusão e da identificação*, que trata dos processos técnicos concretos do trabalho teatral, Fernando Peixoto assinala:

Que é isso? – pergunta o filósofo. O dramaturgo explica: habitualmente se representa como se o cenário tivesse não três mas sim quatro paredes (a quarta seria a que separa o palco da plateia: *atuar com a quarta parede significa, pois, atuar como se não houvesse público...* Pode parecer extremamente ridículo ou absurdo, mas na admissão inquestionável desta convenção insustentável se sustentou o teatro durante muito tempo: nasce daí a não menos divertida teoria do “buraco da fechadura”... Traduzindo: o público assiste como se não fosse visto, presenciando, no escuro, acontecimentos muito íntimos, que se desenrolam no palco, onde estão os atores que representam como se estivessem sendo vistos – toda uma técnica e um trabalho difícil e exaustivo são desenvolvidos para criar esta ilusão, trabalho e técnicas que serão tanto mais elogiáveis quanto menos forem percebidos – o espectador, assim, assiste a tudo como se estivesse espiando por um buraco de fechadura... O filósofo não se contém: neste caso o público só deveria aplaudir depois de sair do teatro! O ator defende-se afirmando que o aplauso é a confirmação de que os atores lograram a façanha de atuarem como se a plateia não estivesse presente... (PEIXOTO, 1981, p. 63)

O que Brecht pretendia, portanto, era, simplesmente, distanciar os acontecimentos do dia a dia, e que se tornaram, para nós, naturais, justamente por serem habituais, e transformá-los em acontecimentos extraordinários, trazendo-nos à mente a dúvida. “Distanciá-los é torná-los extraordinários. A técnica da dúvida,

dúvida perante os acontecimentos usuais, óbvios, jamais postos em dúvida, foi cuidadosamente elaborada pela ciência, e não há motivo para que a arte não adote, também, uma atitude tão profundamente útil como essa” (PEIXOTO, 1981, p. 85).

Bernard Dort, por sua vez, observa que “a distanciação, no seu teatro épico, resulta mais da intervenção, a todos os níveis da representação teatral, de uma série de desfasamentos e de efeitos de recuo” (DORT, 1980, p. 211). E acrescenta ainda: “ao nível da obra dramática, esses desfasamentos funcionam, por exemplo, entre os gestos e as falas de uma mesma personagem, entre os diferentes momentos da evolução dessa personagem, entre o seu comportamento geral e a situação em que se encontra num dado momento, entre o texto falado e o texto cantado” (DORT, 1980, p. 211).

Para chegar ao estranhamento, Brecht, portanto, utiliza-se de vários recursos, elencados por Anatol Rosenfeld em *O teatro épico*:

1 – *Recursos literários*: ao lado da atitude narrativa geral associada à própria estrutura da peça, Brecht emprega, para obter o efeito desejado, particularmente a ironia. “Ironia é distância”, disse Thomas Mann. [...] **Outro recurso é a paródia que se pode definir como o jogo consciente com a inadequação entre forma e conteúdo. Se atravessadores ou *gangsters* exprimem as suas ideias sinistras ou hipócritas no estilo poético de Goethe ou Racine, o resultado é o choque entre conteúdo e forma; a própria relação inadequada torna estranhos o texto e os personagens, obtendo-se o violento desmascaramento que amplia o nosso conhecimento pela explosão do desfamiliar. [...] Os processos mencionados são quase sempre cômicos. O cômico por si só, como foi demonstrado por Bergson (*Le Rire*), produz certa “anestesia do coração” momentânea, exige no momento certa**

insensibilidade emocional, requer um espectador até certo ponto indiferente, não muito participante. Para podermos rir, quando alguém escorrega numa casca de banana, estatelando-se no chão, ou quando um marido é enganado pela esposa, é impositivo que não fiquemos muito identificados e nos mantenhamos distanciados em face dos personagens e dos seus desastres. Muitas piadas verbais usam o processo de criar o choque da estranheza. [...] um dos recursos mais importantes de Brecht, no âmbito literário, é, pois, o cômico, muitas vezes levado ao paradoxal. Certos contrastes são colocados lado a lado, sem elo lógico e mediação verbal. Conexões familiares, de outro lado, são arrancadas do contexto familiar. [...] **Entre os recursos satíricos usados encontra-se também o do grotesco, geralmente de cunho mais burlesco do que tétrico ou fantástico. Não é preciso dizer que a própria essência do grotesco é “tornar estranho” pela associação do incoerente, pela conjugação do díspar, pela fusão do que não se casa – pelo casual encontro surrealista da famosa máquina de costura e do guarda-chuva sobre a mesa de necropsia (Lautréamont). No grotesco, Brecht se aproxima de outras correntes atuais, como por exemplo do Teatro de Vanguarda ou da obra de Kafka. Brecht, porém, usa recursos grotescos e torna o mundo desfamiliar a fim de explicar e orientar. As correntes mencionadas, ao contrário, tendem a exprimir através do grotesco a desorientação em face de uma realidade tornada estranha e imperscrutável.** 2 – *Recursos cênicos e cênico-literários*: Se Brecht tende a teatralizar a literatura ao máximo – traduzindo nas suas encenações os textos em termos de palco – por outro lado procurou também “literarizar” a cena. Exige que se impregne a ação de orações escritas que, como tais, não pertencem diretamente à ação, que se distanciam dela e a comentam e que, ademais, representam um

elemento estático, como que à margem do fluxo da ação. São pequenas ilhas que criam redemoinhos de reflexão. O espectador, graças a elas, não é engolfado na corrente do desenvolvimento da ação. [...] O público toma a atitude de quem “observa fumando”. [...] **O cenário é anti-ilusionista, não apóia a ação, apenas a comenta. É estilizado e reduzido ao indispensável;** pode mesmo entrar em conflito com a ação e parodiá-la. O palco deve ser claramente iluminado e nunca criar ambientes de lusco-fusco que poderiam perturbar os intuitos didáticos da obra.

3 – *Recursos cênico-musicais*: Um dos recursos mais importantes de distanciamento é o de o autor se dirigir ao público através de coros e cantores. [...] Na primeira obra, a intérprete de Jenny coloca-se diante da cortina para cantar o *song*. **Sozinha na ribalta, porta-voz do autor, não se dirige a nenhum outro personagem, apenas ao público.**

4 – *O ator como narrador*: [...] O ator épico deve “narrar” seu papel, com o “gestus” de quem mostra um personagem, mantendo certa distância dele. Por uma parte da sua existência histriônica – aquela que emprestou ao personagem – insere-se na ação, por outra mantém-se à margem dela. Assim dialoga não só com seus companheiros cênicos e sim também com o público. Não se metamorfoseia por completo, ou melhor, executa um jogo difícil entre a metamorfose e o distanciamento, jogo que pressupõe a metamorfose. [...] **Na medida em que o ator, como porta-voz do autor, se separa do personagem, dirigindo-se ao público, abandona o espaço e o tempo fictícios da ação.** (ROSENFELD, 1985, p. 156-165, grifos meus)

Exemplos concretos da utilização desses elementos cênicos são dados por Frederic Ewen:

Sigamos agora nosso espectador hipotético do novo teatro e, sentados a seu lado, acompanhem os procedimentos de *Verfremdung* do teatro épico como é realmente praticado. Entrando no teatro, ele observa que a cortina está aberta apenas pela metade e não esconde bem o palco. [...] Ele pode ficar surpreso ao ver que o palco está iluminado, em vez de mergulhado na escuridão. Pois, como disse Brecht, “precisamos de espectadores que não estejam apenas acordados, mas alertas”. Na cortina aparece um lema, ou título, ou breve frase, dizendo ao espectador do que trata a peça. Este não é o teatro da “surpresa” comum. Abre-se a cortina. De imediato, nosso espectador pode ficar chocado com a decoração e o cenário. Em vez de uma sala elaboradamente mobiliada (ou seja qual for o cenário), ele vê poucos móveis, uma cadeira, uma mesa – meras indicações, por assim dizer, da peça, mas partes integrantes dela. [...] Um ator (ou atriz) adianta-se e fala com a plateia. Como isso é diferente do nosso mergulho imediato – como numa peça de Ibsen (com a quarta parede do aposento removida) – no meio de uma intriga de família, onde quase tudo já aconteceu e estamos apenas aguardando o desfecho! “Eu sou fulano de tal”, afirma o ator brechtiano, “este é meu filho, que [...] e nós vamos...”. O ator parece estar apontando, demonstrando algo. Parece estar parado ao lado, e quase a distância, do papel que está desempenhando, como se também olhasse para ele. Nesse momento, aparenta saber mais sobre o personagem do que o próprio personagem. Parece antes um intermediário entre o ator e o espectador do que participante da ação. [...] Há então cartazes, estatísticas, fotos, filmes, trechos corais que intervêm. Brecht sugeria que o espectador agisse como se estivesse lendo notas de rodapé ou virando as páginas de um livro. Era o que ele chamava de “literalização do teatro”. (EWEN, 1991, p. 208-212)

Exemplifica também Fernando Peixoto:

Em *A iluminação (Die Beleuchtung)*, que o palco esteja iluminado o mais possível. [...] Se a cena transcorrer à noite, que se acenda uma lâmpada. Ou se pendure uma lua no cenário: não é necessário escurecer o espaço cênico. Se for necessário, os próprios intérpretes podem revelar a hora. (PEIXOTO, 1981, p. 184)

O fato é que as indicações de Brecht para criar a sensação de estranheza estão intrinsecamente presentes na própria dramaturgia do Teatro do Absurdo, como será mostrado a seguir, a partir da análise de fragmentos da obra *A cantora careca*, de Eugène Ionesco.

A rubrica que descreve o **cenário** já inicia um processo de estranhamento, pois, ao indicar uma sala reduzida ao indispensável (duas poltronas inglesas e um relógio inglês), acrescenta, além de adereços, no mínimo, incomuns (chinelos ingleses, cachimbo inglês, lareira inglesa, jornal inglês, óculos ingleses, meias inglesas), outros bastante inusitados, relativos aos personagens e mesmo à ação: “um bigodinho grisalho inglês; um longo momento de silêncio inglês; o relógio inglês bate dezessete badaladas inglesas”. Aliás, as badaladas perpassam todo o texto – marcando a ideia de repetição, tão presente na estética do Teatro do Absurdo – e criam a sensação do contrassenso, do disparate, ao marcarem horas inexistentes (na Cena 6, “o relógio bate à vontade”), e, às vezes, contraditórias, como quando o relógio bate sete vezes e em seguida três, para desembocar numa rubrica, a princípio, inteiramente dispensável, mas tão indicadora do ambiente paradoxal que o texto deseja criar: “o relógio não bate nenhuma vez”. Aliás, a própria existência do tempo é colocada em xeque pelas personagens, já que a Sra. Smith afirma categoricamente que “nós não temos hora, aqui em casa”, enquanto o Sr. Smith, ao responder a uma pergunta do Bombeiro sobre o relógio, diz: “Não está funcionando direito. Ele sofre de espírito de contradição. Indica sempre o contrário da hora que é.”

Não há, também, a mínima possibilidade de identificação do público com as **personagens** de *A cantora careca*, despertando, assim, uma sensação de estranheza. As suas ações e motivações são, na maior parte do tempo, enigmáticas. Falta-lhes, também, uma historiografia própria. Sabe-se que o Sr. e a Sra. Smith são ingleses. Na Cena 1, por exemplo, a Sra. Smith tem uma longa fala sobre refeições, enquanto o Sr. Smith lê e estala a língua. Fica-se sabendo, então, que eles têm dois filhos, mas é praticamente só isso, porque, em seguida, o diálogo varia entre a história de um médico que operou seu próprio fígado, sem estar doente, só para testar o procedimento que iria usar em um paciente, asserções no sentido de que todos os doutores e doentes são charlatões e que só a marinha inglesa é honesta, comentários sobre um homem morto que se casará na primavera com a própria mulher viúva, e sobre sua família, em que todos se chamam "Bobby Watson". Há um abandono da lógica da linguagem e o uso da inversão, como na fala da Sra. Smith, ao final da primeira cena, no sentido de que os homens são todos iguais, e que ficam "aí o dia inteiro, com o cigarro na boca ou então passando pó-de-arroz e pintando os lábios, cinquenta vezes por dia, quando não ficam bebendo sem parar!". A falta de personagens "objetivamente válidos" e a quebra da lógica discursiva, causadoras eficazes da impossibilidade de identificação e, por consequência, do distanciamento, estão presentes em todo o texto, chegando ao ápice na Cena 4, onde o Sr. Martin e a Sra. Martin, personagens que vão jantar com os Smith, e que, por chegarem tarde, são repreendidos pela empregada, Mary, na única fala de toda a Cena 3, descobrem-se, depois de acumularem uma série de coincidências, que são marido e mulher, para, na cena seguinte, serem desmentidos pela empregada, que informa à plateia que a filha do primeiro tem o olho direito branco e o esquerdo vermelho, enquanto que a da segunda tem o olho direito vermelho e o esquerdo branco. A conclusão é que, "apesar das coincidências que parecem ser provas definitivas, Donald e Elisabeth, não sendo pais da mesma criança, não são Donald e Elisabeth".

Interessante notar que a **quebra da quarta parede** vem indicada explicitamente na rubrica que fecha a Cena 4 e prepara a 5: “Mary, na ponta dos pés, um dedo nos lábios, entra suavemente em cena e **dirige-se ao público**”. Não é um aparte: o diálogo é com o próprio público. Ao final do bife de Mary, há outra rubrica que reafirma a anterior: “Dá alguns passos em direção à porta, depois volta e **se dirige ao público**”. Aliás, já no início da Cena 2, quando entra, e apesar de inexistir rubrica nesse sentido, é claro, pela fala da personagem, que ela se dirige ao público, ao dizer: “Eu sou a empregada”. Evidente o estranhamento é causado pelo fato de a própria personagem, ou o próprio ator, apresentar-se, ainda que na primeira pessoa.

Praticamente inexistente, também, em *A cantora careca*, um fio narrativo progressivo, um enredo pautado pela relação de **causalidade**, em que uma cena dá origem a outra. Não há um herói, um protagonista que quer alguma coisa, que tem um objetivo, uma vontade, que na obra dramática tradicional faria a ação andar. E não existe também um obstáculo, uma força opositora, para fazer surgir o conflito. Não há, portanto, crises, como na forma dramática, que ocorrem para fazer a cena mudar de direção, tomando um impulso novo; e nem uma curva dramática que resulte em um clímax. Portanto, como lembra Martin Esslin, “é um teatro de situação, em oposição a um teatro de acontecimentos em sequência” (ESSLIN, 1968, p. 349). De acordo com as indicações de Brecht, através das quais ele comparava a forma dramática e a épica de teatro, na forma dramática haveria “uma cena pela outra (encadeamento)” e uma “tensão visando ao desfecho”, enquanto que na forma épica existiria “cada cena *por si*” e uma “tensão visando ao desenvolvimento” (PALLOTTINI, 1983, p. 69). Gerd Bornheim professa que “trata-se de fazer aqui com que cada cena valha por si mesma, ou seja, os textos de Brecht se apresentam como um conjunto de cenas mais ou menos soltas, mais ou menos independentes” e que “o cuidado aqui está em fazer com que o espectador não se possa fixar na linearidade compreendida como um todo acabado da ação, justamente um dos pontos de honra da dramaturgia aristotélica” (BORNHEIM, 1992, p. 326).

Ora, cada cena em *A cantora careca* tem existência própria, independente, completa em si mesma, estando muito pouco ou nada atrelada à seguinte, ainda mais porque as ideias das personagens não se concretizam em ação. Na Cena 1, por exemplo, o Sr. e a Sra. Smith vão dormir, mas, em seguida, estão com Mary, presumivelmente na mesma noite, e são por ela informados de que os convidados para o jantar chegaram, ocasião em que vão se vestir, saindo de cena. Na Cena 4 há um longo diálogo entre o Sr. e a Sra. Martin que, se é rapidamente retomado em duas falas na Cena 6, poderia ser totalmente eliminado sem comprometer o encontro com os Smith (que, aliás, voltam “sem nenhuma mudança de roupa”), na cena seguinte.

A forma de o ator dizer o texto, a entonação, a **dicção**, tão cara ao épico como uma das formas de provocar o efeito de alienação, encontra-se prescrita na rubrica que inicia a Cena 4: “o diálogo que se segue deve ser dito com voz arrastada, monótona, meio cantante, sem nuances”. E uma rubrica da Cena 7 é também espantosamente desafiadora, pois, com toda evidência, pode reforçar o efeito do distanciamento por meio das falas, aqui transformadas pelas batidas do relógio: “O relógio **sublinha as réplicas**, com mais ou menos força, conforme o caso”. Lembre-se, ainda, a rubrica da última cena, em que os personagens berram o texto uns nos ouvidos dos outros.

Há que se ressaltar, também, a ampla utilização, na peça, **de efeitos cômicos e do grotesco**, que, como salientou Rosenfeld, tornam estranho pela associação do incoerente, pela conjugação do díspar, pela fusão do que não se casa, fazendo fora do comum o que parecia familiar, ou, na expressão do mesmo autor, tornando o mundo “desfamiliar”. Só que, ao contrário do teatro épico, que quer com isso explicar e orientar, no Teatro do Absurdo, o que se quer é “expressar através do grotesco a desorientação em face de uma realidade tornada estranha e imperscrutável”. Efetivamente, há dezenas de efeitos histriônicos resultantes das falas e situações, como quando a rubrica indica que Mary cai na risada, em seguida começa a chorar e depois sorri, arrematando: “Comprei um penico”; ou no já citado divertidíssimo encontro

do Sr. e da Sra. Martin na cena 4, com a apoteótica conclusão da cena 5, quando Mary afirma: “Meu verdadeiro nome é Sherlock Holmes”; ou no diálogo travado entre o Sr. e a Sra. Smith e o Sr. e a Sra. Martin, na cena 7, sobre a existência ou não de alguém atrás da porta, quando a campainha toca:

Sr. Smith – Está errado, pois o bombeiro está aqui. Ele tocou a campainha, eu abri, ele estava lá.

Sra. Martin – Quando?

Sr. Smith – Imediatamente.

Sra. Smith – Sim, mas só depois de ouvirmos tocar uma quarta vez é que achamos alguém. E a quarta vez não conta.

Sra. Martin – Isso mesmo. Só contam as três primeiras.

Outros exemplos da interferência do cômico e do grotesco: na cena 8, na procura do bombeiro por um incêndio qualquer; ou no uso do *nonsense* na própria rubrica, na mesma cena, que dispõe: “ele beija ou não beija a Sra. Smith”; ou numa das últimas rubricas da cena 11: “No fim desta cena, os quatro personagens deverão estar de pé, bem perto uns dos outros, gritando suas réplicas, punhos erguidos, prontos a se atirarem uns sobre os outros”. Isso sem contar a única referência à personagem-título, citada *en passant* já no final da cena 10: “Bombeiro (dirige-se para a saída, e depois para) – A propósito, e a cantora careca?”. Ao que a Sra. Smith responde: “Continua usando o mesmo penteado!”.

Como consigna Martin Esslin, “os personagens com os quais um público deixa de identificar-se são inevitavelmente cômicos”: “se nos identificássemos com a figura burlesca que perde as calças no palco sentiríamos vergonha e constrangimento” (ESSLIN, 1968, p. 356-357). Ademais, continua, “como a incompreensibilidade da motivação e a natureza muitas vezes inexplicada e misteriosa das ações dos personagens impedem a identificação no Teatro do Absurdo, esse teatro é cômico a despeito do fato de sua temática ser sombria, violenta e amarga”. Portanto, e é ainda

Esslin quem fala, “o público, apesar da introdução de canções, de dísticos, cenários não-representativos, e outros recursos inibitórios, continua a identificar-se com os personagens brilhantemente criados por Brecht e tende, portanto, a perder a atitude crítica que Brecht queria que tivesse em relação aos mesmos” (ESSLIN, 1968, p. 356).

O reconhecimento do paralelismo existente entre o estranhamento provocado pela cena absurda, aqui levando-se em consideração, especificamente, o texto de Ionesco, e o efeito desejado por Brecht, estaria, portanto, acima de tudo, na reprodução insólita do objeto da representação, como lembra Fernando Peixoto: “Brecht afirma que a representação distanciada é uma reprodução que, é claro, permite reconhecer o objeto reproduzido, mas ao mesmo tempo que o torna insólito” (PEIXOTO, 1974, p. 340).

Entretanto, aquilo que Brecht tanto buscou e não conseguiu, isto é, a quebra da identificação, foi alcançado de forma exemplar pela estética do “Teatro do Absurdo”, que, na instauração de sua própria dramaturgia, traz ínsitos na forma, na quebra da ordem narrativa, na elaboração de personagens sem biografia, na desestruturação da lógica do diálogo, nas rubricas indicativas de cenário, de ação, de emoção e de dicção, bem como na utilização do cômico e de grotesco, grande parte – e com maior propriedade, eis que constantes do próprio texto teatral –, dos recursos cênicos propostos pela teoria brechtiana. E vai até mais além, ao apontar, muitas vezes, como em *A cantora careca*, a ideia da circularidade, já que a peça termina como começou. Depois de uma cena onde falas absolutamente insólitas, compostas às vezes tão somente de letras, são dadas, e todos os personagens “berram uns nos ouvidos dos outros”, o Sr. e a Sra Martin, sentados como os Smith no início, recomeçam a peça dizendo exatamente as mesmas falas dos últimos.

Assim, o estranhável, no Teatro do Absurdo, é alcançado com o deslocamento dos protocolos da arte teatral com os quais os espectadores estão familiarizados. A consequência é o rompimento da identificação, façanha perseguida e não atingida pelo teatro de Brecht.

Cabe lembrar, por fim, que, conforme assinala Martin Esslin, “o efeito da alienação do teatro brechtiano tem por objeto a ativação da atitude crítica, intelectual, do público, enquanto o Teatro do Absurdo fala a um plano mais profundo da sua mente” e, por conseguinte, “ele ativa forças psicológicas, libera e liberta temores ocultos e agressões reprimidas, e, acima de tudo, pela confrontação do público com um quadro de desintegração, põe em movimento um processo ativo das forças integradoras da mente de cada espectador individual” (ESSLIN, 1968, p. 358).

Enquanto a cena absurda quer, tão somente, encenar o absurdo, ou, como Anatol Rosenfeld afirmou, exprimir “a desorientação em face de uma realidade tornada estranha e imperscrutável” (ROSENFELD, 1985, p. 158), a cena brechtiana aceita a responsabilidade ideológica do teatro e deseja levar o “espectador a pensar que sua própria realidade é histórica, criticável e transformável” (PAVIS, *op. cit.*, p. 196). Ou seja: o efeito do estranhamento brechtiano serve a um teatro ideológico, politicamente orientado, enquanto no Teatro do Absurdo “expressa a angústia e o desespero que nascem da admissão de que o homem é cercado por áreas de escuridão impenetrável, de que não pode nunca conhecer sua verdadeira natureza nem seu objetivo, e que ninguém lhe poderá fornecer regras de conduta pré-fabricadas” (ESSLIN, 1968, p. 370).

Referências bibliográficas

- BERTHOLD, Margot. *História mundial do teatro*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- BORNHEIM, Gerd. *Brecht – a estética do teatro*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- BRECHT, Bertolt. *Estudos sobre teatro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- DORT, Bernard. *Leitura de Brecht*. São Paulo: Forja Editora, 1980.
- ESSLIN, Martin. *Brecht: dos males, o menor*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- ESSLIN, Martin. *O teatro do absurdo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- EWEN, Frederic. *Bertolt Brecht: sua vida, sua arte, seu tempo*. Porto Alegre: Globo, 1991.

- IONESCO, Eugène. *A cantora careca*. São Paulo: Papyrus, 1993.
- PALLOTTINI, Renata. *Introdução à dramaturgia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PAVIS, Patrice. *Dicionário de teatro*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- PEIXOTO, Fernando. *Brecht – uma introdução ao teatro dialético*. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- PEIXOTO, Fernando. *Brecht – vida e obra*. São Paulo: Paz e Terra, 1974.
- ROSE

V

Dois Homenagens a Machado de Assis

Machado de Assis e as lições da PEC 37

Enéias Xavier Gomes

Machado de Assis e as lições da Dec 37

I Literatura machadiana

A literatura se revela um importante instrumento para melhor compreender o ser humano, permitindo-nos uma realidade que não alcançamos pelo direito, por isso a temática, ao longo do século XX, ocupou importantes espaços nas academias europeias e norte-americanas (integra mais de 40% das universidades). Todavia, restou quase esquecida na América Latina. Temos, no Brasil, poucas produções bibliográficas.

Nesse sentido, incumbe a nós, operadores do direito no Brasil, inserirmos um novo olhar sobre a literatura, a partir da ideia de repensar o direito, desafio que se impõe neste início de século.

A literatura, transdisciplinar (todas as ciências estão presentes no monumento literário), é capaz de fazer com que o direito assimile sua capacidade crítica e criadora, auxiliando os operadores do direito a superarem as barreiras colocadas pelo sentido comum teórico. Nesse contexto, destacamos sua dimensão criadora e crítica, pois é uma obra de arte capaz de suspender evidências, dissolvendo certezas e rompendo convenções. Assim, permite ao jurista novas perspectivas de mundo alternativas às tradicionais, tornando-os pessoas mais críticas e criadoras.

Na obra literária *A arte da ficção*, o realista do século XIX, Henry James (1843-1916), apresenta-nos importantes considerações, enfatizando a liberdade da literatura e sua influência na vida cotidiana, onde obviamente se insere o direito: "Um romance em sua definição mais ampla, é uma impressão direta e pessoal da

vida".¹⁸ Em seguida afirma: "A vantagem do artista é que não há limites para seu experimento [...]. O poder de adivinhar o não visto do visto, de traçar a implicação das coisas, de julgar toda a peça pelo padrão, a condição de sentir a vida em geral tão completamente que você se sente disposto a conhecer cada canto dela"; "A doutrina é apta a ser bem menos inspiradora do que a obra, a obra é frequentemente bem mais inteligente do que a doutrina".

Também ressaltando os encantamentos da literatura e sua capacidade de interferir nas ciências, Percy Bysshe Shelley (1792-1822), um dos maiores nomes do Romantismo mundial, representante da poesia lírica inglesa, na obra *Uma defesa da poesia e outros ensaios*, afirma: "A poesia é, com efeito, algo divino. É, de uma só vez, o centro e a circunferência do conhecimento; é aquela que toda ciência deve se referir. É, ao mesmo tempo, a raiz e a flor de todos os outros sistemas de pensamento; é dela que tudo nasce e a que adorna a tudo; e aquela que, se enferrujada, nega o fruto e a semente, e retém, do mundo estéril, o alimento e a sucessão de mudas da árvore da vida".¹⁹ Em seguida, ressalta: "A poesia compele-nos a sentir aquilo que percebemos e a imaginar aquilo que sabemos [...]. Os poetas são os legisladores desconhecidos do mundo".

Ao tratar da história de vida e experiência, a professora Vanessa Barros Andrade aponta a capacidade dos romances (o que se aplica evidentemente à literatura).

Vamos resumir: o romance pode se inventar ao longo do tempo.

- O romance remexe a vida.
- O romance é uma soma de recontares.
- O romance é o modo de "se refazer".
- O romance é uma fantasia que produz realidades...

18 JAMES, Henry. **A arte de ficção**. Tradução de Daniel Piza. São Paulo: Editora Imaginário, 1995, p. 42.

19 SHELLEY, P. B. **Uma defesa da poesia e outros ensaios**. Edição bilingue. Tradução e notas Flávio Cyrino e Marcella Furtado. São Paulo: Landmark, 2008, p. 42.

- O romance é uma ferramenta de historicidade, da mesma forma que a terapia. Ele permite renunciar à idéia de que a vida tem um sentido mesmo buscando este sentido: contando histórias, produz-se sentidos, mas são apenas histórias.²⁰

Em nossa literatura, a capacidade de influenciar o direito é facilmente perceptível em vários autores, por exemplo, nos contos do carioca Machado de Assis, talvez o maior escritor do país e um mestre da língua. No presente artigo, apresentamos uma pauta mínima de discussões acerca do caminho trilhado pelo Ministério Público na última década, a partir das premissas verificadas durante a “batalha” contra a famigerada PEC 37 e algumas “lições machadianas” presentes em seus contos. Não há aqui (é bom que se diga) a intenção de esgotar a discussão, o que seria impossível, mas seu conteúdo pode tangenciar novos questionamentos no seio da instituição, inclusive com seminários e grupos de debates, eis a nossa verdadeira pretensão!

A atuação ministerial aqui abordada parte de nossa visão prática, em consonância com o que ouvimos ao longo dos últimos dez anos, em constante atendimento ao público e relacionamento com representantes dos demais poderes. Nossas considerações inquietam nossa mente há alguns anos e foi posta à prova quando acompanhamos o combate à Proposta de Emenda Constitucional n. 37,²¹ que pretendia retirar o poder investigatório do Ministério

20 Histoires de vie et choix théoriques. **Les Cahiers du Laboratoire de Changement Social**, Paris, Université de Paris 7, n. 1, jun. 1996. Traduzido por Vanessa Andrade Barros, para ser utilizado nas aulas da disciplina Engajamento Militante e História de Vida do curso de Mestrado em Psicologia Social, Fafich, UFMG. Transcrição: Renata Amaral Araújo, p. 6.

21 “Acrescenta o §10 ao art. 144 da Constituição Federal para definir a competência para a investigação criminal pelas polícias federal e civis dos Estados e do Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta:

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do §3º, do art. 6º, da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Público, sobretudo em algumas reuniões com membros do Poder Legislativo, os quais externaram descontentamentos que já imaginávamos, não obstante desconhecêssemos sua intensidade. Portanto, nossa experiência como Promotor de Justiça no interior da Bahia e de Minas Gerais, aliada ao contato com parlamentares e membros do executivo no exercício de nossas atribuições, são o ponto de referência para a construção de um novo caminho aqui proposto, na tentativa de nos reafirmarmos enquanto legítimos detentores de parcela do poder, não só mantendo nossas atribuições, mas tornando-nos mais efetivos e cirúrgicos no cumprimento da tutela social.

II Por que sangramos tanto?

Há um discurso pronto que acalenta nossa alma todas as vezes que nos vemos diante de tentativas de enfraquecimento institucional: “o Ministério Público paga o preço por sua atuação correta”; “os que transigem as normas é que querem enfraquecer a instituição”; “trata-se de mais uma tentativa de retaliação”; entre outras frases que ao fim e ao cabo querem atribuir aos infratores à lei, sobretudo os ímprobos, todas as responsabilidades pelas tentativas de tolher nossas atribuições.

Evidente que boa parcela dos que são contra o atual formato ministerial fazem-no em retaliação ao acerto de nossa atuação. Desses, não podemos esperar nenhum apoio, pelo contrário, devemos nos orgulhar de tê-los do lado oposto.

Mas o que nos inquieta é que há um mundo de cidadãos de bem, inclusive políticos, tanto no legislativo quanto no executivo, que cotidianamente tecem severas críticas ao Ministério Público. E aqui está a nossa preocupação: o que os levou a combater o

Art. 1º O art. 144 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte §10:

‘Art. 144 [...]

§10. A apuração das infrações penais de que tratam os §§1º e 4º deste artigo, incumbem privativamente às polícias federal e civis dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua promulgação.”

Ministério Público? O que fez com que alguns respeitáveis membros do Congresso Nacional e juristas renomados defendessem tão arduamente a PEC 37, mesmo sabedores de tamanho dano social que seria causado?

Tais inquietações nos permitem concluir que, apesar de via de regra atuarmos bem (tanto que fomos a única instituição com apoio das ruas), há alguns equívocos que nos fazem sangrar em momentos como o da PEC 37. Ao lado das razões que decorrem de nossos acertos (maioria), há outras inúmeras e até impossíveis de serem conhecidas, pois se encontram no âmago de cada cidadão. Porém, boa parte delas é plenamente compreensível e decorre de casos em que precisamos rediscutir (se é que algum dia já discutimos).

Cumpramos asseverar, já aqui, que as diretrizes propostas não se justificam com base em temor, pois o destemor deve ser nossa principal característica, mas na compreensão do mal que causamos quando atuamos equivocadamente, muitas vezes adotando conceitos que sequer são compatíveis com a atual Constituição Federal.

Inevitavelmente, ao nos tornarmos Promotores de Justiça, somos tomados por uma forte ânsia de justiça, quiçá uma vontade de solucionar todos os problemas sociais. Isso é essencial na vida de um bom Promotor de Justiça!

Por que, então, a supramencionada referência, já que o texto pretende tratar de nossas mazelas e não de nossas virtudes? Simples: é nesta ânsia de bem servir que nos subordinamos a uma falsa compreensão da realidade, que nos faz acharmos levemente que as soluções sociais se encontram estritamente no rigor de nossa atuação, ou na lamentável expressão "senta a caneta".

A ideia de uma "atuação de gabinete", presa ao formalismo, não só jurídico, mas também nas relações humanas, fundada no excessivo rigor e de soluções aparentemente imediatas, nos é particularmente atraente, na medida em que acalentamos nossa alma, convencendo-nos de que fizemos e fazemos a nossa parte,

atribuindo o ônus do fracasso aos demais poderes e instituições que não teriam cumprido seus deveres...

O problema é que este pensamento e forma de atuação é totalmente desconectada de uma realidade social historicamente excludente, e pior, de um Estado que padece de infindáveis limitações financeiras e técnicas. Isso sem falar em certo *déficit* de legitimação quando pretendemos nos substituir aos administradores públicos, pois não somos gestores públicos legitimados pelo povo para tal.

Embora tenhamos recebido do povo, por meio do poder constituinte originário, o dever de exigirmos o cumprimento das leis e dos mandamentos constitucionais, tal atuação não pode se dar de forma isolada, exclusivamente de dentro de nossos gabinetes e de forma inquisitória, pois devemos ser mais um parceiro de muitos que labutam por melhores dias. Há um mundo de membros da sociedade e dos poderes judiciário, legislativo e executivo que lutam incansavelmente no combate às mazelas sociais.

Não obstante haja outros exemplos de resquícios inquisitórios, o que conduziria a repetitivas e infindáveis problematizações, apresentamos alguns que nos parecem bastante elucidativos, evidentes e socialmente nefastos, submetendo-os à crítica quanto ao sentido usual na sua aplicação, com vias a um novo olhar na nossa atuação.

II.a) Esse tal *in dubio pro societate*

Aqueles que um dia já se arvoraram na árdua tarefa de estudarem para concurso bem sabem que há ideias e conceitos que nos são impostos como verdades absolutas, sob pena de uma bela reprovação. Após a tão sonhada, merecida e almejada aprovação, muitas vezes absorvemos aqueles conceitos, os quais passam a ser aplicados na nossa atividade profissional, sem qualquer questionamento. Tornam-se, assim, “cláusulas pétreas” em nossa atuação e repetidas mecanicamente em diversos manuais. Um dos que há tempos nos intrigam é o tal do *in dubio*

pro societate, que via de regra integra o rol incontável (alguns manuais apontam mais de 100...) daquilo que os autores mais vendidos em bancas e até em lojas de conveniência chamam de princípios, em verdadeira prostituição e banalização daquilo que realmente é um princípio.

Aliás, o tema *in dubio pro societate*, que não mereceria sequer uma página de estudo, acaba exigindo um estudo aprofundado (por mais paradoxal que seja), tamanho o seu equívoco, porém não é o objeto de nossa discussão neste espaço, mas considerações são imprescindíveis, até para um ligeiro desabafo.

Temos a impressão de que o tal princípio *in dubio pro societate* surgiu como Palas Athena da cabeça de Zeus, pois não encontramos nenhuma referência nas leis ordinárias e muito menos no Texto Constitucional, que nos autoriza a processar alguém quando simplesmente vislumbramos a possibilidade (sequer probabilidade) de cometimento de ilícito.

Consultando os “melhores” manuais McDonald’s (em 5 minutos está pronto, ou seu dinheiro de volta), deparei-me com ideias do tipo: “em caso de dúvida, ajuíza-se a ação”, “na dúvida, deve o juiz decidir a favor da sociedade e receber a inicial”. Ou este, de fazer inveja a regimes ditatoriais: “na dúvida, processa-se, depois é só pedir absolvição”. Simples assim! Qual o fundamento? Não há, é assim e pronto!

Ora, parece-nos inadmissível que em um Estado Democrático de Direito alguém seja processado, civilmente ou penalmente, simplesmente porque o Ministério Público vislumbra uma mínima possibilidade de que algo ilícito tenha ocorrido. É evidente que, para o ajuizamento de uma ação, fazem-se necessários elementos suficientes de autoria e materialidade, verossimilhança que convença o autor da inicial de que houve o cometimento de um ilícito.

Deixando o direito de lado, pergunte a um cidadão o que ele acha da ideia de ser processado sem que a acusação esteja realmente convencida de que algo de errado ocorreu.

É mais ou menos o seguinte: você se depara com sua

esposa almoçando no shopping com um colega de serviço e, ao ver a cena, contrata um advogado para a ação de divórcio, afinal, na dúvida, ainda que mínima, melhor não arriscar.

Quem disse que a sociedade é beneficiada quando alguém é processado sem que sequer o autor da inicial esteja convencido da ocorrência de um fato contrário ao ordenamento jurídico? Ora, isso não me parece beneficiar nem um pouco a sociedade, pois causa enorme intranquilidade social: "A injustiça que se faz a um é uma ameaça que se faz a todos" (Montesquieu).

Aqueles que lidam na prática diária sabem quanto tempo dura uma ação de improbidade administrativa, que ao "simples" (claro que não para o réu) ajuizamento da ação ganha as páginas de jornal, as conversas nas praças das cidades do interior e assumem contornos de verdades absolutas, afinal, "ninguém é processado à toa", "alguma coisa há", "onde há fumaça, há fogo". Ajuizada a ação, não há absolvição. Afinal, como reparar o desgaste psicológico, a deterioração familiar, a honra, a autoestima, enfim, tudo que nos é mais caro?

Isso sem falar na nossa perda de credibilidade perante o Poder Judiciário, pois quando presentes elementos fortes de convicção, estará lá a ação pertinente em meio às outras sem nenhuma densidade probatória: não há como separar o joio do trigo.

Nesse aspecto, conforme já dissemos em outra ocasião, uma crítica a parcela da classe política nos parece pertinente: aqueles que atuam na defesa do patrimônio público sabem que uma das maiores agruras dos Promotores de Justiça são as censuras oportunistas: quando ajuizamos as ações, somos tachados de perseguidores; quando arquivamos, de protetores.

Vivemos algo semelhante ao que se passou com o personagem Porfírio, na obra *O Alienista*, de Machado de Assis. O barbeiro foi preso por Simão Bacamarte na Casa Verde duas vezes; na primeira, por ter liderado a rebelião; na segunda, porque se negou a participar de uma nova rebelião. Ao ser informado de que seria novamente conduzido à Casa de Orates, resumiu bem a situação: "preso por ter cão, preso por não ter cão".

Em um Estado Democrático de Direito não podemos pactuar com acusações infundadas e amparadas em algo falacioso. Por incrível que possa parecer a alguns, não se coloca um cidadão no banco dos réus com dúvidas. Nós, encarregados de defendermos a ordem jurídica e os direitos individuais e sociais indisponíveis, não podemos, com base na dúvida, achincalharmos a dignidade da pessoa humana, até porque o ônus da prova é do Estado.

Essa postura, adotada por alguns de nós, gera uma legítima reação daqueles processados injustamente (aqueles que já o foram sabem como ninguém o que digo).

Não tenhamos dúvida: o ajuizamento de uma ação, em face de um cidadão honesto, é uma condenação perpétua. Essa preocupação nos deve nortear ao ajuizarmos uma demanda.

II.b) Surtos midiáticos

No conto “O Espelho”, de Machado de Assis, que se passa em um bairro de classe média (Santa Tereza) do Rio de Janeiro, há uma interessante narrativa de um dos cinco cavalheiros que participavam de um pequeno diálogo. Jacobina, nomeado alferes da guarda nacional, aos 25 anos, relata o orgulho da família, em especial de sua tia que o mantém em seu sítio, sob o tratamento de “Senhor alferes” e não mais Joãozinho (qualquer semelhança com o “Doutor” da vida jurídica é mera coincidência). No sítio, “Senhor Alferes” recebe um tratamento privilegiado, o que faz com que o alferes elimine o homem. Em determinado momento da “nova vida”, a tia sai em viagem e os escravos abandonam a casa, o que faz com que o jovem fique só e angustiado pela repentina perda de sua alma exterior, uma vez que a interior se tornou dependente daquela. Bastante angustiado, o cavalheiro resolve olhar no espelho e vê refletida uma imagem difusa, praticamente encoberta. Decide-se então vestir-se com a farda de alferes, o que lhe permite ver o seu eu exterior integralmente.

A narrativa nos remete (não sabemos por que), a algumas, isoladas (é bom que se diga), exposições midiáticas de promotores *showman*, em que o colega, com um terno bem cortado,

cabelos com gel e linguagem empolada, tece detalhes de casos em que muitas vezes sequer há investigação em curso.

Repare: é evidente que o membro do Ministério Público, agente de transformação social, tem o dever de informar. Trata-se de uma prestação de contas à sociedade que lhe outorgou importantes instrumentos e dignos vencimentos para defendê-la. Entretanto, o dever de informar não se confunde com a vontade de celebrar a informação. Algumas vezes nos deparamos com notícias jornalísticas fundadas em provas que sequer se encontram no bojo de um inquérito, seguidas de entrevistas do tipo “ajuizaremos uma ação”, “investigaremos e puniremos”. Há um certo surto midiático de alguns Promotores de Justiça, que se utilizam da imprensa para serem lembrados e elogiados por amigos e familiares, do tipo “te vi ontem no jornal”. Essa busca implacável pelo “sucesso” produz uma exposição desmedida e desnecessária de fatos e indivíduos que muitas vezes sequer se encontram processados. Além do que o excesso de entrevistas permite que a imprensa “crie” fatos, utilizando-se da figura do membro do Ministério Público apenas para comprovar teses previamente definidas num cenário em que boa parte da mídia não consegue esconder suas preferências políticas.

E o pior: a exposição desnecessária incute na cabeça de alguns colegas a necessidade de condenação a todo custo, afinal, ele alardeou os fatos, insuflou a sociedade, crucificou o investigado e agora, passados os holofotes, não se sente à vontade para, por exemplo, pedir a absolvição ainda que demonstrada a licitude da conduta. Em decorrência de uma midiatização anterior, o Promotor se torna escravo de sua ação passada. Afinal, desde a primeira entrevista, ele já antecipou a condenação... e aí o membro do Ministério Público deixa de promover a Justiça, acovardando-se, escorando-se em pré-julgamentos equivocados, cedendo-se às pressões da vaidade e conseqüentemente não honrando a beca que veste.

II.c) Resquícios de Torquemadas na condução do inquérito civil

A nós nos parece que a função basilar do inquérito civil, procedimento de natureza administrativa, é a prévia colheita de informações, a fim de lastrear futura medida judicial ou extrajudicial (são as mais efetivas, pois dotadas de poder de pacificação social célere) e, principalmente, evitar demandas temerárias.

Entretanto, a sua instauração e condução pelo Ministério Público estão previstas no art. 129, III, Constituição Federal, e art. 8º, §1º, da Lei de Ação Civil Pública, sem grandes especificações e sistematização procedimental, o que faz com que sua natureza jurídica e características sejam formatadas pela própria instituição e doutrina. Consequentemente, as formalidades são restritas e pouco delimitadas, o que permite ampla margem de discricionariedade em sua condução. Tal característica nos afasta de formalismos exagerados e injustificáveis, porém facilita certos abusos pontuais que merecem nossa atenção.

Alguns de nós fazemos do inquérito civil um procedimento inquisitorial, em que o investigado sequer tem ciência de sua condição de investigado, testemunhas são ouvidas informalmente, sem redução a termo de seu depoimento e advogados são impedidos de terem acesso aos autos de provas já documentadas. A coercibilidade dos instrumentos serve apenas para a busca incessante e unilateral de elementos para achincalhar o investigado.

Uma inquietação. Vez ou outra nos deparamos com ofícios requisitórios desrespeitosos com membros de outros poderes, sobretudo Prefeitos, requisições de milhares de documentos em escassos dias, etc. Às vezes me pergunto: o que nos leva a requisitar e não solicitar, quando do encaminhamento do primeiro ofício? A recomendarmos e não sugerirmos no primeiro encaminhamento? Parece-me que são formas de dizer a mesma coisa, porém bem mais polida.

Volto ao cerne da discussão.

As posturas inquisitoriais acabam reproduzindo os males que tanto queremos conjurar, pois produzimos verdadeira violência institucionalizada. A finalidade do inquérito civil não é a busca

a qualquer custo de elementos para a condenação do investigado, mas a análise da necessidade ou não do ajuizamento da demanda, servindo inclusive como meio para evitar ações temerárias. O Promotor de Justiça deve atuar de forma imparcial na condução do inquérito civil, com ciência bem delimitada da necessidade de conhecimento dos fatos para um julgamento equilibrado e justo ao concluir a apuração.

E aqui cabem algumas considerações.

A doutrina majoritária entende que não há que se falar em contraditório em sede de inquérito civil, porém não vislumbramos qualquer prejuízo à sua observância na grande maioria dos casos.

Note-se que não defendemos a obrigatoriedade do contraditório, pois se trata de mero procedimento administrativo, sem sanções aos envolvidos (salvo raras exceções, como nos casos de aplicação do instituto da Recomendação), porém via de regra não há qualquer prejuízo decorrente do contraditório no inquérito civil – ao menos em sua grande maioria – pois, além de não prejudicar o andamento e conclusão almejada, auxilia o membro ministerial no seu convencimento.

Aliás, ao contrário, oportunizar a participação do investigado, com ciência das provas, acompanhamento de diligências e possibilidade de manifestação, traz maior carga valorativa à prova produzida e produz informações mais fidedignas, auxiliando inclusive em eventual construção da decisão judicial.

Daí a importância da oitiva do investigado, facultando-lhe a juntada de documentos, solicitação de diligências e até manifestação de seu defensor em forma de memoriais. Tais cuidados podem evitar ações infundadas, economia de tempo, além de trazer maior credibilidade à prova produzida, robustecendo os argumentos em eventual demanda a ser ajuizada.

Em síntese: a regra deve ser o contraditório em sede de inquérito civil, o que pode ser eventualmente dispensado em caso de obstacularização procedimental ou risco ao resultado da investigação. Por outro lado, devemos rechaçar peremptoriamente a figura do Promotor Tomás de Torquemada, que faz do inquérito

civil instrumento de apurações açodadas que funcionam apenas como mecanismos de confirmação de entendimentos já preestabelecidos e difamações públicas, em formato de sambenitos do século XXI.

Melhor produzirmos uma apuração embebecidos nas lições de Fernando Pessoa: “Para ser grande, sê inteiro. Nada teu exagera ou exclui. Sê todo em cada coisa. Põe quanto és no mínimo que fazes. Assim em cada lago a lua toda brilha, porque alta vive”.

II.d) Representações apócrifas

Os instrumentos de comunicação se modificam a cada dia, fruto de uma sociedade em plena ebulição cibernética. Os mecanismos de diálogo das instituições públicas com a sociedade também acompanham a mudança, tornando-se mais virtuais e céleres. Novos tempos!

O Ministério Público também acompanha (e deve) a mudança. Boa parte da vida institucional de um Promotor de Justiça é vivenciada na internet: inscreve-se para editais, gozam-se férias pedidas *on-line*, acompanham-se sessões de julgamentos da Câmara e Conselho, discutem-se os rumos da instituição em fóruns internos e até faz-se amizade (e inimizade) com colegas “virtuais”.

Entre essas novidades estão as representações apresentadas pelos cidadãos por meio da internet, em especial por meio da Ouvidoria, um dos mais importantes canais de comunicação com a sociedade civil. Quase diariamente cidadãos se dirigem ao canal *on-line* da ouvidoria com representações nas mais diversas áreas, o que certamente facilita o acesso pelo jurisdicionado, auxiliando-nos na tutela da sociedade, por exemplo, na área do idoso, meio ambiente e patrimônio público. Portanto, o novo canal de comunicação há de ser reverenciado!

Entretanto, há alguns equívocos na sua atual formatação.

Os canais de comunicação admitem a possibilidade de ausência de qualificação do noticiante, ou seja, o cidadão, escondido atrás do teclado, pode propagar verdadeiros absurdos, violando a honra de terceiros, sem qualquer punição, cível ou penal. É comum

as pessoas noticiarem, principalmente na seara do patrimônio público, fatos graves, que afetam a vida pessoal e familiar de indivíduos, sem qualquer indício, simplesmente para denegrirem adversários políticos. Nesses casos, parece-nos inegável a utilização do Ministério Público para fins políticos.

Veja-se, por exemplo, o que consta no *site* do MPMG, no *link* Ouvidoria, perguntas frequentes:

Anonimato

Para entrar em contato com a Ouvidoria é necessário me identificar?

Não. A opção é sua. Todavia, não tenha medo de identificar-se, pois a Ouvidoria do Ministério Público tem o dever ético e legal de resguardar o sigilo de seus dados pessoais.

Do ponto de vista constitucional, parece não haver dúvidas de que tanto a vedação ao anonimato quanto o direito à honra estão sendo desconsiderados. A necessidade de identificação é imprescindível para minorar abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento, pois possibilita que eventuais excessos se tornem passíveis de responsabilização, já que todos somos responsáveis pelas consequências jurídicas de nossos comportamentos.

E quanto a isso o Texto Constitucional é de clareza solar (CF, art. 5º, IV, *in fine*), não se tratando inclusive de nenhuma novidade, pois surgiu, no sistema de direito constitucional positivo brasileiro, com a primeira Constituição republicana, promulgada em 1891 (art. 72, §12).

Evidentemente que não podemos abrir mão do sigilo dos dados do informante em determinadas situações, pois o Estado não é capaz sequer de lhe assegurar a integridade física, mas ao mesmo tempo devemos desestimular manifestações contumelias, que resultam em gravame ao patrimônio moral de pessoas injustamente desrespeitadas em sua esfera de dignidade.

Não há como desconsiderar que a lei penal considera crime a denúncia caluniosa e a comunicação falsa de crime (Código Penal, arts. 339 e 340), cujas apurações são inviabilizadas pela atual formatação do canal da ouvidoria.

Trazemos um exemplo por nós vivenciado: em decorrência de um conflito familiar, um dos filhos de uma idosa, diariamente, utilizava-se do anonimato para, por meio das ouvidorias, narrar agressões perpetradas por sua irmã, à sua genitora. Ainda que sem qualquer lastro, mas diante da gravidade dos fatos informados, solicitamos um estudo social que nada constatou. Inegável, portanto, o constrangimento vivenciado pela filha, ao abrir a porta da residência e se deparar com a assistente social (ou você, caro leitor, não ficaria constrangido?). Mesmo assim, o filho anonimamente continuou diariamente narrando as falsas agressões, principalmente por meio da ouvidoria de direitos humanos, o que motivou diligências pela polícia civil. Os fatos duraram cerca de 4 (quatro) meses, causando evidentes dissabores à filha, que sequer tem como responsabilizar o irmão, diante da ausência de provas, pois tudo se deu anonimamente.

Uma observação importante: nada impede a prática de atos iniciais de investigação (por meio, por exemplo, de um procedimento preparatório), quando recebemos uma delação anônima, desde que evidentemente se apresentem informes de certa gravidade e com dados capazes de possibilitar diligências específicas. O Supremo Tribunal Federal admite a *notitia criminis inqualificada*. Não é disso que estamos tratando. O que combatemos é o incentivo ao anonimato, que, além de não servir de base para o ajuizamento da demanda, impede a busca de novas informações por meio daquela fonte e estimula gravames injustos ao patrimônio moral de terceiros.

Uma consideração importante: não devemos cair na armadilha do combate às mazelas sociais a qualquer custo, sob pena de novas mazelas, agora de nossa parte. Em outras palavras, não argumentemos que se não for apócrifa o cidadão não noticiará os fatos, pois há mecanismos para sua proteção, por exemplo, a decretação de sigilo de seus dados pelo presidente do inquérito civil.

II.e) A venda de lotes na lua e a exigida apuração do descabido

Temos nos referido muitas vezes a esta realidade, e o faremos inúmeras outras mais. O Ministério Público atual é muito diferente do de dez anos atrás. Hoje o Promotor de Justiça é infinitamente mais acionado e cobrado (ainda bem!), pois a população finalmente sabe para que serve a instituição.

A atual demanda de uma Promotoria de Justiça apresenta uma enxurrada de representações das mais diversas naturezas, o que evidentemente é bastante salutar. O problema é que há uma exigência para que tudo (repito, **tudo**) seja devidamente apurado. Em uma análise preliminar, a ideia seria interessante, pois como saber se algo de fato aconteceu, sem apuração?

Porém, conforme exposto à exaustão ao tratarmos do famigerado *in dubio pro societate*, há que se ter cuidado para não banalizarmos o sujeito e os nossos instrumentos de trabalho, pois lidamos com a vida humana (o óbvio às vezes precisa ser dito e compartilhado).

Veja-se, por exemplo, o que diz a Resolução Conjunta PGJ n. 3/2009, que dispôs, no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, acerca do inquérito civil e o procedimento preparatório:

Art. 7º Em caso de evidência de que os fatos narrados na reclamação, representação ou notícia não configurem lesão aos interesses ou direitos mencionados no artigo 1º desta Resolução, ou se o fato já tiver sido objeto de investigação ou de ação civil pública, ou, ainda, se os fatos apresentados já se encontrarem solucionados, o membro do Ministério Público, no prazo máximo de trinta dias, indeferirá o pedido de instauração de inquérito civil ou procedimento preparatório, em decisão fundamentada, da qual se dará ciência ao representante e ao representado.

Já aqui se tem um panorama dramático das apurações infundadas: o Promotor deve autuar tudo, ainda que se trate de uma notícia teratológica, o que gera inclusive um número de registro. E o pior, ainda que os fatos noticiados não estejam delimitados e amparados por indícios mínimos, deve-se proceder à apuração, pois os casos de indeferimento de instauração se restringem a três hipóteses: ausência de lesão, objeto de investigação anterior ou se tratar de caso já solucionado.

Ou seja, ainda que se trate de notícia desamparada de indícios mínimos ou evidentemente abrangente (sem objeto delimitado), o Promotor de Justiça deve, no mínimo, colher “diligências preliminares” em sede de procedimento preparatório. Diligências preliminares que permitem a colheita de “todos os elementos de convicção” (art. 8º), inclusive a remessa de ofícios ao “pré-investigado”. Ora, será que o cidadão sabe a diferença prática entre notícia de fato, procedimento preparatório e inquérito civil? É possível, ao receber um ofício assinado pelo Promotor de Justiça, ainda que constando “procedimento preparatório”, o cidadão não se ver na condição de investigado? Certamente não, o que obviamente produz noites inquietas de sono (não para o investigador).

Cito como exemplo algo vivenciado pela maioria dos Promotores que atuam em comarcas do interior e na tutela do patrimônio público: o cidadão encaminha para o Promotor a seguinte notícia: “o Prefeito X está se enriquecendo ilícitamente, comprando casas, carros, etc.”. Esta simples notícia, sem qualquer fato concreto, faz com que o Promotor instaure no mínimo uma notícia de fato.

Como se vê, o excesso na apuração é manifesto. O que não significa que estejamos autorizados a não registrar a notícia ou atuarmos com discricionariedade (tipo: só apuro o que me parece relevante). A nosso juízo, cabe ao Promotor receber a notícia e, caso despida de indícios mínimos ou objeto bem delimitado, aguardar novas informações, sob pena de arquivamento por falta de lastro mínimo, mas infelizmente não nos parece ser este o entendimento da maioria dos órgãos correcionais.

O entendimento por nós defendido se trata simplesmente da aplicação do postulado da *proibição de excesso*, enquanto pauta mínima de interpretação dos instrumentos de investigação, evitando-se graves equívocos em nossa atuação.

Não nos parece lógico e sensato darmos respaldo a todos os casos, simplesmente porque chegaram à Promotoria. Para qualquer diligência ministerial faz-se necessário um fato e um indício concreto.

Notícias do tipo, João está vendendo terrenos na Lua a preços exorbitantes não nos autorizam a remeter ofícios a cidadãos que sequer sabem de onde partiram tais informações. Ou a acusação de que a Rede Globo estaria subtraindo informações da mente de um cidadão, o que ensejou até a elaboração de laudo pericial pelos técnicos da central de apoio às Promotorias. Os exemplos aqui apresentados, estapafúrdios por sinal, são reais e efetivamente ocorridos, segundo relatos de colegas.

Como se vê, a atual sistemática adotada pelos diversos Ministérios Públicos parte de uma verdadeira ficção: a necessidade de investigação de tudo e em qualquer circunstância, fazendo da apuração panaceia para questões pessoais e despidas de qualquer interesse público.

VI.1 Aprendendo com o passado e voltando os olhos para o futuro

Trago-lhes um dado estarecedor: o Ministério Público de Minas Gerais possui um acervo de cerca de 1.138 (um mil, cento e trinta e oito) inquéritos civis instaurados até 2000, e 18.578 (dezoito mil, quinhentos e setenta e oito) até 2008, sem conclusão. Os dados foram compilados pelo Conselho Superior que adotou uma medida inusitada: avocou os inquéritos civis, em questionável violação aos princípios da independência funcional e do promotor natural (sim, eles ainda estão no Texto Constitucional), estipulando prazos para que os Promotores os remetessem ao Colegiado.

Aqui faço uma pequena pausa no tema tratado para um problema crônico e cuja solução passa pela possibilidade de

Promotores de Justiça ocuparem cargos nos órgãos colegiados: A mudança abrupta do Ministério Público nos últimos anos provocou um desconhecimento da instituição por parte de alguns membros mais antigos, pois vivenciaram no interior uma realidade bem distante da atual (melhor em alguns aspectos e pior em outros), diria até totalmente diferente. E com um agravante. Antigamente a carreira era muito rápida, o que fez com que muitos chegassem ao cargo mais alto da instituição com breves passagens pelo interior, o que acentuou ainda mais o desconhecimento do que de fato é a atual instituição. O problema é que parte dos órgãos superiores é composta por esses membros, o que pode permitir decisões descontextualizadas da realidade, gerando inclusive injustiças. Vejo certo solipsismo ministerial!

Volto ao tema.

A par de alguns que não estão dispostos a trabalhar, aliados a portarias tão genéricas que sequer permitem o conhecimento do objeto de apuração, a salutar constatação do Conselho Superior, que se utilizou de uma solução alternativa às avessas, veio em boa hora, pois permite refletirmos, para não repetirmos erros do passado, ensejando um raciocínio crítico em torno de uma necessária racionalização na instauração de procedimentos. Passou da hora de buscarmos um pensamento reflexivo, questionador e crítico sobre a banalização na instauração de procedimentos, ensejando análise mínima de sua necessidade.

Diante de um quadro de excesso de trabalho (e ainda há uma enorme cifra negra em todas as áreas de atuação) e cerceamentos absurdos a direitos de cidadania mínimos, algo há de ser feito; e urgente.

O passivo anterior a 2001 decorre de um século em que o Ministério Público era infinitamente menos demandado, no qual substancial parte da população sequer nos conhecia. Voltando os olhos para o futuro, imaginemos o passivo que teremos em 2023, caso continuemos instaurando tudo para nada. A atual sistemática provocará um crescimento do passivo de inquéritos como água torrencial em progressão geométrica, que afirmo com a mesma

probabilidade com que o fedor e as manchas lívidas de um cadáver anunciam a morte: ensejará a derrocada de nossa credibilidade, pois o que é relevante perder-se-á em meio ao banal e vulgar.

Uma instituição encarregada de velar pelos preceitos constitucionais, entre eles o da eficiência, não pode suportar tamanha incoerência.

III Considerações finais

Ressalto mais uma vez que as considerações ao longo do texto refletem uma atuação minoritária, mas são esses equívocos pontuais que trazem elementos para que os que sofrem de “psicopatologia ministerial” denigrem a imagem da instituição, ignorando o acerto e retidão na maioria de nossas ações. Por isso, é importante mantermos canais abertos de diálogo com a população e o parlamento, conduzindo-nos à reflexão em torno de nossas práticas. E o momento nos parece muito especial para a definição do que queremos para a nossa instituição, que são os meses seguintes ao notável apoio das ruas no já histórico junho de 2013 e no ano do 25º aniversário do Novo Ministério Público. Exercitemos um olhar interior sobre a atuação de nossa instituição, a partir de aferições empíricas das práticas e resultados (como as causas da PEC 37), para incrementarmos nossos acertos e estagnarmos os desacertos, repensando-nos a cada momento, sem preconceitos. Não nos furtemos a debates internos e externos, ainda que controvertidos e incômodos: é esse o caminho para a construção de nossa identidade.

Ajamos, pois livres do naufrágio, temos que saber da tempestade que nos meteu a pique, poderia dizer o atemporal bruxo do Cosme Velho!

Referências

ASSIS, Machado de. *Seus trinta melhores contos*. Col. Saraiva de Bolso, 2012.

BARROS, Vanessa Andrade. *Histoires de vie et choix théoriques. Les Cachiers du Laboratoire de Changement Social*, Paris, n. 1, jun. 1996.

JAMES, Henry. *A arte de ficção*. Tradução de Daniel Piza. São Paulo: Imaginário, 1995, p. 42.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Disponível em: <www.mpmg.jus.br>. Acesso em: 28 maio 2014.

SHELLEY, P. B. *Uma defesa da poesia e outros ensaios*. Edição bilingue. Tradução e notas de Flávio Cyrino e Marcella Furtado. São Paulo: Landmark, 2008, p. 42.

Machado de Assis poeta

Luiz Carlos A Britta

Machado de Assis Poeta

Parece estranho falar de Machado de Assis poeta, pois ele é um escritor mais conhecido por seus romances e seus contos.

Também como poeta, Machado é um perfeccionista da linguagem. Todavia, como acentua Carlos Nejar, “a poesia não era a sua maior vocação: era um suporte ou ponte para o aprimoramento do artista nele. Daí o seu aspecto primordialmente racional, o domínio do *logos* sobre o mágico ou onírico. Foi um clássico, até o limiar parnasiano e aí parou. O que fez Manuel Bandeira observar que, no momento em que Machado alcança voo mais livre em *Ocidentais*, abandona a poesia. Porque não era para ele um processo visceral, um fruto do excesso ou da deficiência de sua personalidade, mas sim, um desdobramento de pensar. Sem atingir as bordas do ‘pensar sentindo’, de Fernando Pessoa, já que sentir, no poeta de *Mensagem*, já era a sua natureza de pensar”.

No caso de Machado, essa emoção sentida não foi tão imediata: aí ele já estava seguindo o ditame de *Wordsworth*: “Poetry is emotion recollected in tranquility”. Machado era a própria tranquilidade. “Então”, diz Pedro Sette Câmara, “à medida que ele recolhia, ele recordava a emoção que sentiu com a perda de Carolina, na tranquilidade de seu espírito ele estava sendo um *wordsworthiano*. E daí o poema ser uma lágrima numa taça de cristal, quer dizer, de requinte e de um trabalhar estético que, sinceramente, poucos poemas e sonetos da língua portuguesa a ele se igualam”.

Como o espaço é curto, vou restringir a minha análise da poesia de Machado de Assis apenas ao “Soneto à Carolina”, comparando-o com “O Corvo”, de Edgar Allan Poe. Parece estranho, mas não é. Tomei conhecimento de nove traduções de “O Corvo”,

inclusive a de Machado, a saber: a de Baudelaire e Mallarmé, em francês, e sete em português, ou seja, as de Machado de Assis, Emílio de Menezes, Fernando Pessoa, Gondim da Fonseca, Milton Amado, Benedito Lopes e Alexei Bueno. E, por incrível que possa parecer, como assinala Carlos Heitor Cony, “apesar de o poema ter merecido a atenção de dois monstros sagrados de nossa literatura (Machado e Pessoa), o trabalho de Milton Amado, modesto redator provinciano em Minas Gerais, é disparadamente o melhor, tanto do ponto de vista técnico como da fidelidade interna do poema”.²²

“À Carolina” é um soneto feito pela morte da mulher amada. Quando Machado estava remanejando as palavras para expressar a sua mágoa, ele seguia, inconscientemente ou não, a receita de Edgar Allan Poe, o ensinamento de Poe, com uma diferença principal. Quando Poe escreveu *O corvo*, a mulher amada dele não tinha morrido ainda, o que faz o poema mais prodigioso, porque confirma as suas teorias de que o valor da arte independe da emoção.

Poe expressa a mágoa dele pela perda da mulher amada no refrão com as palavras Lenore e *never more*, e por aí vai dezoito vezes.

Em outra oportunidade, voltarei a falar sobre a poesia de Machado.

Ideal Supremo.

²² **O Corvo e suas traduções.** BARROSO, Ivo (Org.) Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1998, p. 11.

VI

Nossos Colaboradores

Antônio Lopes Neto nasceu no Ceará, na cidade de Limoeiro do Norte. Formou-se em Direito na Faculdade de Direito do Sul de Minas, da cidade de Pouso Alegre. Foi Promotor de Justiça das comarcas de Medina, Poço Fundo, Almenara, Andrelândia, Uberaba e Belo Horizonte. Promovido a Procurador de Justiça, foi Chefe de Gabinete e Procurador-Geral de Justiça Adjunto (1989/1991) e integrou, por várias vezes, a Câmara de Procuradores e o Conselho Superior do Ministério Público. Dirigiu o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), foi examinador em vários Concursos de Ingresso à carreira, e um dos idealizadores da Academia de Letras do Ministério Público. Aposentado a pedido, por tempo de serviço, tem publicações jurídicas e literárias, tais como: *Defesa da Economia Popular*, *Teoria e Prática da Ação Civil Pública*, *Direito Público*, *Respingos* (3 volumes), *Memória*, *Muralhas da Memória*, *Hebreus de Danças*, *Autobiografia Lírica*, *A fé nos degraus da memória afiada*.

Danielle de Guimarães Germano Arlé é natural do Rio de Janeiro. Sua educação de segundo grau foi feita no Colégio de Aplicação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, formando-se posteriormente em Direito por aquela Universidade. Professora de inglês no CCAA no Rio de Janeiro, ingressou posteriormente no Ministério Público de Minas Gerais, tendo sido Promotora de Justiça nas comarcas de Nanuque, Teófilo Otoni, Espera Feliz e Carangola. Atualmente exerce suas funções em Belo Horizonte, no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF). Tem artigos preparados e aprovados para publicação na Revista do CNMP, Banco Mundial e na Revista do Ministério Público de Minas Gerais.

Élida de Freitas Rezende é natural da cidade mineira de Uberlândia. Fez seus estudos básicos na Escola Estadual Pedreiro, estabelecimento de ensino público daquela cidade. Formou-se em Direito na Universidade Federal de Uberlândia e,

posteriormente, ingressou no Ministério Público de Minas Gerais. Foi Promotora de Justiça em Santa Vitória, Abaeté e Ubáe, hoje, exerce a função de Secretária Geral da Procuradoria Geral de Justiça. Na Revista *Jus-Literária*, da AMMP, publicou poemas que já mostravam grande sensibilidade artística. Modesta, afirma que os destaques de sua vida, se os tem, foram diluídos ao longo de sua própria vida. Gentileza, simpatia e modéstia são marcas de sua personalidade, envoltas numa encantadora sensibilidade poética.

Enéias Xavier Gomes é mineiro de Belo Horizonte. Ingressou no Ministério Público da Bahia em 2004. Em 2006 foi admitido no Ministério Público de Minas Gerais, tendo sido Promotor de Justiça nas comarcas de Caeté, Nova Lima, Diamantina, Itaúna e Belo Horizonte. Graduado na Faculdade de Direito da UFMG, nela, também, graduou-se como Mestre em Teoria Geral do Delito, sendo Doutorando pela mesma Universidade. É Professor de Direito Processual Penal e Prática Penal na Faculdade de Direito da Universidade de Itaúna. Autor da obra *Do Consentimento no Homicídio* e de diversos artigos jurídicos. No âmbito intelectual tem se revelado como um dos mais brilhantes da nova geração do Ministério Público de Minas Gerais.

Francisco José Lins do Rego Santos nasceu no Rio de Janeiro em 1958. Passou a infância nas cidades de Guaira e Curitiba, no Paraná, retornando ao Rio após o falecimento do pai. Formado em Direito pela Universidade Candido Mendes, ingressou no Ministério Público de Minas Gerais em novembro de 1986, exercendo suas atividades nas comarcas de Jaboticatubas, Santos Dumont, Contagem, Conselheiro Lafaiete, Juiz de Fora e Belo Horizonte. Em 1999 publicou o livro de poemas *Inventário da Noite*. Seu nome foi dado à sede da Associação Mineira do Ministério Público, como homenagem ao fato de, em Belo Horizonte, no cumprimento do dever, ter sido assassinado.

Joaquim Cabral Netto é mineiro, formou-se em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora, e em História pela Faculdade de Filosofia e Letras de Colatina (ES). Foi, por duas vezes, Corregedor-Geral do Ministério Público de Minas Gerais. Foi Presidente da AMMP e da CONAMP. É membro do Instituto Histórico e Geográfico e do Memorial do Ministério Público de Minas Gerais. Professor de Direito Penal na PUC Minas por mais de 25 anos, publicou obras históricas e jurídicas como: *O Ministério Público na Europa Latina*; *Guia de Ingresso no Ministério Público*; *Instituições de Processo Penal*; *História do Ministério Público de Minas Gerais* - v. I, *Uma Instituição Centenária* - v.II, *a AMMP*; v. III, *Os Congressos Estaduais do MP*; *CONAMP* - Uma história sem fim; *Os Congressos Nacionais do Ministério Público*; *Caminhos*. Esperantista, participou de Congressos Internacionais de Esperanto em Viena, Praga, Montpellier, Lille, Fortaleza, Florença, Gottenburg, São Petersburgo e Buenos Aires.

José Luiz Monti é argentino, natural da cidade Gral. San Martín, Prov. de Buenos Aires. Foi, há anos, Secretário Letrado do Ministério Público Argentino e, após, por longos anos foi Juiz da "Cámara Nacional de Apelaciones en lo Comercial (Sala C)". Membro da Sociedade Argentina de Análises Filosóficas, é um dos fundadores da "Asociación de Estudios Interdisciplinarios". Doutor na área de Filosofia do Direito pela Universidade de Buenos Aires, é Professor Consulto Adjunto de Direito Civil daquela Universidade. Em suas atividades científicas tem inúmeros livros, ensaios e artigos publicados. Sócio honorário da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais, poeta e literato, o Dr. José Luiz Monti é um homem de cultura invejável, e uma das mais admiráveis sensibilidades poéticas e literárias da atualidade de seu País.

José Raimundo Gomes da Cruz é mineiro, natural de Espinosa e, depois de integrar o Ministério Público de Minas Gerais, prestou concurso no Ministério Público de São Paulo,

concluindo sua carreira naquele Estado, como Procurador de Justiça. Formado em Direito pela UFMG, é Mestre e Doutor em Direito pela USP. Professor Universitário já aposentado, publicou vários livros jurídicos, tendo mais de uma centena de artigos publicados em revistas técnicas, na Enciclopédia Saraiva do Direito e em Portugal. Escreveu vários livros, entre os quais: *Cinema, verdade e fantasia*; *As grandes conversões*; *Espinosa, anos 40 – depoimento de um menino curioso*. Foi, por várias vezes, premiado em concursos literários da Associação Paulista do Ministério Público. É sócio honorário da Academia de Letras do Ministério Público de Minas Gerais.

Leontino de Mello Chaves é natural de Conselheiro Lafaiete, ingressou no Ministério Público de Minas Gerais em 1956. Foi Promotor de Justiça nas comarcas de Francisco Sá, Carlos Chagas, Ouro Preto, Conselheiro Lafaiete e Belo Horizonte. Foi Promovido a Procurador de Justiça, tendo, por mais de uma vez, integrado o Conselho Superior e a Câmara de Procuradores de Justiça. Dono de grande cultura humanística, foi um extraordinário “contador de casos”, muitos deles vividos por ele mesmo, nos vários anos em que prestou seus serviços no Norte de Minas. De espírito alegre, folclórico e admirável alma, escreveu, em colaboração, o livro *Vade Retro*, uma das joias da vivência dos Promotores de Justiça no interior do Estado. Faleceu em 2005, e ao Salão de Sinucas da AMM foi dado o seu nome.

Luiz Alberto de Almeida Magalhães é mineiro, natural de São João del Rei. No Ministério Público foi Promotor de Justiça nas comarcas de Presidente Olegário, Araçuaí, Caratinga e Belo Horizonte. Como Procurador de Justiça, ocupou, por várias vezes, a Câmara de Procuradores e o Conselho Superior do Ministério Público. Recebeu as mais ilustres medalhas do Estado de Minas Gerais: da Inconfidência, Alferes Tiradentes (da Polícia Militar de Minas Gerais), do Mérito do Poder Legislativo, de Honra Presidente Juscelino Kubitscheck, Santos Dumont, Comenda

da Liberdade e Cidadania, sendo cidadão honorário da cidade de Araçuaí. Dono de uma sensibilidade admirável, ele é um consagrado autor de livros voltados para a infância. Publicou, entre outros: *Bruxa quase fada; Anjo da Terra; Bem feito ou não, deu no que deu!; Vento da pá-virada.*

Luiz Carlos Abritta é mineiro de Cataguases. Formado pela UFMG, foi Promotor de Justiça nas comarcas de Rio Piracicaba, Brumadinho, Itabira e Belo Horizonte. Foi Presidente da AMMP e, promovido a Procurador de Justiça, integrou por várias vezes a Câmara de Procuradores e o Conselho Superior do Ministério Público. Ex-Presidente da União Nacional de Trovadores; da Academia Municipal de Letras de Minas Gerais e do Tribunal de Ética da OAB/MG. Publicou as obras: *Pó...emas; Nada vale a pena; Discursos; A história do Movimento Modernista em Cataguases; Críticas criticáveis; Tatá, Tati e Tininha; Sonho e saudade; Aurora plena; Um homem plural; Maria, Mãe de Jesus, e Nossa Mãe.* Recebeu inúmeros prêmios em concursos de contos, trovas e poemas em vários Estados do Brasil. Destaque-se, entre outros, o de Mérito Cultural da União Brasileira de Trovadores, do Rio de Janeiro, em 1997, pelo conjunto de sua obra poética. Tem poemas de sua autoria publicados na França (*Ecrivains Contemporains du Minas Gerais*. Paris, 2011).

Marcos Paulo de Souza Miranda, mineiro de Andrelândia, foi Promotor de Justiça nas Comarcas de S. João Evangelista, Piranga, João Monlevade, Ipatinga e Santa Luzia. Hoje é o Coordenador da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais. Dedicando-se à pesquisa da História de Minas Gerais há mais de 20 anos, graças aos esforços da equipe por ele dirigida, um grande número de obras saqueadas de igrejas mineiras foram encontradas. Especialista em Direito Ambiental e Doutorando em Ciências Jurídicas e Sociais, é professor de Direito do Patrimônio Cultural. Membro da Academia Maçônica de Letras e do Colégio Brasileiro de

Genealogia, publicou, individualmente: “Aleijadinho Revelado – Estudos históricos sobre Antonio Francisco Lisboa” e “Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro”.

Marcos Viola de Carvalho é mineiro, natural de Lambari. Adentrou no Ministério Público de Minas Gerais em 1975, exercendo suas atividades nas comarcas de Monte Azul, Paracatu, Itaúna e Belo Horizonte. Foi promovido a Procurador de Justiça em 1989. Na segunda instância do Ministério Público, foi Procurador-Geral de Justiça Adjunto, e por mais de uma vez integrou o Conselho Superior do Ministério Público e sua Câmara de Procuradores de Justiça. Possui vários trabalhos publicados na *Revista JUS Literária*, da Associação Mineira do Ministério Público.

Maurício Braga de Mendonça nasceu na cidade de Brazópolis, no sul de Minas, exercendo a Promotoria de Justiça nas comarcas de Cristina, Barão de Cocais, Peçanha, Congonhas, Governador Valadares e Belo Horizonte. Homem culto e partícipe de atividades socioculturais, é membro do Lyons Clube em Belo Horizonte, da Academia Valadarense de Letras, da Academia Municipalista de Letras e da Academia Mineira do Leonismo. Escreveu *Ministério dos casos públicos*, publicou poemas na *JUS Literária* e trabalhos em prosa em vários jornais, da capital e do interior.

Manoel Fernandes dos Santos,

Sérgio Parreiras Abritta é natural de Belo Horizonte, formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de UFMG. Adentrou no Ministério Público de Minas Gerais em 1984. Foi Promotor de Justiça em Cláudio Lajinha, Peçanha, Rio Casca, Patos de Minas e Belo Horizonte. Em 1994 foi promovido a Procurador de Justiça, compondo a Câmara de Procuradores de Justiça e o Conselho Superior por várias vezes. Dramaturgo, várias vezes, premiado em concursos literários de âmbito nacional, muitas de

suas peças foram levadas aos mais variados palcos de teatros do Brasil, inclusive do exterior.

Sérgio Soares de Oliveira,

Walter Paulo Sabella é paulista, natural de Adamantina, e sócio correspondente da Academia de Letras do MPMG. Bacharel em Direito e também licenciado em Letras Neolatinas, ingressou no Ministério Público de São Paulo em 1979. Ex-secretário Geral da CONAMP e ex-vice-Presidente da APMP, é atualmente Assessor do Procurador-Geral de Justiça de São Paulo. Em 1971 obteve o primeiro lugar em Festival de Poesia de âmbito nacional, com o poema "Bairro Velho". Em 1974, publicou *Os deuses do caminho*, antologia de poemas escritos até o início dos anos 70. Seu *Rompendo a barreira*, antologia poética, foi o 1º lugar no Festival Nacional de Poesia do Instituto Nacional do Livro (1971). Tem poemas publicados em jornais, revistas nacionais e na Revista e Tribuna do Direito. É membro da Academia Brasileira de Direito Criminal, coautor e coordenador da obra *Ministério Público, vinte e cinco anos do novo perfil constitucional*.

